

Luciene Maria Braga

**Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala
dos moradores de Mariana e Uberaba – MG**

Uberlândia

Universidade Federal de Uberlândia

2012

Luciene Maria Braga

**Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos
moradores de Mariana e Uberaba – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Curso de Mestrado em Linguística, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Teorias e análises linguísticas: estudos sobre o léxico, morfologia e sintaxe.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maura Alves de Freitas Rocha

Uberlândia

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B813a Braga, Luciene Maria, 1975
2012 Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala
dos moradores de Mariana e Uberaba – MG. – 2012/Luciene Maria Braga. --
2012
120p. : il.

Orientadora: Maura Alves de Freitas Rocha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

1. Linguística– Teses. 2. Língua Portuguesa – Análise sintática.-
Teses. 2. Língua Portuguesa – Dialetos – Minas Gerais. – Teses. I. Rocha,
Maura Alves de Freitas. II. Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título

CDU: 801

Luciene Maria Braga

Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba – MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Curso de Mestrado em Linguística, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Teorias e análises linguísticas: estudos sobre o léxico, morfologia e sintaxe.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maura Alves de Freitas Rocha

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maura Alves de Freitas Rocha – UFU –
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Juliana Bertucci Barbosa – UFTM

Prof^a. Dr^a. Luísa Helena Borges Finotti – UFU

À minha mãe a quem as letras
aos filhos sonhou,

Dedico.

Agradecimentos

A Deus, que me fez ter forças para acreditar que os sonhos podem, às vezes, serem adiados, mas nunca roubados por quem quer que seja. Todo o meu amor e agradecimento.

À Universidade Federal de Uberlândia, à CAPES, pela bolsa concedida, e a todos os professores do ILEEL, pelas discussões teóricas que me proporcionaram um aprendizado efetivo e, ao mesmo tempo prazeroso.

Às professoras Eliana Dias e Luísa Helena Borges Finotti, pelas contribuições em meu exame de qualificação.

À minha amiga Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, por sempre ser companheira, ouvinte, pronta para auxiliar em qualquer momento em que se precisar dela.

À minha amiga Juliana Vilela Alves, por ter sido minha parceira na universidade e na vida.

Aos amigos Maria Aparecida Conti e a João de Deus, pelos momentos de discussões teóricas, de compreensão e pela convivência.

Aos amigos do mestrado, Sirlene Alferes, Ana Carolina Garcia, Fernando Lima, Allyne Bisinotto, Lícia Mara, Denize Carneiro, Andréia Mendes, Gabriele Cristine, Vander Lúcio, pelo carinho e solidariedade.

Aos amigos Gilmar Bueno e Érica Aniceto, por tantos anos de amizade e apoio.

À Fernanda Alvarenga, por estar sempre pronta a me ajudar com o programa estatístico.

A Giovanni de Paula e a Lílian Teixeira, por terem concedido os dados de suas pesquisas de campo.

Ao amigo José Flávio Nogueira, pelo abstract e pelas proveitosas aulas de inglês.

À amiga Fábia Romão, Sara Romão e Guilherme, por terem me recebido em sua casa.

Ao ex-prefeito de Mariana, Geraldo Salles, que me permitiu terminar este mestrado mais próxima da universidade, me concedendo mais um período de licença do meu trabalho.

À Universidade York, por ter me acolhido tão bem em um programa de intercâmbio que em muito contribui ao meu aprendizado.

Ao professor James Walker, por ter me oportunizado uma das experiências mais ricas, não só na área acadêmica, mas também um aprendizado de vida, quando se dispôs a ser meu orientador e facilitador do processo de aquisição de bolsa no exterior.

À professora Ruth King, que fechou sua disciplina de Sintaxe falando sobre o português brasileiro e muito me emocionou.

Ao meu querido amigo de estudo, Tom Berend, que pacientemente me explicava a matéria, enquanto esperávamos o delicioso jantar preparado com muito carinho por Michelle.

À família Devonshire, que me acolheu durante a minha estadia no Canadá.

À Fumiko Sakai, minha roommate que se tornou um pouco da minha família e deixava os meus dias difíceis e saudosos mais toleráveis.

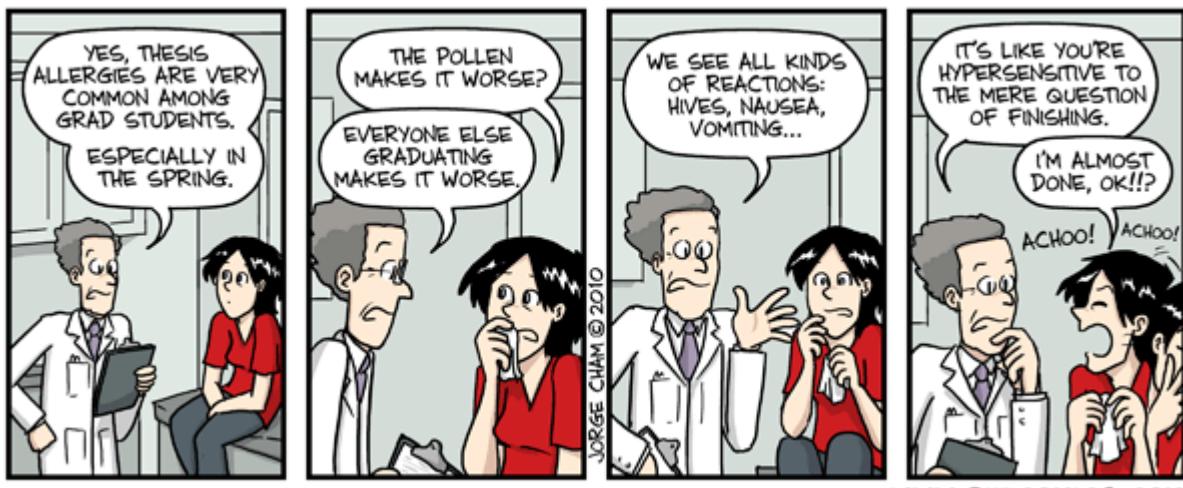
À minha tia Shirlene, pelas palavras de esperança.

Aos meus pais Hilton Braga e Dolores Braga, por terem acreditado em mim e me dado uma segunda chance, por serem exemplos de trabalho e de humildade.

Aos meus irmãos, Leidiane Braga, Silvânia Alves, José Assunção e Sulinha pelo incentivo, pela existência e por sermos uma família unida.

Ao Marcos, meu afilhado, pelos sorrisos ingênuos de uma criança que torna a minha vida muito mais cheia de alegria.

E, por fim, agradeço o carinho, a amizade, as horas de escuta nos momentos de desabafos, a amizade, o esforço incansável da professora Maura Alves de Freitas Rocha, sempre me oportunizando novas experiências, estimulando a minha vontade de me dedicar às pesquisas, fazendo uso merecido e pleno do vocabulário “orientação”.



Title: "Allergy Season" - Originally published 4/7/2010.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos sincronicamente, a variação sintática ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das comunidades de Mariana e Uberaba, cidades que se localizam na região metropolitana de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro, respectivamente. A pesquisa, fundamentada nos pressupostos teóricos metodológicos da Sociolinguística Variacionista de Labov (2008) e da Sociolinguística Paramétrica de Tarallo e Kato (1989), desenvolveu-se à partir da hipótese geral de que Mariana e Uberaba possuem padrões divergentes no que se refere ao uso do artigo definido diante de antropônimos. O *corpus* desta pesquisa é constituído de 38 entrevistas orais, 20 realizadas em Mariana e 18 em Uberaba. Os dados obtidos das entrevistas foram submetidos, separadamente, a uma análise quantitativa por meio do programa estatístico GOLDVARB/2001. Os resultados apontam os grupos de fatores antropônimo como item de enumeração e grau de intimidade do falante com o referente relevantes para a comunidade de Mariana, e o grupo de fator função sintática do antropônimo na sentença como o mais relevante para a comunidade de Uberaba. Observa-se a confirmação da hipótese de que as duas cidades possuem padrões divergentes em relação à variação estudada, visto que, em Mariana, a ausência do artigo definido diante de antropônimo é a estrutura preferida pelos falantes, ao contrário de Uberaba, onde a presença é que constitui a estrutura predominante.

Palavras-chave: Sociolinguística, variação sintática, artigo definido, nomes próprios.

ABSTRACT

We analyze synchronically, within this study, the syntactic variation, absence/presence of the definite article before antroponyms, proper nouns, in the Brazilian Portuguese speakers' speech from the towns of Mariana, Uberaba, as well as other towns in the metropolitan area of Belo Horizonte and Triângulo Mineiro (an area triangle shaped in the west of Minas Gerais state bordering the state of São Paulo), respectively. The current research is laid on Labov's (2008) Variationist Sociolinguistic methodological and theoretical conjectures and Parametrical Sociolinguistics of Tarallo e Kato (1989). It was developed from the general hypothesis that Mariana and Uberaba have diverging patterns regarding the use of the definite article before antroponyms. The corpus of the research is composed of 38 oral interviews from which 20 took place in Mariana and 18 in Uberaba. Data obtained from interviews underwent separately a quantitative analysis through the statistics software GOLDVARB/2001. Results show the antroponym factor groups as the speaker's intimacy enumeration and degree item with the referent relevant to the people from Mariana, and the antroponym syntactic function factor in the sentence group as the most relevant to the people from Uberaba. It was attested the hypothesis that the two towns have diverging patterns regarding the variation studied, i.e., the lack of the definite article before the antroponym in Mariana is the preferable structure by its speakers; in Uberaba, on the contrary, the presence of the article is the prevailing structure.

Key-words: Sociolinguistics, syntactic variation, definite article, proper nouns.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
1.1 – A Sociolinguística laboviana	18
1.2 – A Sociolinguística paramétrica	32
1.3 – O artigo definido na gramática tradicional	37
1.3.1 – O artigo definido diante de antropônimos	38
1.3.1.1 – Bechara (1978)	39
1.3.1.2 – Cunha e Cintra (2001)	39
1.3.1.3 – O artigo definido diante de antropônimos sob a perspectiva da Gramática Tradicional portuguesa	41
1.4 – O artigo definido na Teoria Gerativa	41
1.4.1 – A estrutura do DP - Determinante	41
1.4.2 – O nome próprio e o DP	44
1.4.2.1 – O Italiano e os nomes nus (<i>bare nouns</i>)	46
1.5 - (Re) Visitando estudos realizados sobre a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo	49
1.5.1 – Móises (1995)	49
1.5.2 – Silva (1996)	50
1.5.3 – Callou e Silva (1997)	52
1.5.4 – Callou (2000)	54
1.5.5 – Mendes (2000)	56
1.5.6 – Amaral (2003)	57
1.5.7 – Alves (2008)	59
1.5.8 – Almeida Mendes (2009)	62
1.5.9 – O artigo definido diante de antropônimos em diferentes línguas	64
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS MEDOTOLÓGICOS	67
2.1 – As comunidades pesquisadas	68
2.1.1 – A cidade de Mariana	68
2.1.2 – A cidade de Uberaba	72

2.2 – O envelope da variação	76
2.2.1 – Os fatores linguísticos	77
2.2.1.1 – Informação sobre o antropônimo na sentença	78
2.2.1.2 – Estrutura do Sintagma Nominal	78
2.2.1.3 – Função sintática do antropônimo na sentença	79
2.2.1.4 – Forma como o antropônimo aparece	81
2.2.1.5 – Antropônimo como item de enumeração	82
2.2.2 – Os fatores extralinguísticos	83
2.2.2.1 – A região geográfica do falante	83
2.2.2.2 – O grau de intimidade do falante com o referente	84
2.3 – Apresentação da amostra	86
2.4 – O tratamento dos dados	87
2.4.1 – Casos desconsiderados da análise quantitativa	87
2.4.1.1 – Vocativos	88
2.4.1.2 – Nominalização didática	88
2.4.1.3 – Usos metonímicos	89
2.4.1.4 – Demonstrativos	89
2.4.1.5 – Topônimos	89
2.4.1.6 – Outros casos desconsiderados das análises	90
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	92
3.1 – Considerações iniciais	92
3.1.1 - Resultados gerais	92
3.2 – Os resultados obtidos na comunidade de Mariana	94
3.2.1 – Antropônimo como item de enumeração	94
3.2.2 – Grau de intimidade do entrevistado com o referente	96
3.3 – O resultado obtido na comunidade de Uberaba	99
3.4 – Uma visão geral do artigo definido nos vários estudos realizados	104
3.5 – Casos desconsiderados na análise quantitativa	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
BIBLIOGRAFIA	115

ANEXOS	119
LISTAS DE FOTOS	
Foto 1: Visão parcial da cidade de Mariana na antiguidade	69
Foto 2: Praça Minas Gerais, centro histórico de Mariana, 2009.	70
Foto 3: Rua João Pinheiro – Uberaba – MG	73
Foto 4: Avenida Presidente Vargas, 2008.	75
LISTAS DE FIGURAS	
Figura 1: Localização da cidade de Mariana	71
Figura 2: Mapa de localização de Uberaba e Mariana	75
Figura 3: Mapa de localização dos municípios de Uberaba e Mariana	76
Figura 4: Mapa da distribuição da presença de artigo definido diante de antropônimos em nove localidades de Minas Gerais	106
LISTAS DE QUADROS	
Quadro 1: Informação sobre o antropônimo na sentença	79
Quadro 2: Estrutura do Sintagma Nominal	79
Quadro 3: Função sintática do antropônimo na sentença	80
Quadro 4: Forma como o antropônimo aparece	82
Quadro 5: Antropônimo como item de enumeração	83
Quadro 6: Região geográfica do falante	84
Quadro 7: Grau de intimidade do entrevistado com o referente	85
Quadro 8: Quadro resumitivo dos trabalhos sobre o artigo definido diante de antropônimos em Minas Gerais.	105
LISTA DE GRÁFICOS	
Gráfico 1: Frequência do uso de artigo diante de antropônimos	54
Gráfico 2: Presença e ausência de artigo definido em Mariana e Uberaba	93
Gráfico 3: Distribuição da presença definido na função de item de enumeração	95
Gráfico 4: Distribuição de artigo definido de acordo com o grau de intimidade	97
Gráfico 5: Distribuição do artigo definido de acordo com a função sintática	100
Gráfico 6: Panorama geral da distribuição de artigo definido diante de antropônimos	106
LISTA DE TABELA	
Tabela 1: Centralização dos ditongos [ay] e [aw] em Martha's Vineyard, por grupos étnicos e faixa etária	21
Tabela 2: Sujeito Nulo	35
Tabela 3: Frequência de uso de artigo diante de nomes próprios por século.	55

INTRODUÇÃO

“Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece há um milagre que não estamos vendo.”

Guimarães Rosa.

O fato mais observável no que se refere à natureza das línguas é que elas apresentam um dinamismo inerente e mudam com o tempo. A mudança temporal das línguas nos permite notar diferenças lexicais, semânticas, sintáticas do português atual com o latim, ou até mesmo do português atual com o português da época medieval.

O dinamismo próprio da língua nos permite dizer que há diferenças sintáticas observáveis sincronicamente dentro do próprio sistema linguístico do português brasileiro, e que é inconcebível pensar que em um território tão extenso como o do Brasil, a língua mantivesse uma unidade absoluta.

Ao depararmos com pessoas de outras regiões do estado, não raro, estranhamos a “língua” do outro, que é diferente da nossa, e identificamos, às vezes, a sua procedência. As autoras deste trabalho compartilharam deste sentimento de modo que enquanto a aluna se dirigia às pessoas se referindo a elas sem uso do artigo definido anteposto ao nome próprio, a orientadora, ao contrário, ao se referir às pessoas, fazia uso do artigo.

Partindo de uma percepção subjetiva das autoras dessa pesquisa, sendo uma, moradora da região central de Minas, a outra, moradora da região do triângulo mineiro, surgiu, então, a vontade de investigar a ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos, a fim de analisarmos o comportamento linguístico dos moradores de Mariana e Uberaba, que são comunidades mineiras ainda não estudadas na perspectiva Variacionista. Os dados abaixo retirados de entrevistas feitas nas duas regiões, são exemplos de antropônimos sem e com artigo definido, respectivamente:

(1) Nossa, isso enche mesmo a... a cabeça da gente. Gente não tem tempo... Aqui é *Dona Hebe* aí com a gente. *Dona Hebe* é minha professora de Literatura. (INF. 16 MAR)

(2) Tinha a *Dora Doida*. Uma velhinha aqui da praça que minha mãe vivia falando que ela cozinhava criança. Inclusive teve até um dia que ... a gente morava aqui perto da Doceria Zebu... (INF. 03 UBE)¹

As pesquisas sociolinguísticas de orientação laboviana foram empreendidas há 40 anos, e se concentraram, principalmente, nas investigações voltadas para as comunidades², com o objetivo de entender como as pressões sociais que operavam continuamente sobre a linguagem estavam atuando. Labov (2008) se propõe a correlacionar os padrões linguísticos variáveis a diferenças que estão na estrutura social em que os falantes estão inseridos, a fim de explicar a variação e a mudança linguística.

Sob essa perspectiva, ressaltamos que este estudo se orienta pelos pressupostos teóricos metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e da Sociolinguística Paramétrica (TARALLO E KATO, 1989), e se propõe a procurar evidências na sincronia que tragam luz ao processo de variação da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos, assim como, por via dessa variação, apreender algumas generalizações acerca da mudança.

Tomando como pressuposto que a variação sintática entre as duas cidades existe e, baseados na observação em outras comunidades já estudadas, levantamos as seguintes hipóteses: os falantes de Mariana utilizam com pouca frequência o artigo definido diante de antropônimos; os falantes de Uberaba utilizam com frequência o artigo definido diante de antropônimos; o grau de intimidade não condiciona o uso de artigo definido diante de antropônimos nas comunidades; a função sintática no sintagma nominal (SN) assumida pelo antropônimo determina a presença do artigo definido.

Partindo das hipóteses levantadas e elencadas acima, este trabalho possui o objetivo geral de investigar o fenômeno da variação ausência/presença de artigo definido, diante de antropônimos entre os falantes das comunidades de Mariana e Uberaba. Assumimos, a partir desse objetivo geral, os seguintes objetivos específicos: verificar se, em Mariana, a ausência do artigo definido é mais utilizada que a presença; verificar se, em Uberaba, a presença do artigo

¹ Entre parênteses, estão as informações dos exemplos dos *corpora*. A sigla INF se refere a informante seguida pelo número da entrevista. As três primeiras letras se referem à localidade em que se realizou a entrevista: MAR para Mariana e UBE para Uberaba.

² O conceito de comunidade de fala adotado nesta pesquisa, será explicitado no capítulo 2.

definido é mais utilizada que a ausência; analisar o comportamento da variável grau de intimidade do falante em relação ao referente em suas possibilidades de ocorrência; analisar se a função sintática do SN em que se encontra o antropônimo na sentença é relevante quanto ao uso do artigo.

Este trabalho está organizado em 3 capítulos, da seguinte maneira: na introdução expusemos o objeto de estudo dessa pesquisa, as hipóteses levantadas, assim como os objetivos que nos nortearam. O primeiro capítulo tratará da fundamentação teórica e está dividido em 5 seções. Na primeira seção, apresentaremos as bases metodológicas que definem a Sociolinguística Variacionista e fundamentam esse trabalho. Neste ponto aparece com destaque o primeiro estudo sociolinguístico que foi desenvolvido, tendo como precursor William Labov. Na segunda seção, apresentaremos as contribuições de Tarallo e Kato (1989), cujo trabalho propôs uma teoria integrada da linguagem, relacionando a Sociolinguística laboviana a propriedades paramétricas do modelo gerativo. Na terceira seção, revisitaremos o artigo definido pela perspectiva da gramática tradicional. Há, ainda nesta seção, subseções que tratam o artigo definido diante de antropônimos na gramática tradicional brasileira, bem como na portuguesa. Na quarta seção, questões sobre o artigo definido serão colocadas a partir de um ponto de vista gerativista, e finalmente, na última seção serão expostas resenhas de trabalhos que trataram do fenômeno da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro e também em outras línguas.

No segundo capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos que norteiam esta pesquisa, constituídos por uma breve descrição das comunidades de fala, seguido pelo envelope da variação.

Ao terceiro capítulo é destinado a análise dos dados, de modo que serão apresentados os resultados gerais obtidos com a utilização do Programa estatístico GOLDVARB/2001, buscando discutir como atuaram os fatores linguísticos e extralinguísticos considerados relevantes em relação aos fenômeno estudado. Procederemos a uma comparação dos dados já obtidos por outros pesquisadores em cidades em que esse fenômeno foi estudado, com os dados de Mariana e Uberaba a fim de buscarmos uma contribuição para o entendimento dessa variação sintática no estado de Minas Gerais. Por fim, é dada uma atenção aos casos desconsiderados da análise.

Finalmente, na conclusão, serão retomadas algumas observações das análises com o intuito de confirmar ou não as hipóteses e indicar sugestões e/ou direções para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“... a teoria não pode ser fabricada a partir de resultados de observação, mas há de ser inventada”.
Albert Einstein

Neste capítulo, apresentaremos os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a nossa pesquisa ancorados na Sociolinguística laboviana, tendo por base Labov (2008)³, e na Sociolinguística Paramétrica, baseada na proposta de Tarallo e Kato (1989). Em seguida, prosseguiremos com os conceitos abordados sobre o artigo definido segundo uma perspectiva da Gramática Tradicional e da Teoria Gerativa, e finalizaremos com uma revisão bibliográfica de trabalhos que já focalizaram o fenômeno estudado.

1.1 – A Sociolinguística laboviana

A Sociolinguística laboviana, como um ramo da linguística, surgiu como um novo campo de pesquisa que privilegiava as estruturas sociais. Seu fundador, Labov, é o nome mais influente no campo das pesquisas que tratam de fenômenos ligados à variação e à mudança linguística.

Nesse sentido, as reflexões acerca de como as línguas mudam e de como é possível explicar tais mudanças conduziram os estudos labovianos, de modo a se contraporem ao pensamento linguístico chomskyano, que não levava em conta um compromisso com a realidade social na qual uma língua está inserida. Sendo assim, Labov questionou a real relevância de um estudo em que os princípios linguísticos partiam de uma análise estrutural da língua, pressuposta na homogeneidade, no caráter extremamente formal.

Assim, a proposta laboviana afastou-se de Saussure ([1916] 2006)⁴ e Chomsky (1997), já que trabalha com uma visão de língua assim compreendida: “a língua é uma forma de

³ Trata-se do livro Padrões Sociolinguísticos editado em 2008; cumpre destacar que, de agora em diante a menção a Labov (2008) refere-se ao texto The Recent History of Some Island of Martha’s Vineyard (1972b) e ao texto The Social Stratification of English in New York City (1966a). Justificamos a menção aos textos originais para situar o leitor acerca do momento de elaboração de Labov.

⁴ Adotamos os colchetes [] para fazer menção ao primeiro ano de publicação.

comportamento social (...); ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros". (LABOV, 2008, p. 215).

Saussure (2006), ao estabelecer a diferença entre a língua como um objeto psicológico, e a língua como objeto social, inaugura na teoria linguística uma visão dicotômica descrita como *langue/parole*, sendo a *langue* um sistema de regras existente em cada cérebro, portanto, psíquica, em contraposição a *parole* que se caracterizaria como a realização concreta da língua. Chomsky (1997) propôs uma distinção análoga, mas não idêntica àquela do modelo estruturalista. Desse modo, a dicotomia chomskyana é composta por "competência" *versus* "desempenho", em que o domínio próprio dos questionamentos linguísticos está apenas na competência, descrita como o conhecimento internalizado do falante na forma de um sistema de regras (gramática).

Saussure (2006) e Chomsky (1997) têm em comum o fato de não enfatizarem a parte da linguagem que trata dos usos (*parole/ significado /desempenho*); aspectos esses considerados pela linguística fundada por Labov, que se diferenciam a partir de uma dimensão cognitiva dada à linguagem, aspecto não enfatizado por Saussure (*idem*). Ao olhar para o seu objeto de investigação, ou seja, a língua, Chomsky (*idem*) deixa claro que seu trabalho se aterá ao uso da *competência* e que estudar a *competência* implica estudar todo um conjunto de estruturas e processos mentais. Entretanto, o emprego de regras opcionais na gramática, geradoras de formas variáveis é admitido em Chomsky, mas essa variação não é afetada pelo social. Assim, o real interesse da linguística chomskyana está em se estudar a *competência*, um estudo da fala abstrata, homogênea, advinda de um falante ouvinte-ideal.

Diferente dos autores citados acima, para Labov, o elemento social é relacionado ao linguístico, já que a variação é observada e estudada a partir da fala, ideia que se opõe aos estudos de base chomskyana cujo principal objetivo é a busca de regras invariantes na língua. Sob a perspectiva da variação e da mudança, a proposta laboviana se voltou para questões estruturais e de evolução da língua, bem como para a existência concomitante de vários sistemas e a evolução destas regras e sistemas em relação ao tempo, com a finalidade de encontrar fundamentos empíricos que elucidassem as complexidades dos fenômenos.

A partir do que foi exposto, retomaremos o primeiro estudo realizado por Labov (2008), na região do estado de Massachusetts, na ilha de Maetha's Vineyard e prosseguiremos pelo estudo sobre a estratificação social no inglês falado na cidade de Nova Iorque.

A motivação laboviana para a escolha dessa ilha partiu do fato de que a comunidade a ser estudada era uma unidade independente, separada do continente norte-americano por três milhas, no oceano atlântico, e, ao mesmo tempo, apresentava uma complexidade social e geográfica que lhe permitia uma diferenciação do comportamento linguístico. A ilha possuía uma tradição histórica de povoamento contínuo de mais de 320 anos, e de preservação de características linguísticas arcaizantes, provavelmente típicas da Nova Inglaterra antes do século XVIII.

Na década de 60, data em que o estudo foi realizado, os falantes nativos apresentavam um alto índice de realização do ditongo [ay] como [θy] em right e light e do ditongo [aw] como [θw] em palavras como house e mouse, principalmente os falantes que pertenciam ao grupo ocupacional dos pescadores. Os habitantes de Martha's Vineyard eram pobres e dependiam economicamente do turismo, e a maior parte da renda dos moradores e, portanto, da ilha eram obtidas no verão, com a chegada da alta temporada, quando a ilha era “invadida” pelos turistas e o número de pessoas subia consideravelmente. O movimento na ilha era tão intenso que os moradores de Martha's Vineyard chegavam ao extremo de deixarem as suas casas para que os turistas pudessem alugá-las.

O fato de os moradores de Martha's Vineyard precisarem do lucro que advinha do turismo não poupou os turistas do sentimento de aversão que partia dos nativos, e Labov observou que havia uma resistência muito grande por parte da população nativa, mas essa resistência era manifestada por sutilezas que estavam presentes em algumas práticas sociais, como a expressada por um morador de Martha's Vineyard, em que o pescador de origem inglesa se manifestou quase em forma de desabafo a Labov: “Acho até que nós usamos um tipo de língua inglesa totalmente diferente (...) pensamos diferente aqui na ilha (...) é quase uma língua separada dentro da língua inglesa”. (LABOV, 2008, p. 49).

Assim, ao analisar a variação fonológica da vogal núcleo do ditongo, [ay] e [aw] dos falantes nativos da ilha em detrimento da variante usada pelos veranistas, Labov atribuiu insistente ao papel preponderante de fatores sociais a explicação da variação linguística, uma vez que percebeu que os moradores passaram a intensificar o uso da variante local, a realização com a centralização, caracterizada como um falar local, frequentemente encontrado na fala daqueles que se identificavam com a ilha, e que desejavam permanecer nela, como ilustrado na fala contida em uma das entrevistadas por Labov:

(...) tínhamos a ideia de que ele fosse para a escola, mas ele não queria ir embora (...). Quando ele estava em Chauncey Hall, tentaram fazer ele ir para o MIT, mas ele disse não, ele não queria ir para lugar nenhum onde tivesse de aprender algo que não o permitisse voltar para esta ilha. (LABOV, 2008, p.51)⁵

A comunidade de Martha's Vineyard era formada por outras pequenas comunidades, e seus habitantes pertenciam a quatro grupos endogâmicos, dos quais faziam parte o grupo de descendentes de famílias inglesas, que povoaram a ilha nos séculos XVI e XVII; o de origem portuguesa, remanescentes dos índios Gay Head; além de um grupo formado por uma miscelânea de origens: ingleses, franco-canadenses, irlandeses, alemães e poloneses. Essa população representava um número de 6.000 habitantes e esperava-se que somente o grupo formado por descendentes ingleses assumisse a forma mais centralizada dos ditongos para se diferenciarem dos descendentes ingleses que viviam no continente, assim como dos demais grupos étnicos moradores da ilha.

No entanto, os resultados obtidos por Labov foram de encontro a essas expectativas, já que, tanto portugueses quanto indígenas centralizavam o [ay] e o [aw], numa tentativa de sinalizarem seus sentimentos de pertença à ilha tanto quanto os descendentes de ingleses. A tabela (1) mostra a distribuição das ocorrências de centralização por grupos étnicos e a faixa etária:

Faixa etária	Ingleses		Portugueses		Indígenas	
	[ay]	[aw]	[ay]	[aw]	[ay]	[aw]
Mais de 60	36	34	26	26	32	40
46 a 60	85	63	37	59	71	100
31 a 45	108	109	73	83	80	133
Menos de 30	35	31	34	52	47	88
Todas as idades	67	60	42	54	56	90

Tabela 1: Centralização dos ditongos [ay] e [aw] em Martha's Vineyard, por grupos étnicos e faixa etária.
(In: LABOV, 2008, p.46)

⁵Falante descendente de família inglesa de longa tradição na região de Chilmark.

Ao observamos os dados desta tabela, percebermos que o grupo de faixa etária entre 31 e 45 anos de idade e de etnia inglesa é o maior responsável por um alto grau de centralização nos dois ditongos. Nesse sentido, Labov considera que, esse grupo foi o que sofreu as maiores tensões, uma vez que cresceu numa economia pesqueira declinante, e optou por permanecer na ilha ao invés de abandoná-la. Em decorrência disso, coube a esse grupo se impor mais veementemente às incursões dos veranistas, no entanto, esse sentimento não foi atribuído somente aos ingleses, já que ocorreu com uma frequência muito alta também nos outros dois grupos étnicos mais estigmatizados.

Assim, esse quadro refletiu o desejo compartilhado por todos os falantes da ilha: diferenciar-se dos turistas “invasores” sinalizando quem eram os moradores, e quem eram os veranistas. Com essa diferenciação, o grupo dos nativos procurava se afastar do outro grupo, acentuando um traço característico em sua fala em oposição à fala do outro grupo, em uma tentativa de demarcação do território pela língua, ou seja, a língua era vista como um fator de identidade social.

Quarenta anos depois do trabalho precursor de Labov (2008), Blake e Josey (2003) empreenderam um trabalho de revisitação da pesquisa de Labov em Martha’s Vineyard. Os objetivos das autoras eram o de reproduzir os métodos empíricos de pesquisa labovianos, de retomarem sincronicamente a análise do ditongo [ay], de observarem a mudança de som em progresso por uma perspectiva diacrônica, além de checarem se ainda havia uma relevância oriunda da correlação da mudança com os fatores sociais identitários (com o local, com o sentimento de pertença ao grupo) como os descritos por Labov.

A pertinência de um trabalho de replicação, como o que foi produzido pelas duas autoras, partiu da importância dos métodos e das conclusões alcançadas por Labov sobre o estudo em Martha’s Vineyard para a Sociolinguística Variacionista e a Linguística Histórica, que até então recebera pouca atenção dos linguistas no que se refere à ilha. O trabalho das autoras foi o primeiro de replicação, sem que nenhum outro pesquisador tivesse dado uma perspectiva de como estaria funcionando as estruturas linguísticas e sociais em Martha’s Vineyard.

A metodologia utilizada para a replicação foi similar àquela praticada por Labov em vários aspectos, de modo que o trabalho de campo feito por Josey⁶, durante as três semanas em que ficou hospedada com uma família de residentes de Chilmark, ocorreu no período da primavera e de alguns meses do verão nos anos de 1997, 1999 e 2000. Os dados das entrevistas foram coletados por meio da leitura de listas de palavras e passagens retiradas do trabalho de Labov. A amostra foi constituída por 16 homens com idade que variaram entre 17 e 82 anos, divididos em três grupos: idosos (mais de 60 anos), medianos (entre 35 a 50 anos) e jovens (entre 18 e 34 anos), tal qual a divisão do trabalho anterior de Labov.

As exceções ao trabalho de réplica foram as suas limitações ao ditongo [ay] e aos falantes de Chilmark. As autoras alegaram que o estudo de [ay], realizado principalmente porque ocorre abundantemente na fala, estava abaixo do nível de consciência do falante, e esse ditongo possui uma latitude fonética que está fora da faixa de fusão com outras vogais. A escolha dos falantes oriundos da região de Chilmark decorreu do grau mais marcado de centralização, pois que apresentaram as taxas mais altas.

Josey lançou mão do conceito de rede social, *network*, proposto por Milroy (1987), a fim de ganhar um acesso mais livre dentro da comunidade de Martha's Vineyard e também com o objetivo de verificar o grau de relacionamento dos moradores entre si e dos moradores com a ilha. As redes sociais, nesse caso, representam os graus de contato entre os indivíduos que se relacionam no cotidiano.

É importante observar que o trabalho de Labov evidenciou que, embora os veranistas tivessem tornado-se fundamentais para saúde econômica da ilha, o grupo mais coeso, mais independente e mais resistente, os pescadores de Chilmark, se opuseram obstinadamente aos veranistas, pois estes eram vistos como os causadores de alteração do modo de vida e do equilíbrio da comunidade local. No entanto, as autoras afirmaram que, 40 anos depois, a situação em Martha's Vineyard havia mudado, algumas pessoas chegaram a demonstrar um sentimento diferente daquele descrito em Labov, como na fala desse pescador: “*They are what definitely keeps my business open. I'd say that the majority of summer people are just really sweet and interested in Vineyard life, always asking questions. I don't find it annoying*”. (BLAKE E

⁶ Importante situar o leitor acerca do porquê às vezes esta autora é citada sozinha, ela realizou os trabalhos de campo e as decisões tomadas em campo partiram de suas escolhas como pesquisadora. No entanto, o trabalho de replicação tem como autoras Blake e Josey (2003).

JOSEY, 2003, p. 458)⁷. Ao contrário desse depoimento, outros moradores revelaram um sentimento de apatia: “*We all know that by june 1st, the floodgates open and the tourist are here. It's something we expect, neither resisting, or welcoming*” [it].(BLAKE E JOSEY, 2003, p. 458)⁸. De uma forma geral, não há resistência nem acolhimento por parte dos habitantes da ilha.

O turismo crescente gerou maior oferta de empregos, uma vez que os moradores da ilha começaram a criar formas alternativas de ganho com os turistas, além da criação de um programa de defesa aos direitos dos moradores, contudo somente os falantes nativos medianos e idosos mantiveram a intenção de permanecer na ilha. Os jovens, contrariamente, pensavam em deixar a ilha, já que achavam a vida na ilha chata e sem perspectiva, isso também pode ser atribuído ao sentimento de *status* que foi perdido pelos pescadores, o número deles estava diminuindo pouco a pouco e os jovens não queriam mais pescar.

Blake e Josey (2003), concluíram que a centralização de [ay] perdeu seu status de ícone como um marcador de localidade em Martha's Vineyard, o que deixava evidente que as tradições estavam se perdendo e consequentemente provocaram uma mudança comportamental em seus habitantes, atestada pelo declínio na marca de oposição linguística dos “vineyardenses” em relação aos veranistas. Com isso, uma mudança em progresso na centralização do ditongo [ay] em declínio foi comprovada e a explicação para o novo modo de vida dos “vineyardenses” é oriunda de uma mudança sócio-econômica vigente, sustentada por um novo tipo de economia que vem se instalando na ilha com o passar do tempo: o turismo. Desse modo, a inter-relação entre língua e sociedade foi mais uma vez atestada em Martha's Vineyard, e sustentou a hipótese laboviana de que as mudanças sonoras são motivadas socialmente.

Outro trabalho realizado foi o estudo de Pope, Meyerhoff e Ladd (2007), que se caracterizou por buscar uma replicação mais próxima possível dos métodos originais do trabalho de Labov na ilha de Martha's Vineyard. Estes autores estudaram a centralização de [ay] e [aw] e propuseram a retomada do estudo da variação e mudança linguística no tempo aparente por meio da graduação etária para entenderem os acontecimentos em tempo real, além de buscarem evidências que comprovassem as afirmações de Labov sobre a motivação social da variação e da mudança fonética.

⁷Eles são o que definitivamente mantém o meu negócio aberto. Eu diria que a maioria dos veranistas são realmente doces e interessados na vida de Vineyard, sempre fazendo perguntas. Eu não acho isso incômodo.

⁸Nós todos sabemos que em 1 de junho as portas das comportas abrem e os turistas estão aqui. É algo que esperamos, nenhuma resistência ou acolhimento nisso. Tradução Nossa.

A coleta de dados foi a metodologia utilizada, de modo que Pope⁹ foi a campo por três semanas durante o verão de 2001, e permaneceu por 2 semanas e, no inverno de 2002, por uma semana. Ela ficou hospedada em hotéis e pedia carona para viajar de uma cidade para outra. Suas entrevistas foram feitas por meio de leitura de palavras e passagens de texto levantados do trabalho de Labov. Para que se garantisse a compatibilidade amostral, foram realizadas 116 entrevistas em contraposição às 69 entrevistas realizadas por Labov. Isso ocorreu porque o número de habitantes na ilha havia aumentado e, dessa maneira, haveria uma comparabilidade proporcional à amostra original de Labov. A autora trabalhou com todas as ocupações profissionais com as quais Labov trabalhou e percorreu toda a ilha, todos esses cuidados foram tomados para que a pesquisa obtivesse uma amostra fidedigna à de Labov.

As análises iniciais do trabalho de réplica mostraram que os pescadores ainda centralizam mais que os outros profissionais (Labov hipotetizou que a mudança havia se iniciado neste grupo), mas que o grupo de agricultores também aumentou a centralização e que, o grupo dos Wampanoag centralizou mais que outros grupos étnicos, o que pode ter ocorrido pela diminuição dessa etnia na ilha. No que se refere à centralização dos ditongos [ay] e [aw], ambos foram muito usados pelos falantes que tinham um forte sentimento positivo pela ilha, sendo possível observar que, ao contrário, aqueles que nutriam um sentimento negativo apresentaram as taxas de centralização mais baixas.

Os estudos de Labov mostraram que os falantes que centralizaram mais tinham uma atitude conservadora em relação à que o autor denominou “orientação para a identidade”. Ao contrário, aqueles que rejeitaram a norma linguística local e se assemelharam aos veranistas tiveram uma “orientação para o prestígio”. Esses resultados se opuseram claramente aos resultados encontrados no trabalho de Blake e Josey (2003), já que apresentaram altos graus de centralização ainda vivos na comunidade de Martha’s Vineyard como os que foram encontrados nos estudos de Labov no ano de execução de seu trabalho.

Os estudos de Pope, Meyerhoff e Ladd (2007), realizados por meio da replicação rigorosa do trabalho laboviano sugeriram que a repulsa aos veranistas, tal como apresentada no original, continuava ainda muito presente em 2002, e que o simbolismo da centralização permaneceu na pesquisa atual, tal qual aconteceu na primeira pesquisa.

⁹ Da mesma maneira como ocorreu no outro trabalho de réplica, neste, somente Pope foi à campo. Desnecessário dizer que os créditos da pesquisa são, entretanto, dados à Pope, Meyerhoff e Ladd (2007).

O aumento do grau de centralização entre os falantes mais jovens comparados aos falantes do Atlas Linguísticos da Nova Inglaterra levaram Labov a hipotetizar que, o fenômeno da centralização dos ditongos poderia ser uma mudança em progresso. Pope, Meyerhoff e Ladd (*idem*) constataram que as variáveis que não possuíam qualquer índice social forte, uma vez que se localizavam abaixo do nível da consciência, estudadas à partir do tempo aparente, traziam uma resposta mais satisfatória, mas que, segundo Blondeau *et. al.* (2003, *apud* Pope, Meyerhoff e Ladd, 2007), a construção em tempo aparente não poderia fornecer uma taxa de medida confiável de como a mudança estaria progredindo em uma comunidade de fala, pois uma mudança em progresso poderia pegar impulso uma vez que fosse iniciada.

Vale a pena considerar, a partir desse ponto, os detalhes das variáveis [ay] e [aw] separadamente, já que, a aceleração da mudança não afetou as duas variáveis da mesma forma. No estudo original de Labov, ambos os ditongos apresentaram as centralizações mais padronizadas, embora Labov tenha notado que [aw] ocorria mais centralizado entre os falantes de Wampanoag. Na réplica feita em 2002, ficou evidente que a centralização se tornou characteristicamente mais associada com [aw] do que com [ay]. Isto ficou comprovado de duas maneiras: a primeira, em decorrência do alto grau de centralização de [aw] em detrimento de [ay] em todos os grupos etários comparados aos dados de Labov, de 1962; segundo, porque, nas diferentes trajetórias de centralização de [aw] e [ay], surgiram os falantes que nasceram a partir do ano de 1977. Assim, a centralização de [aw] adquiriu um estatuto mais forte de identidade com a ilha de Martha's Vineyard nos últimos 40 anos.

Os resultados de Pope, Meyerhoff e Ladd (2007) corroboraram as ideias originais de Labov, pois confirmaram que o tempo aparente pode ser usado como uma evidência sobre a mudança linguística em tempo real. Para eles, essa conclusão simplesmente reforçou as conclusões de outros trabalhos que tomaram o tempo aparente como referência em suas pesquisas. Um aspecto, que deve ser considerado, diz respeito à retomada do trabalho de Labov com um olhar mais cauteloso, uma vez que foi atestado no trabalho que Pope, Meyerhoff e Ladd (*idem*) apreenderam, mas que divergiu das descobertas recentes de Blake e Josey (*idem*). O fato é que as razões disso ter ocorrido inquietou as autoras, já que as respostas seriam bastante promissoras. Duas questões foram levantadas a fim de se entender as divergências resultantes dos trabalhos de réplica: uma derivada da interpretação dos dados sociais e a outra, da metodologia.

Blake e Josey (*idem*) utilizaram, em seu trabalho, o argumento de que, nos tempos atuais as taxas de desemprego em Martha's Vineyard haviam decaído, e que o censo realizado no ano 2000 mostrou que as rendas familiares aumentaram. Além desses resultados do censo, acresceu-se o fato de que o programa assistencial Plot, de proteção às crianças nascidas na ilha, estava atuando com a finalidade de resguardá-las de seus direitos, como por exemplo, o direito de compra de terras na ilha.

Por outro lado, Pope, Meyerhoff e Ladd (*idem*), questionaram a validade de tais informações, uma vez que consideraram que a renda familiar não era um bom indicador de classe social, já que este mesmo censo apresentou um índice muito alto de pessoas abaixo da linha de pobreza em Dukes County, e que esse aumento na renda não dizia nada sobre os custos de vida na ilha. As casas na ilha em sua maioria eram casas de verão, o que significava pouca oferta a preços acessíveis para os moradores e que a criação do programa Plot e do programa de Fundo de Habitação na verdade indicavam que a comunidade procurava responder com uma grande variedade de medidas às ameaças da invasão.

A preocupação dos nativos com a alta de preços praticada na ilha advinha do papel desempenhado pelos moradores super ricos do verão e foi manifestada a Pope em muitas de suas viagens pela ilha, o que também estava refletido de forma tênue nas práticas sociais, voltadas para o consumo local, onde circulavam *cartoons* que tinham como título a seguinte frase: “*Summer people, some are not.*” (POPE, MEYERHOFF E LADD, 2007, p. 624)¹⁰.

Pope, Meyerhoff e Ladd (2007), admitiram que a renda advinda do turismo trouxe uma prosperidade que não haveria como não refletir na renda e nos padrões de emprego, mas nada que fosse realmente significativo para o bem estar econômico e geral da comunidade de Martha's Vineyard nos últimos 40 anos. Assim, não haveria razões para se supor que, essa mudança foi tão significativa a fim de modificar as atitudes dos moradores com relação aos veranistas. Desse modo, no que concerne à correlação entre atitudes sociais e os marcadores linguísticos, não havia nada de surpreendente no trabalho de revisitação que não estivesse exposto no trabalho original de Labov.

As questões metodológicas que marcaram as divergências entre os resultados dos trabalhos de réplica em Martha's Vineyard foram atribuídas à dificuldade de se estudar duas vezes a mesma comunidade. Essas diferenças determinaram a forma como cada um dos estudos

¹⁰Veranistas, alguns não são.

foi realizado, o impacto causado sobre os resultados dos dados apresentados, o que permite observar que estes podem ser derivados de pelo menos quatro diferenças: a variedade de estilos de fala, uma cobertura geográfica e social da ilha, a percepção da identidade social dos trabalhadores de campo e, por fim, o fato de que Josey estudou somente [ay] e não [aw].

No que diz respeito ao primeiro fator, o segundo trabalho de réplica foi mais próximo do de Labov no que se refere aos métodos de coleta de dados. Já em Josey, as amostras oriundas de entrevistas sociolinguísticas não deram ao leitor nenhuma informação de como foram coletadas, se em lugares tranquilos, ou nas casas dos falantes. Enfatizou-se o tipo de análise acústica realizada.

O segundo fator traz uma plausibilidade, entre os dois trabalhos, mais fácil de ser entendida. O estudo de Josey restringiu-se a falantes de apenas uma comunidade – Chilmark. Já na pesquisa de Pope, Meyerhoff e Ladd, houve, na medida do possível, uma replicação próxima à amostra de Labov. Além disso, os contatos que Pope estabeleceu em suas viagens por meio de caronas foram diferentes daqueles estabelecidos por Josey em sua estada com uma família de Chilmark e de sua introdução nas redes de contato dessa família.

O terceiro fator, e mais especulativo, pondera ser possível que o entrevistado demonstrasse uma percepção diferente dos entrevistadores. Josey era uma falante do inglês americano, o que pode ter provocado um alojamento das variantes não-centralizadas em seus entrevistados. Além disso, também o fato de ela ter sido apresentada por uma família nativa, pode ter dado a ela um *status* não adquirido por Pope enquanto “caroneira” e falante de inglês britânico.

E, finalmente, o foco dado a [ay] em detrimento de [aw] pode ter afetado as conclusões de Blake e Josey. Observa-se, então, que a centralização de [ay] está em declínio segundo os resultados obtidos de Pope, Meyerhoff e Ladd, se comparado ao aumento de centralização que está ocorrendo em [aw]. E a diminuição de centralização em [ay] foi fator de congruência nos dois estudos, entretanto foi dito no trabalho de Pope, Meyerhoff e Ladd que nenhuma evidência foi encontrada nas conclusões mais gerais que levasse à constatação de que em Martha’s Vineyard houve a perda da centralização que acarretasse a perda da marca identitária na ilha.

A validade do trabalho de Blake e Josey não foi questionada por Pope, Meyerhoff e Ladd, o que as autoras concluíram foi que um trabalho de réplica mais fiel ao original trouxe a

vantagem de possuir pontos mais próximos de comparação com o estudo de Labov, de 40 anos atrás, e chegar à conclusão de que a centralização não é mais usada como fator de identificação social em Martha's Vineyard deve ser vista com bastante cautela.

Desse modo, a réplica permitiu que se confirmassem 3 pontos da pesquisa laboviana: primeiro, o valor social da variação dos ditongos [ay] e [aw] é bastante similar ao que ocorreu 40 anos atrás; segundo, o tempo aparente pode ser usado sincronicamente para se entender os processos diacrônicos e a direcionalidade da mudança em progresso; terceiro, e mais importante, as autoras confirmaram a percepção laboviana de que a variação e a mudança fonética podem ter motivações sociais que são passíveis de um estudo sistemático.

Segundo Emilio Pagotto (2001), há um sentimento identitário no Brasil semelhante ao que ocorreu na ilha de Martha's Vineyard como os descritos em Labov. Em Florianópolis, os veranistas que visitam a ilha, são provenientes de diversas regiões brasileiras, e fazem uso da palatalização em palavras como: *tjia* ao invés de *tia*, *cidadjí* por *cidiadi*, esse fenômeno é predominante em quase todos os estados do Brasil; em resposta ao sentimento de invasão oriundo do grande fluxo de turistas que visitam a ilha todos os anos, os moradores locais reagiram por meio do baixo índice de palatalização, que operou no jogo social, marcando positivamente a identidade do grupo que pertencia à ilha e negativamente o grupo que fazia uso da outra variante.

Em outras palavras: “*speakers mark their personal history and identity in their speech as well as their sociocultural, economic and geographical coordinates in the time and space.*” (TAGLIAMONTE, 2006, p. 3)¹¹.

Labov (2008) investigou, na cidade de Nova Iorque, a estratificação social do (r) nas lojas de departamento. A variável fonológica pesquisada se constituía da ausência ou presença do (r) em posição pós-vocálica.

Foram analisadas três lojas de departamento em Manhattan: Saks, Macy's e S. Klein que, de alguma maneira, representavam as classes sociais nova-iorquinas. A primeira loja, a Saks, era frequentada por pessoas que pertenciam à classe mais alta da cidade, era mais bem localizada, e sua instalação física era muito boa, sobretudo, nos últimos andares, como observou Labov:

Saks é a mais espaçosa, sobretudo nos andares superiores, com o mínimo de produtos em exposição. Muitos dos andares são acarpetados e, em alguns deles,

¹¹Os falantes marcam suas histórias pessoais e identidade em suas falas, assim como suas orientações socioculturais, econômicas e geográficas, no tempo e no espaço. Tradução Nossa.

uma recepcionista está a postos para orientar o cliente. Kleins, no outro extremo, é um labirinto de anexos, pisos de concreto liso, tetos baixos; exibe a maior quantidade de produtos ao menor preço possível.(LABOV, 2008, p.68).

A Macy's caracterizava-se por possuir um público de pessoas pertencentes à classe média, e sua localização não era privilegiada. Por sua vez, a S. Klein opunha-se em todos os aspectos à Saks: as pessoas que a frequentavam pertenciam às classes mais baixas e suas instalações lembravam labirintos de anexos, tal como mencionado por Labov (2008).

A metodologia utilizada constituiu-se de anotações, feitas pelo próprio pesquisador, que se originaram de perguntas voltadas aos funcionários das lojas sobre como encontrar determinado produto, induzindo as repostas para o par de palavras *fourth floor*.

Uma vez que a realização do (r) pós-vocálico pode ser pronunciada ou não, o que determinaria a sua realização? Essa era uma dúvida do pesquisador, pois no inglês britânico, a não realização do (r), denominada de (r-0) é que constitui a variante de prestígio, enquanto nos Estados Unidos, essa variante é estigmatizada, uma vez que a forma pronunciada é que é a variante de prestígio.

Assim, a partir dos dados coletados, Labov obteve os seguintes resultados: na Saks, as ocorrências do (r-l) representaram 62% do total, na Marcy's 51% e na S. Klein apenas 20%. Estes resultados apontaram para a forte correlação entre a pronúncia do (r) e estratificação social. Em outras palavras, há uma valoração das formas linguísticas que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Isso ficou mais evidente quando Labov lançou seu olhar para os funcionários das lojas e observou que fatores como raça poderiam constituir as variáveis independentes.

Dos 62% de informantes da Saks que realizavam o (r-1), somente 3% destes eram negros por contraste com a Saint Klein que apresentou um número total de 20% de ocorrências do total de informantes negros que realizaram o (r-1). Na Marcy's, o número de informantes negros que realizaram o (r-1) foi da ordem dos 14%. Esses números se apresentaram porque “a porcentagem mais alta de vendedores negros nas lojas de menor prestígio é coerente com o padrão geral de estratificação social, já que, normalmente, aos trabalhadores negros são atribuídos empregos menos prestigiados”. (LABOV, 2008, p.75).

Assim, Labov pôde concluir que as variantes linguísticas são estratificadas e avaliadas socialmente, e que um estudo da língua se tornaria mais interessante se aspectos linguísticos fossem intimamente correlacionados com aspectos sociais.

Segundo Tarallo (2002, p.7) “vários outros trabalhos seguiram os estudos de 1963 sobre a ilha de Martha’s Vineyard. Além dos acima citados, estudos sociolinguísticos da Filadélfia, entre outros”. Esses trabalhos foram empreendidos pelo pesquisador que buscava respostas que satisfizessem suas inquietações sobre como o sistema linguístico poderia estar estruturado enquanto as línguas mudavam e, como o aspecto social agiria nessa heterogeneidade.

No modelo de análise fundamentado na Sociolinguística, a língua deve ser vista como algo heterogêneo em constante processo de mudança que se correlaciona com as mudanças do meio social em que se insere, ou seja, estruturas variáveis revelam padrões de regularidade que não correspondem a um caos, isto porque o caos aparente do discurso de cada indivíduo e de cada grupo está sujeito à sistematização e à análise. Sob essa perspectiva, podemos afirmar que, no sistema linguístico, há uma coexistência de formas variantes que ocorrem porque a língua é passível de variação, uma vez que o sistema permite ao indivíduo a possibilidade de dizer de várias maneiras a mesma coisa e com o mesmo valor de verdade.

Para Labov, as possibilidades de uso das formas que estão no sistema linguístico são denominadas variantes e ao conjunto de variantes é dado o nome de variável. Desse modo, a teoria da variação assume como pressuposto básico, a natureza variável da língua, o que significa dizer que a análise linguística deve focalizar as regras variáveis, buscando sistematizar os condicionamentos (linguísticos e extralinguísticos) responsáveis pela aplicação, ou não, dessas regras.

A partir de Labov, a concepção de língua dentro desse contexto social toma fôlego nos estudos linguísticos, pois as conclusões alcançadas redundaram em refinamentos metodológicos capazes de elucidar problemas históricos do passado, trazendo um novo ímpeto para as investigações sobre a dinâmica da variação e da mudança em muitas comunidades linguísticas.

Assim, para Labov os padrões de comportamento linguístico podem ser observados dentro de uma comunidade de fala, e é possível perceber como o sistema linguístico se mantém ordenado enquanto as línguas variam e mudam. A origem da mudança está diretamente relacionada aos fatos humanos, e, portanto, sociais.

1.2 – A Sociolinguística paramétrica

No trabalho intitulado *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística* realizado por Tarallo e Kato (1989), os autores se pautam na argumentação de que a harmonização entre a teoria gerativa e o modelo metodológico laboviano é possível e apresenta relações de ganho.

Tarallo e Kato (1989), ao proporem o que chamaram de *harmonia trans-sistêmica*, propuseram compatibilizar um sistema em função do outro, pois acreditavam em um direcionamento mútuo das questões que marcavam a oposição das probabilidades da Sociolinguística Variacionista e das propriedades paramétricas do modelo gerativo. Para eles (*idem*), “polarizar uma linguística de regras de um lado e uma ciência de probabilidades de outro, tem marcado presença em todas as sub-áreas de investigação em linguística há tempo até demais: na fonologia, na sintaxe, etc, etc, etc.” (TARALLO e KATO, 1989, p.2)

O ponto mais relevante que deve ser comentado é que os autores acima citados usaram um argumento já utilizado pelo próprio Labov, que diz respeito à questão da cautela com relação aos estudos neogramáticos em comparação com os estudos difusionistas. Labov (1981, *apud* Tarallo, 1990, p. 75) fez uma opção muito clara pela conciliação entre as duas vertentes, ao dizer que “os dois grupos estão corretos. Os dois grupos somente erraram ao não diferenciar os tipos de mudança fonológica, tanto no sistema vocalico quanto no consonantal”.

A partir dessas considerações, nasce a Sociolinguística Paramétrica:

Empreenderemos, sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função de outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra- e inter-linguística, enfim: na *harmonia trans-sistêmica* (TARALLO E KATO, 1989, p.6).¹²

Assim, ao proporem a *harmonia trans-sistêmica*, Tarallo e Kato (1989) sugerem que a dicotomia empirismo x racionalismo seja abandonada para que haja um realinhamento nas gramáticas das línguas, direcionadas pela variação intra e interlinguística. A proposta de compatibilização entre as propriedades paramétricas da teoria gerativa e as probabilidades do

¹²Grifos destacados por nós.

modelo variacionista ajuda a entender qual é o grau de variação em um determinado sistema e, assim, determinar os possíveis caminhos da mudança. A análise é feita a partir de elementos intralingüísticos, ou seja, variáveis internas de uma língua, e depois são projetadas para o estudo comparativo desses elementos, interlinguisticamente, nas diferentes línguas em que essas variáveis possam atuar.

Tarallo e Kato (1989), sustentaram a interface teórica entre a abordagem laboviana e a abordagem chomskyana em três momentos. Em todos esses momentos, há exemplos de línguas que se distanciam por laços genealógicos históricos e/ou geográficos, de tempo e espaço, mas que podem convergir em determinadas partes de suas gramáticas.

No primeiro momento, os autores usaram, para exemplificação de suas análises, elementos de línguas tão distantes como a língua portuguesa e o Tok Pisin, discorrendo sobre os processos de identidade, quanto ao uso da cópia pronominal em orações relativas e não-relativas, segundo as observações de Sankoff e Tarallo (1987 *apud* Tarallo e Kato, 1989). Além disso, os trabalhos de vários outros autores sobre o francês canadense, o espanhol mexicano e o português carioca revelaram que muitos dos fatores condicionadores da inversão, que tiveram origem no latim, atuam na mesma direção.

No segundo momento, Tarallo e Kato (1989), trabalharam com exemplos de realinhamento de uma propriedade gramatical, o parâmetro sintático. Nesse trabalho, citaram Hochberg (1981), que apresentou como conclusão o fato de que houve um aumento na frequência de uso do pronome de segunda pessoa do singular na fala dos porto-riquenhos, o que o levou a hipotetizar que as erosões das consoantes finais poderiam ser as prováveis condicionadoras do preenchimento do pronome na função de sujeito. Outro trabalho importante a se considerar é o apresentado por Naro (1981), que corroborou os estudos de Hochberg por apresentar resultados muito semelhantes com relação às restrições morfológicas do apagamento do sujeito em português. Tarallo e Kato (1986) demonstraram que:

a tendência do português do Brasil de perder as propriedades do parâmetro do sujeito nulo também se manifesta no uso cada vez mais frequente de formas substitutivas seja SNs plenos, seja pronomes pessoais, como formas indeterminadoras da linguagem, substitutivas do moribundo clítico SE. (TARALLO e KATO, 1986, p. 9).

No que tange ao parâmetro do sujeito nulo, podemos dizer que o português está deixando o estatuto de língua mais marcada para o parâmetro *pro-drop*¹³ e tornando-se menos marcada.

No terceiro momento, os autores argumentaram em favor da possibilidade de uma linguística de probabilidades prever “como um dialeto de uma determinada língua, em uma situação de contato, pode começar a realinhar as propriedades de seus parâmetros sintáticos” (TARALLO e KATO, 1986, p.10). Como exemplo do que foi dito, podemos citar o português brasileiro e o espanhol americano: o português falado na fronteira é muito mais solto que o português falado na costa e permite a inversão do sujeito, seguindo a mesma ordem de disposição do sistema espanhol americano que permite a ordem OVS¹⁴

Partindo da dimensão do interlínguístico para o intralinguístico, os autores apresentaram a variação da ordem sujeito/verbo para explanar os fundamentos que justificam a articulação teórica entre a abordagem variacionista e a gerativista. Tarallo e Kato (*idem*), ao investigarem a variação da ordem sujeito/verbo, fizeram alusão ao estudo de Comrie (1981), que considerou o parâmetro uma propriedade que sofre variação significativa nas línguas naturais; significativa, no sentido que se correlaciona com outras propriedades. Nesse sentido, a ordem SOV¹⁵ estaria correlacionada a posposições, e VSO¹⁶ com preposições, o que, de acordo com os autores, só se tornou significativo porque as relações de implicação demonstradas acima constituem um parâmetro.

O conceito de parâmetro, incorporado pela teoria chomskyana, diz respeito às propriedades que variam nas línguas naturais de forma significativa. Dessa forma, ao propor, em 1981, o parâmetro *pro-drop*, Chomsky postulava a existência de propriedades que estariam relacionadas à possibilidade de uma sentença realizar-se com sujeito nulo. Entre essas propriedades, a inversão livre do sujeito.

Tarallo e Kato (1989) apresentaram trabalhos de Rizzi (1982, p.117) sobre o italiano, de Torrego (1984, p.103) sobre o espanhol e de Picallo (1984, p.75) sobre o catalão, no intuito de atestar a validade do parâmetro citado acima.

¹³ Parâmetro *pro-drop* diz respeito a postulação de um pronome sujeito nulo (pro), identificável pela concordância do verbo. Um aprofundamento dessa questão pode ser encontrada em Kato (2002).

¹⁴ OVS ordem dos sintagmas na sentença, significa Objeto-Verbo-Sujeito.

¹⁵ SOV ordem dos sintagmas na sentença, significa Sujeito-Objeto-Verbo.

¹⁶ VSO ordem dos sintagmas na sentença, significa Verbo-Sujeito-Objeto.

Para o italiano, os trabalhos de Rizzi apontaram uma correlação que permite sujeito nulo e inversão livre. Veja os exemplos¹⁷:

1.
 - a. *Ha telefonato Gianni.*
 - b. *Ho trovato il libro.*

No que diz respeito ao espanhol, em que também se correlacionou a inversão livre com o sujeito nulo, o que significa dizer que o parâmetro também ficou marcado positivamente. Exemplo¹⁸:

2.
 - a. *Contesto la pregunta Juan.*

Para finalizar, o Catalão também apontou para a inversão livre como característico de uma língua de sujeito nulo. Eis o exemplo¹⁹:

3.
 - a. *Ha menjat en Joan.*
 - b. *Ha menjat.*

Na tabela a seguir, os valores positivos ou negativos determinam a correlação entre sujeito nulo e inversão livre nas diferentes línguas estudadas:

LÍNGUA	SUJEITO NULO	VS LIVRE
Italiano (e espanhol)	+	+
Português	+	-
Trentino	-	+
Francês	-	-

Tabela 2: Sujeito Nulo
(in: TARALLO E KATO, 1989, p.15)

¹⁷Exemplos retirados de Rizzi (1982) *apud* Tarallo e Kato(1989, p.13).

¹⁸Exemplos retirados de Torrego (1984, *apud* Tarallo e Kato(1989, p.14)

¹⁹Exemplos retirados de Picallo (1984, *apud* Tarallo e Kato (1989, p.14)

O parâmetro *pro-drop*, conforme nos mostrou Tarallo e Kato (1989), é de extrema relevância para a compreensão do fenômeno de inversão do sujeito. O que os estudos atestaram é o fato de que o fenômeno da aceitação da inversão livre está diretamente correlacionado ao parâmetro *pro-drop* nas línguas. Cumpre ressaltar, desde já, que Tarallo e Kato (*idem*) observaram que a inversão livre e parâmetro *pro-drop* não estão atestadas para todas as línguas e os contra-exemplos oriundos do trentino e do português mostram que, apesar de essas línguas possuírem marcação positiva em um de seus parâmetros, a correlação sujeito nulo e inversão livre não foi comprovada. No caso do português, a marcação do sujeito nulo é positiva, mas essa língua não admite a inversão livre, já no trentino ocorreu o contrário, a inversão livre é marcada positivamente, mas o parâmetro *pro-drop*, negativamente.

Por isso, Tarallo e Kato (1989) propuseram duas soluções para que não sejam abandonadas a proposta de compatibilização do modelo paramétrico e as probabilidades. A primeira solução apontada nos remete à ordem VS, que não se caracteriza como um fenômeno homogêneo, e suas ocorrências no português deveriam ser analisadas levando-se em conta a questão da heterogeneidade que, por sua vez, podem indicar não só como o sistema varia, mas também a possível direcionalidade da mudança.

A segunda estaria ligada ao fato de os estudos linguísticos de propriedades paramétricas não diferenciarem as línguas que admitem a ordem VS, mesmo com restrições, como acontece no português, assim como o inglês que excluem de forma quase categórica essa ordem de sua gramática. Em decorrência dessas considerações, Tarallo e Kato (1989) propuseram análises que poderiam constituir um estudo empírico mais interessante do português, fornecendo subsídios para uma linguística trans-sistêmica decorrentes do fenômeno VS em cada língua estudada.

Para finalizar, Tarallo e Kato (1989), demonstraram que o realinhamento de parâmetros sintáticos, próprios da variação interlingüística, alcançava informações fundamentais para o refinamento das análises enquanto a variação intralingüística não se perderia em sinuosos fatores condicionadores que já estariam projetados via variação interlingüística e antecipariam a irrelevância dos fatores considerados.

1.3 – O artigo definido na gramática tradicional

Nessa seção, trataremos do fenômeno da variação ausência/presença do artigo definido apropriando-nos de conceitos abordados segundo a perspectiva da Gramática Tradicional. Esta constitui um instrumento pertinente para nossa análise, porque, independentemente do quadro teórico ao qual nos filiamos, todas as outras correntes teóricas também se alimentam dela para fazer referência de algum modo a essa abordagem: seja para refutá-la, seja para questioná-la, seja para apontar suas incoerências internas.

Para a maioria das gramáticas, o artigo definido é classificado como um determinante, um individualizador do substantivo. Ocorre em uma função antecedente ao nome e sinaliza que as informações que ele carrega são conhecidas tanto do falante como do ouvinte; quando esse processo de definição ou determinação não ocorre, a gramática chama o artigo de indefinido.

Cunha e Cintra (2001, p.205), também afirmam que essa categoria se antepõe ao substantivo e indica “que se trata de um ser já conhecido do leitor, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência”, o artigo aponta para as coisas das quais se deseja chamar a atenção, o que dá certa notoriedade.

Chaves de Melo (1978), ao se referir ao artigo definido, esclarece:

Serve o artigo para destacar, dentre uma vaga multidão de seres da mesma espécie, um ou alguns, determinando-os. Se se trata de um indivíduo, de espécime já conhecido do sujeito falante, usa-se de regra o artigo definido, o, a; se se trata de exemplar desconhecido do falante, recorre-se ao artigo indefinido um, uma. Comparem-se estas três frases: “Saiu para chamar médico”, “Saiu para chamar um médico”, “Saiu para chamar o médico”. No primeiro caso, fica entendido que o fulano saiu à cata de qualquer médico, de homem capacitado legalmente a diagnosticar e a tratar; no segundo caso, entende-se que o fulano foi atrás de um certo médico, que ele sabe quem é e nós não; no terceiro caso, o fulano foi buscar fulano, o Dr. X, que todos nós sabemos quem seja. (CHAVES DE MELO, 1978, p.165).

A função do artigo definido é a de atribuir referência ao nome que já foi citado anteriormente, recuperando todas as informações semânticas que foram expressas por esse contexto da fala (referência dêitica), ou textualmente (referência anafórica). Desse modo,

somente o exemplo “Saiu para chamar o médico” pressupõe conhecimento compartilhado entre ouvinte e falante a respeito do médico do qual se fala, pelo uso do artigo definido.

Além da análise do artigo na sua função de determinação, cabe lembrarmos que o artigo também possui uma natureza morfológica, e que as gramáticas atribuem aos artigos a função de substantivação. Em Cunha e Cintra (2001), a observação da natureza morfológica do artigo é assim entendida:

O artigo é um signo que exige a presença de outro (ou outros) com o qual se associa um sintagma: um signo dependente. Por outra parte, pertence ao tipo de signos que se agrupam em paradigmas ou inventários limitados, fechados: os signos morfológicos, cujos conteúdos – os morfemas – constituem o sistema gramatical, em oposição aos signos léxicos, caracterizados por constituírem inventários abertos, ilimitados. (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 206).

O artigo definido também apresenta a função de substantivador de qualquer elemento que ocorra a sua direita. De acordo com Câmara Jr. (1985, p.105), palavras classificadas como adjetivas tornam-se substantivas não por um processo de derivação específica, (como beleza, de belo) mas pela anteposição do artigo (o belo) e afirma que esse processo atinge qualquer tipo de palavra tais como verbos, advérbios, pronomes pessoais. É importante considerar que ao artigo definido também é atribuído, em algumas línguas, como no português, a distinção de gênero masculino/feminino.

1.3.1 – O artigo definido diante de antropônimos

Nessa subseção, focalizaremos os usos do artigo definido diante de nomes próprios, ainda sob a luz dos conceitos abordados pela gramática tradicional. De uma forma sucinta, o artigo definido, diante de antropônimos, apresenta uma variação quanto ao emprego. Trataremos os usos do artigo definido diante de nomes próprios, objeto desta pesquisa, segundo a perspectiva de Bechara (1978), Cunha e Cintra (2001) e Mira Mateus *et. al.* (1983) para o português de Portugal.

1.3.1.1 – Bechara (1978)

Segundo Bechara (1978), o emprego do artigo definido é amplamente utilizado no idioma e toma sentido especial nos casos em que junto a nomes próprios carrega a denotação de familiaridade, e pode também ser omitido:

- (5) a – **O** Cleto talvez falte hoje.
b – **O** Antônio comunicou-se com **o** João²⁰.

Bechara, ao exemplificar com as frases expostas acima, observa e explica que, na norma culta, o uso do artigo é dispensado diante de nomes próprios de pessoas, excetuando-se os que se acham no plural. Já os apelidos carregam por tradição o artigo: o Camões, o Vieira, etc. O gramático atribui à influência italiana a presença do artigo antes dos nomes próprios de escritores, artistas e personagens célebres como em: o Dante, o Torquato.

No que diz respeito ao emprego do artigo antes dos títulos honoríficos, o autor explica que o artigo aparece antecedido aos títulos de professor, historiador e doutor. E é omitido nos títulos de Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Senhoria e, em outras denominações, como as formas dom, frei, e as de origem estrangeira, como *Lord*, *Madame* e *Sir*.

1.3.1.2 – Cunha e Cintra (2001)

De acordo com Cunha e Cintra (2001), o fato de os artigos serem, por definição, individualizantes, tornaria dispensável o seu uso diante de nomes próprios.

Segundo os autores, a norma lógica do não uso do artigo não é observada por diversas razões de ordem histórica da língua e, por isso, nos dias atuais, grande quantidade de nomes próprios exige a presença do artigo definido. Entre essas razões está o fato de o artigo cercar o nome próprio de um clima afetivo ou familiar:

- (6) a – (...) **A** Carlota! **A** Carlota!
Boa velhinha, como ela é meiga e devota! (A. NOBRE, S, 166)²¹

²⁰Exemplos retirados de Bechara (1978, p.247).

Ainda no que concerne à presença do artigo, Cunha e Cintra dizem que a influência sintática do italiano exige a presença do artigo antes dos nomes de família, empregados isoladamente:

No que se refere à ausência do artigo definido, a regra se aplicaria aos casos de nomes próprios associados a personalidades muito conhecidas:

Porém, os autores afirmam que, o artigo definido deve ser empregado nas situações em que o nome de pessoa vem precedido de qualificativo, quando acompanhado de determinativo ou mesmo qualificativo denotador de aspecto, de uma época da vida do indivíduo, bem como no caso de se atribuir ao nome um sentido depreciativo.

Uma observação, que deve ser considerada em Cunha e Cintra (2001, p.225), refere-se ao uso do artigo, no que eles dão o nome de linguagem popular. Segundo esses autores, “no trato familiar é muito frequente no Brasil e está praticamente generalizada na linguagem corrente de Portugal a anteposição do artigo definido a nomes de batismo de pessoa, o que lhes dá um tom de afetividade ou de familiaridade”.

- (9) a – Geraldo saiu agora.
b – **O** Geraldo saiu agora.²⁴

Ainda segundo os autores, a primeira frase, possível somente em Portugal e na linguagem escrita, imprime à pessoa mencionada certa distinção, o que causaria um distanciamento. Na segunda frase, o uso do artigo carrega a noção de pessoa conhecida, familiar, caseira.

²¹Exemplos retirados de Cunha e Cintra (2001, p.223).

²²Exemplos retirados de Cunha e Cintra (2001, p.223).

²³Exemplos retirados de Cunha e Cintra (2001, p.224).

²⁴Exemplos retirados de Cunha e Cintra (2001, p.225).

1.3.1.3 – O artigo definido diante de antropônimos sob a perspectiva da Gramática Tradicional de Portugal

Para Mira Mateus *et. al.* (1983), são especificadores no interior do SN²⁵ os elementos que se encontram à esquerda do núcleo e não têm função de complemento. Deles, fazem parte os determinantes (os artigos e os dêiticos), os quantificadores e as expressões qualitativas.

Segundo a autora (1983, p.73), “um nome próprio é sempre um designador de um único objeto identificado pertencente à classe dos objectos do universo de referência pressuposto pragmaticamente num dado discurso concreto”. Ela considera o nome próprio como sendo totalmente determinado, por isso não admite complementos frásticos ou adjetivais de valor restritivo. Assim, nomes próprios que designam indivíduos que pertencem à memória histórico-cultural coletiva ocorrem sem especificador, já os que não pertencem a essa memória são, em geral, precedidos pelo artigo definido.

Do que foi exposto anteriormente, podemos mencionar que o ponto mais convergente com relação ao tratamento dado ao uso do artigo definido diante de antropônimos, segundo esses autores normativos, tanto no que se refere ao português brasileiro quanto ao português de Portugal, está no fato de que quando se referem a pessoas, o artigo não deveria ser empregado, uma vez que este é individualizante.

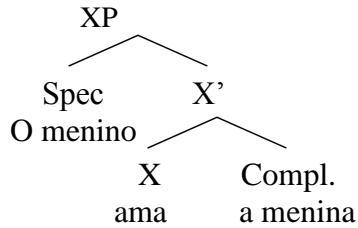
O que foi possível observar é que os gramáticos normativos acima citados divergiram em muitos pontos com relação ao uso do artigo, não apresentaram regras que deem conta de explicar o fenômeno, apontaram para diversas razões como influência italiana para o uso ou não do artigo, além de mencionarem a ordem histórica da língua, mas não trazem explicações satisfatórias ou, pelo menos, elucidativas.

1.4 – O artigo definido na Teoria Gerativa

1.4.1 – A estrutura do DP - Determinante

²⁵ SN – Sigla usada para Sintagma Nominal.

Para a teoria gerativa que tem como axioma a sentença, as relações entre os constituintes devem ser explicitadas assim como sua natureza. Portanto, a Teoria X-barra permite representar um constituinte e suas relações sintáticas com outros elementos a partir do núcleo, como em (13):



Em cada um desses nósulos, um item lexical pode ocupar três posições: ou ele é um especificador (Spec) ou ele é um núcleo (X) ou ele é um complemento (Compl.). Na configuração apresentada acima, o núcleo (X) no nível intermediário representa a relação de localidade que um núcleo tem com o seu complemento, distinta daquela que possui com o seu especificador.

Os núcleos são divididos em lexicais e funcionais, sendo os primeiros formados pela combinação de dois traços distintos, quais sejam: nominal [N] e verbal [V], valorados a partir de oposições positivas (+) e negativas (-). Segundo Fukui e Speas (1986 *apud* Raposo 1993), as categorias lexicais principais são Nome, Verbo, Preposição e Adjetivo, que contêm as classes abertas e são capazes de selecionar semanticamente seus argumentos, projetando-se apenas no nível intermediário por não terem especificador.

As categorias funcionais, por sua vez, caracterizam-se por compreenderem as categorias gramaticais: são elementos com função sintática e não são capazes de atribuir papel temático; além disso, distanciam-se das categorias lexicais por apresentarem as propriedades como a de possuir uma só posição de especificador, formarem classes fechadas, não terem o valor semântico associado às categorias lexicais, além de subcategorizar um único complemento. Dentre essas categorias está a de interesse deste estudo, o DP (determinante).

Na década de oitenta, houve grandes desenvolvimentos teóricos. Os avanços mais interessantes foram os de Fukui e Speas (1986 *apud* Raposo 1993), Abney (1987) entre outros, e se referem à representação sintática dos constituintes nominais de acordo com os princípios da teoria X-barra, ideia que ficou conhecida como a *Hipótese DP*. A *Hipótese DP* trouxe um

refinamento na proposta teórica ao postular que o sintagma nominal possuía uma hierarquia paralela ao de uma sentença, e que, os sintagmas referenciais eram compostos de uma parte lexical e outra funcional; além de abrigar adequadamente a posição do determinante, um núcleo funcional que anteriormente estava na posição de especificador e não era projetado.

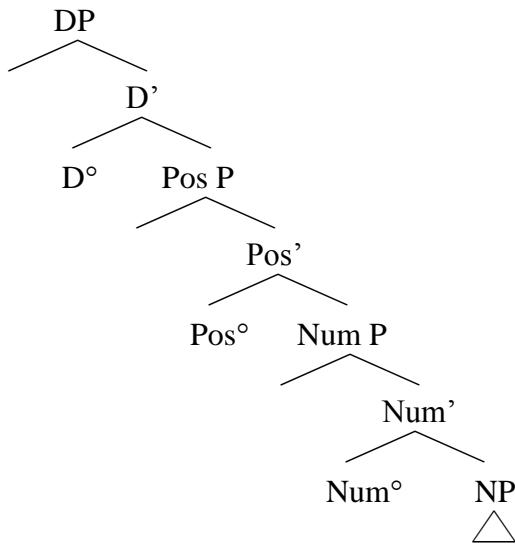
A proposta chomskyana inicial, a despeito da teoria X-barra, alocava o determinante na posição de especificador do sintagma nominal, e o nome (N) era analisado como núcleo deste sintagma. Para as análises de Abney, entretanto, o sintagma nominal seria selecionado pelas categorias funcionais nucleares, das quais o artigo e o demonstrativo faziam parte, assim, o DP passou a ser um novo sintagma e considerado como a projeção máxima da categoria de determinante. Esquematicamente, as duas hipóteses podem ser sumarizadas como em (14) e (15) respectivamente:

(14) [NP DP [N'N]] → hipótese inicial

(15) [DP [D' D NP]] → hipótese de Abney entre outros.

Nesse sentido, a incorporação da *Hipótese DP* à teoria de princípios e parâmetros permitiu um espaço para representação sintática de todos os elementos da estrutura do constituinte nominal. Esta proposta mostrou que da mesma forma que uma projeção verbal contém um VP (Sintagma Verbal) dominado pela projeção funcional como IP (Flexão Verbal), as projeções nominais também poderiam ser tidas como uma projeção do núcleo N dominada por projeção funcional, como D. A partir dessa estrutura hierárquica, os DPs passariam a abrigar os sintagmas nominais e seriam projeções máximas dos NPs (Sintagmas Nominais). Assim, fica claro que a *Hipótese DP* abriga melhor os núcleos funcionais D e NP que podem ter constituintes em seus especificadores.

Como consequência destas alterações, a estrutura do DP passa a abrigar várias projeções funcionais para a checagem de traços como: definitude, possuidor e número, conforme visualizado no exemplo (16) a seguir:



Desse modo, os estudos do funcionamento das línguas que focalizam questões referentes à estrutura do determinante, ao ampliarem o escopo das pesquisas com a *Hipótese DP*, abriram caminho para evoluções nas investigações que contribuíram para uma análise sintática e semântica dos sintagmas nominais. Longobardi (1994) apresenta uma proposta, baseada nos estudos de Abney (1987), sobre a estrutura do DP. Passemos, pois, a ela.

1.4.2 – O nome próprio e o DP

Outro estudo baseado na hipótese de Abney (1987), para a estrutura do DP, em que há evidências que comprovam que N movimenta-se para D, diz respeito ao uso do artigo definido diante de nomes próprios. Longobardi (1994), em sua abordagem sobre o assunto constata que há um movimento da posição do nome para a posição do determinante que acontece para que haja uma checagem de traços.

A pesquisa realizada por Longobardi (*idem*) faz um estudo comparativo do funcionamento das línguas românicas (em especial, o Italiano) com a Língua Inglesa e atestou que algumas variedades das línguas românicas permitem a variação do uso do artigo definido diante de nomes próprios, tais como o Português Brasileiro e o Italiano que se comportam diferentemente do Português Europeu em que o uso do artigo é categórico, assim como a marca

de plural em todos os elementos do sintagma. Os exemplos (17), (18) e (19) ilustram o que foi dito²⁶:

- (17) a – *Il Gianni mi ha telefonato.* Italiano
‘O Gianni me telefonou’.

- b – *Gianni mi ha telefonato.*
‘Gianni me telefonou’.

- (18) a – A Sirlene saiu atrasada hoje. Português Brasileiro
b – Sirlene saiu atrasada hoje.

- (19) a – A Joaquinita fazia anos amanhã. Português Europeu
b – *Joaquinita fazia anos amanhã.

Há um caso de proximidade do Português Brasileiro (PB) com o Português Europeu, explica Longobardi (*idem*), em que os nomes próprios denotam um indivíduo singular, e, por isso, eles são, por natureza, referenciais. No entanto quando os nomes próprios ocorrem no plural, deixam de ser referenciais perdendo esse traço interpretativo e assemelham-se aos nomes contáveis, nesse caso o artigo definido é obrigatório no PB.

Assim como em outras línguas naturais, no inglês, há sintagmas que só contêm nomes nus (*bare nouns*) sem quaisquer elementos funcionais tais como os determinantes ou classificadores. Os nomes próprios apresentam esse comportamento, funcionam como nomes nus (*bare nouns*), como em (20)²⁷, o que também ocorre em orações que podem ser interpretadas por leituras genéricas como em (21)²⁸:

- (20) a – *Joan that I used to know no longer exists.*
b – **The Joan that I used to know no longer exists.*

²⁶Exemplo 17 retirado de Longobardi (1994, p. 622).

Exemplo 18, nosso.

Exemplo 19 retirado de Castro (s.d, p. 11) .

²⁷ Exemplo 20 retirado de Longobardi (1994, p. 657).

²⁸ Exemplo 21 retirado de Longobardi (1994, p. 631).

- (21) a – * *I love the France.*

Pelos exemplos citados, os estudos de Longobardi (1994), atestam que todo sintagma nominal em posição de argumento é um DP e todos os argumentos requerem um DP licenciado. Há, segundo Longobardi (1994, p.641), um movimento de N para a posição de D e o parâmetro abaixo pode ser proposto:

“*N raises to D (by substitution in the Syntax in Italian but not in English)*²⁹”

O movimento acima descrito, não implicaria uma universalidade já que, em algumas línguas o movimento não ocorre, o que é justificado pela variação paramétrica na aplicação do princípio. Assim, de acordo com a proposta de Longobardi (1994), os nomes próprios sem determinante em Italiano são o resultado de uma subida de N para D, entre as línguas românicas. Desse modo, as diferenças em que se incluem o Português Europeu por um lado e as línguas como o Inglês e o Português Brasileiro por outro, residem no fato de que as últimas permitem nomes *nus* singulares em posição argumental mais livremente, mostrando que há realmente uma distinção entre argumento e predicado o que reforça a idéia de que é preciso ter um D preenchido nos argumentos.

A grande contribuição oriunda do trabalho de Longobardi (1994) se refere à necessidade de licenciamento de uma categoria D na estrutura de um sintagma nominal quando em posição argumental. Essa proposta também é defendida por Magalhães (2004), em seus estudos, a autora argumenta em favor de uma categoria D, e apresenta como exemplo o português brasileiro não padrão em que as marcas de concordância de número e gênero são manifestadas somente no determinante e não ao longo do SN.

Trataremos na subseção que se segue de um fenômeno descrito por Longobardi sobre o licenciamento de um DP no italiano.

1.4.2.1 – O Italiano e os nomes *nus* (*bare nouns*)

²⁹ N se move para D (por substituição na Sintaxe do Italiano mas não na do Inglês). Tradução Nossa.

No que se refere ao nome singular contável, para a língua italiana, este nome não pode ocorrer na posição de argumento se não vier acompanhado de artigo (posição de sujeito, objeto direto, objeto direto preposicionado, etc), como pode ser observado nos exemplos a seguir³⁰:

(22) a. **(Un/Il) grande amico di Maria mi ha telefonato.*

(a/the) great friend of Maria called me up.

b. *Ho incontrato *(un/il) grande amico di Maria ieri.*

I met (a/the) great friend of Maria yesterday.

c. *Ho parlato con *(un/il) grande amico di Maria ieri.*

I spoke with (a/the) great friend of Maria yesterday.

d. *Ha telefonato/ E' venuto *(un/il) grande amico di Maria.*

called up/came (a/the) great friend of Maria.

Em contraposição, estruturas com vocativos, predicativos, ou contextos exclamatórios, o artigo pode ser apagado, como mostra os exemplos, uma vez que, não são argumentos e sim predicados³¹.

(23) a. *Caro amico, vieni a trovarmi.*

dear friend come to visit me.

b. *Maledetto tenente!*

damn' lieutenant

³⁰Exemplo 22 retirado de Longobardi (1994, p.612).

³¹Exemplo 23 retirado de Longobardi (1994, p.612).

No Italiano, se o sintagma nominal for um argumento, há que se preencher a posição do núcleo D. Assim, baseado em suas observações sobre o funcionamento da gramática do Italiano, Longobardi (1994) propôs o seguinte princípio:

*A “nominal expression” is an argument only if it is introduced by a lexically filled D position.*³²

No que se refere aos nomes nus em inglês, Longobardi (*idem*) argumenta que, eles são sintaticamente e semanticamente irrestritos, mas que, nas línguas românicas, estão em contextos lexicalmente governados e podem ter somente uma leitura existencial, mas não genérica³³:

(24) a. * *Castori construiscono dighe.* (leitura genérica)

Beavers build dams.

b. * *Cani stavano seduti sul mio prato.* (leitura existencial)

Dogs were sitting on my lawn.

Para Longobardi (*idem*), a distribuição dos nomes nus no Italiano, e nas línguas românicas em geral, parece estar sujeita a um tipo de requerimento lexical similar ao das categorias vazias em geral³⁴.

(25) a. * *Acquavienegiùdallecolline.*

Water comes down from the hills.

b. *Vienegiùacqua dale colline.*

comes down water from hills.

³² Um sintagma nominal é um argumento somente se for introduzido por uma posição D lexicalmente preenchida. Tradução Nossa.

³³ Exemplo 24 retirado de Longobardi (1994, p. 630).

³⁴ Exemplo 25 retirado de Longobardi (1994, p. 616).

Os nomes nus das línguas românicas normalmente excluem as posições de sujeito pré-verbal, mas admitem a posição de argumento interno e também os sujeitos invertidos de predicado inergativo³⁵ como exemplificado em (26)³⁶:

- (26) a. * *In questo ufficio marocchini telefonato sempre.*
in this office *Moroccans always call up.*

- b. *In questo ufficio telefonano sempre marocchini.*
in this office *always call up Moroccans.*

A exposição do comportamento dos nomes nus em Longobardi (*idem*) teve como objetivo comprovar que os sintagmas nominais apresentam o mesmo comportamento das sentenças, e podem selecionar argumento. Para o autor, a categoria determinante é o lugar dos traços gramaticais (número, gênero e pessoa) e que as diferenças paramétricas entre as línguas reforçam a *Hipóte DP*.

1.5 - (Re) Visitando estudos realizados sobre a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo

Descreveremos, agora, os estudos desenvolvidos por Moisés (1995), Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), alguns de cunho variacionista laboviano, fato que se justifica pela própria natureza do fenômeno. Estes trabalhos serão retomados em nossas análises sempre que houver a necessidade de comprovação ou refutação do que já foi comprovado por estes autores com relação à ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos.

1.5.1 – Móises (1995)

³⁵ Predicados inergativos são aqueles que possuem um argumento externo [+ agente].

³⁶ Exemplo 26 retirado de Longobardi (1994, p. 616).

O trabalho de Moisés (1995), de abordagem funcional-discursiva, investigou as condições de ocorrência do artigo no português culto falado em Belo Horizonte. Em princípio, a autora usaria dois *corpora* constituídos a partir de gravações de entrevistas: o primeiro, formado por dez narrativas orais, tinha como objetivo ouvir narrativas dos falantes sobre um filme a que assistiram; o segundo, constituído por seis entrevistas feitas em conversas espontâneas de duração de trinta minutos cada.

O fator escolaridade, nessa pesquisa, apresentava como característica o fato de que todos os falantes possuíam curso superior completo ou por concluir. A idade desses informantes variava entre 21 e 39 anos e estes residiam na capital mineira há pelo menos 8 anos.

A partir da análise dos dados, a autora (1995) constatou que somente as entrevistas formadas por conversas espontâneas se mostraram significativas para o fenômeno a que se propunha tal estudo. Com isso, ela abandona o primeiro *corpus* e encontra relevância nos dados do segundo ao contrapor o uso ao não uso do artigo. Assim, para o uso do artigo, constatou-se 76% de ocorrências contra 24% para o não uso. Considerando uma análise que se volta somente para antropônimos, a autora encontra 61,5% de casos de uso contra 23% de não uso.

Uma conclusão a que Moisés (1995) chegou é a de que há uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo quando este ocorre à esquerda do verbo. O SN1³⁷ com nome próprio de pessoa, cuja função na sentença é de sujeito ou de tópico, recebe mais a marca do artigo definido.

Outra conclusão é que o fator intimidade ou familiaridade apontada por gramáticas tradicionais para explicar o uso do artigo não garante o seu uso, e contraria o que a gramática normativa aponta, uma vez que o mesmo falante varia ao fazer uso do artigo, independentemente da posição em que ocorra, se SN1 ou SN2.

1.5.2 – Silva (1996)

Silva (1996), ao realizar seu estudo, utilizou dados do *Corpus Censo*³⁸ (Rio de Janeiro) com o propósito de analisar a ausência/presença do artigo diante de antropônimos³⁹ e

³⁷A autora trata SN1 como o sintagma que se encontra à esquerda do verbo e SN2, consequentemente, aquele que se encontra à direita.

³⁸*Corpus Censo* – Censo da Variação Linguística no estado do Rio de Janeiro constituído por um banco de dados de língua oral e língua escrita.

pronomes possessivos. Relacionou a presença do artigo a problemas de discurso e a fatores de ordem semântica, como a presença de interlocutores, a entrada de novos elementos no discurso, a não especificidade do possuído e a referência a pessoas já conhecidas.

Guiada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, Silva (*idem*) encontrou em seus dados 73% de ocorrência de artigo diante de antropônimos e 53% diante de possessivos.

Segundo Silva (1996), foram eliminados dos dados os casos em que os artigos podem se contrair com a preposição, uma vez que essa contração acontece categoricamente no sentido de favorecer a presença do artigo. Assim, a autora utilizou em seu trabalho um conjunto de variáveis, a saber: *status* informacional; domínio público; familiaridade de tratamento; escolarização; idade; sexo; mercado ocupacional; mídia; sensibilidade linguística, dividindo-as em grupos de *a* até *f*. Houve um cruzamento dessas variáveis e a autora encontrou alguns resultados que não serão diretamente tratados nesse estudo, uma vez que faremos apenas a exposição de resultados conclusivos mais gerais.

Com relação às variáveis exclusivas de antropônimos, dois grupos de fatores foram selecionados: i) *a familiaridade de tratamento* com referência ao nome de família ou de batismo, favorecendo o emprego do artigo (74%), com referência ao nome de família e de batismo, anulando o fenômeno (50%), com referência a presença de título, desfavorecendo o fenômeno (48%); ii) *domínio público* que é caracterizado pelo grau de conhecimento que o falante julga que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada, dividindo-se em personagens de domínio público e personagens não conhecidas pelo ouvinte, aponta para um resultado de (50%).

Baseada nos resultados obtidos, a autora afirmou que dois princípios antagônicos parecem atuar sobre a presença do artigo definido diante de antropônimos e possessivos:

i) a familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada faz com que o falante se empenhe em definir melhor a entidade quando considera que o ouvinte não compartilha com ele esse conhecimento. Então, há um aumento no uso do artigo. ii) a familiaridade que o falante tem acerca da entidade faz com que ele aumente a realização do artigo. Assim, os nomes próprios de entidades familiares recebem mais o artigo que os nomes menos familiares. (SILVA, 1996, p.139).

³⁹Importante ressaltar que Silva (1996) não usa o termo antropônimo como foi exposto acima, a autora usa o termo ‘patronímico’ para se referir a nomes próprios de pessoa. O termo antropônimo foi utilizado em um trabalho posterior, Callou e Silva (1997) e será empregado neste trabalho.

No que se refere à ausência do artigo diante de antropônimos, ainda neste estudo, Silva (1996) examinou livros didáticos infantis com o intuito de verificar se, comparada à regra da gramática normativa, o uso do artigo definido diante de antropônimos na língua escrita também estaria ligado à questão da familiaridade. Dos 52 textos em prosa, apenas 9 usaram o artigo definido diante de antropônimos (13%), diferentemente da porcentagem para a língua oral de 73%. Nesse sentido, a autora afirmou que a presença de artigo definido diante de antropônimos é traço da oralidade.

Para finalizar a análise dos dados, a autora (1996) conclui que, apesar de as ocorrências do artigo definido, diante de antropônimos, terem sido mais significativas do que diante de possessivos, a regularidade é mais facilmente encontrada na aplicação da regra para os possessivos do que para antropônimos. Assim, uma questão a inquietou: “por que motivo duas regras que são regidas pelos mesmos princípios apresentam diferenças?” (SILVA, 1996 p.143).

A autora (*idem*) afirmou que não havia a possibilidade de rastrear a frequência dos artigos diante de antropônimos através dos séculos como se fez com o artigo diante de possessivos, ancorando-se na justificativa de que a maioria dos autores nunca usava o artigo. No entanto, tal afirmação não se sustentou em decorrência dos trabalhos feitos por Callou e Silva (1997), Mendes (2000) e Callou (2000). Isso porque essas pesquisadoras demonstraram o percurso do uso do artigo definido diante de antropônimos ao longo do tempo.

1.5.3 – Callou e Silva (1997)

Orientadas pelos pressupostos da teoria Variacionista Laboviana e objetivando verificar a possibilidade de se traçar um paralelo entre o uso do artigo antes de possessivos e antropônimos, as autoras (1997) apresentaram o resultado de uma análise diacrônica do uso/não-uso do artigo definido antes de possessivos e antropônimos utilizando dois *corpora*, um de língua escrita de Portugal, composto por textos do século XII até a data atual, e outro de língua escrita do Brasil a partir do século XIX. Os resultados a que chegaram foram: tanto no Brasil quanto em Portugal houve um aumento significativo do uso do artigo antes de antropônimos. (cf. GRÁFICO 1).



Gráfico 1: Freqüência do uso do artigo diante de antropônimos
(In: CALLOU E SILVA, 1997, p.14).

A partir de resultados anteriores, Callou e Silva (1997) fizeram uma análise com *corpora* de língua oral (projeto NURC)⁴⁰ e apontaram alguns grupos de fatores que favoreceram o uso do artigo, quais sejam: a presença de preposição, a função sintática, o grau de familiaridade, a região de origem e a prosódia.

No que diz respeito ao fator presença de preposição, foi encontrado o que as autoras (*idem*) chamam de forte condicionamento do artigo à presença de preposições que com elas se contrai, *em*, *de*, *a*, *para*, em comparação com casos com preposições em que não há a contracção, *com* e *sobre* e sem preposição.

Quanto ao grupo função sintática, a hipótese inicial de não se confrontar esse grupo com o grupo presença de preposição não foi confirmada no cruzamento dos dados, ao contrário:

Observe-se que o peso relativo segue a mesma escala crescente da porcentagem, o que representa mais um indício de não haver interdependência deste grupo [função sintática] com outro (presença de preposição), ao contrário do que nossa intuição nos fazia crer – já que algumas funções (adjuntos, genitivos e objetos indiretos) são sempre precedidas de preposição que, por sua vez, favorecem a presença do artigo. Note-se ainda que o objeto indireto malgrado a preposição, mantém-se neutro. (CALLOU e SILVA, 1997, p.19).

Observou-se, então, que o grau de familiaridade apresentou relevância somente nos dados da cidade do Rio de Janeiro. Assim, Callou e Silva (1997) concluíram que o uso do artigo está relacionado com o grau de intimidade daquele que fala com o referente do antropônimo.

⁴⁰Projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta que é composto por dados de língua oral de falantes de nível universitário que engloba as cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Com relação à região de origem, as autoras apresentaram como resultado o fato de as regiões Sul e Sudeste utilizarem o artigo com maior frequência, uma vez que os traços prosódicos revelaram uma preferência pelo uso do artigo em vocábulos menores, de uma a duas sílabas.

Para concluir seus trabalhos, hipotetizaram o fato de a distribuição do artigo estar relacionada a questões prosódicas que estariam ligadas à diferença de ritmo entre a fala em Norte/Nordeste e em Sul/Sudeste do país, uma explicação para o emprego do artigo que vai além da questão de definitude. As autoras (*idem*) chamaram a atenção para o fato de se realizar menos o artigo onde há um conservadorismo linguístico: “quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo.” (CALLOU e SILVA, 1997, p. 20).

1.5.4 – Callou (2000)

A partir de uma retrospectiva histórica que objetivava refletir sobre a evolução da língua portuguesa no Brasil, juntamente com o desenvolvimento sociocultural, Callou (2000) desenvolve uma análise pancrônica do uso do artigo definido diante de antropônimos. Sendo um aspecto inerente a todo o sistema, a variação do uso do artigo definido serve para ilustrar a pluralidade linguística existente no português brasileiro.

Segundo Callou (2000), o emprego do artigo definido está ligado ao fenômeno da definitude. Observa-se que, em algumas línguas, o uso do artigo definido se estendeu a outras indicações, como no uso do demonstrativo dispensando o uso do artigo, ou simplesmente a inexistência dessa marca, e observa-se ainda que em várias línguas há a marca superficial do *status* definido que corresponde ao próprio artigo.

A autora (*idem*) critica as gramáticas normativas, por insistirem no fato de que o uso do artigo estaria atrelado a fatores como familiaridade, intimidade e afetividade. Em suas palavras:

Também porque os brasileiros de algumas regiões, como São Paulo e Rio exteriorizam a sua afetividade, enquanto outros, de Salvador (ou até Niterói) são tão reprimidos, uma vez que não costumam usar artigo com nomes próprios, na fala cotidiana, mesmo ao se referirem a pessoas muito próximas, afetivamente. O que não se pode pensar é que portugueses e brasileiros sejam desprovidos de afetividade ou incapazes de intimidade, em qualquer época de sua história. (CALLOU, 2000, p.13)

Assim, Callou (2000) desenvolveu um trabalho que se ocupou da análise de dois *corpora*, um *corpus* formado por entrevistas informais realizadas nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife composto por 33 entrevistas com 580 ocorrências de nomes próprios de pessoa, e outro *corpus* escrito formado por textos antigos de autores portugueses e brasileiros (século XIII ao XIX) e textos contemporâneos (século XX) de vários autores representativos da cultura brasileira e de diversas regiões para que houvesse uma correspondência com as cidades do Projeto NURC. Foram extraídos 3830 dados desse último *corpus*. Os dados foram analisados a partir do pacote de programas VARBRUL e a análise dos resultados embasou-se na proposta teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista.

Com relação ao grupo de fatores que poderiam funcionar como condicionadores linguísticos ou sociais, Callou (2000), aponta, para a época, identificação do texto por autor ou editor, origem, situação discursiva – haver indicação ou não de pessoa de intimidade dos interlocutores, ou se tratar de nome de domínio público – ou ainda, no caso dos textos escritos, fazer parte do discurso do narrador ou dos personagens em discurso direto, dimensão e acentuação da sílaba inicial do vocábulo, presença de preposição, função sintática do nome próprio.

Ao analisar os dados dos textos escritos em diferentes fases da história, Callou (2000) observou que o percentual do uso do artigo cresce do século XIII ao século XIX, mas que o aumento considerável ocorre nos três últimos séculos, conforme tabela abaixo:

	Ocorrências/ total	%	Peso relativo
XIII	0/24		
XIV	1/166	1%	.02
XV	1/300	1%	.03
XVI	2/166	2%	.05
XVII	1/126	1%	.03
XVIII	13/77	17%	.42
XIX	156/657	24%	.65
XX	716/2274	34%	.76

Tabela 3: Frequência de uso do artigo diante de nomes próprios por século (In: CALLOU, 2000, p.17)

Dentre os fatores considerados relevantes para o *corpus* da língua escrita, na análise feita pela autora (*idem*), podemos citar, além da época em que foram escritos, o contexto – haver

ou não um determinante entre o artigo e o nome próprio –, a origem geográfica e a função sintática do nome próprio. Voltando a análise apenas para os textos do século XX, os fatores que favorecem a presença do artigo foram a região de origem, a situação discursiva, o contexto, a dimensão do vocabulário e a função sintática.

Quanto ao *corpus* de língua oral, a autora observa que fatores linguísticos como função sintática do nome próprio, contexto sintagmático, tonicidade da sílaba inicial do nome próprio e número de sílabas do vocabulário, quando se ligam aos fatores sociais como sexo e faixa etária parecem relacionados à frequência de uso do artigo.

A autora (*idem*) conclui que os dados parecem apontar para uma frequência de uso que obedece a uma distribuição regional, presente tanto na língua escrita quanto oral. Esse uso não pode ser atribuído como característico de língua oral, uma vez que, sua distribuição tanto na língua oral como na língua escrita no século XX, apresenta percentuais muito aproximados e, em ambas as modalidades, a variação é condicionada pelos mesmos grupos de fatores.

1.5.5 – Mendes (2000)

Com o propósito de investigar a ausência/presença de artigo definido antes de antropônimos, na fala dos habitantes de Barra Longa-MG, a pesquisadora extraiu seus dados de um *corpus* de língua escrita pretérita e de um *corpus* de língua oral contemporânea. Os primeiros, constituídos por 17 documentos notariais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX; os segundos, por 10 entrevistas de gravações de conversas espontâneas de pessoas idosas nascidas em Barra Longa. O trabalho de Mendes (2000), de natureza pancrônica, é fundamentado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Histórica.

Diferentemente do trabalho de Moisés (1995), em que a ausência/presença do artigo é analisada a partir da posição sintática que o SN ocupa na sentença, o trabalho de Mendes se ocupou da posição em que o NPr⁴¹ ocorre no SN com o objetivo de identificar quando um NPr é regido pela preposição *de* e a ocorrência de algum item léxico à esquerda do NSN-NPr⁴².

⁴¹Nome Próprio.

⁴²Núcleo do Sintagma Nominal – Nome Próprio.

Mendes (2000) observou a língua em seu estágio anterior e como as mudanças ocorreram ao longo do tempo na estrutura da língua. Nesse sentido, “parte-se do presente para explicar o passado e retorna-se a ele para, então, apresentar uma análise do fenômeno pesquisado” (cf. Cohen, 1995).

Correlacionando dados do presente, oriundos de entrevistas realizadas com falantes da comunidade, e dados de língua escrita pretérita, foi possível sustentar que determinadas estruturas se mantiveram estáveis ao longo dos séculos. A ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos se caracterizou como uma estrutura pretérita dos séculos XVIII e XIX que, por sua vez, remontava a uma estrutura latina e que, em Barra Longa, a ausência do artigo se configura como um caso de retenção linguística, passado de geração para geração.

1.5.6 – Amaral (2003)

O objetivo do trabalho de Amaral (2003) foi descrever a variação sintática relativa à ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em Campanha, Minas Novas e Paracatu, todas elas, localidades mineiras. Por meio de entrevistas orais contemporâneas, realizadas pelo próprio entrevistador e guiadas pelos pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia associada à Sociolinguística Variacionista, Amaral (2003), contrapôs seus dados de natureza sintática com a divisão de falares, proposta por Zágari (1998), cujo mapa de distribuição apresentou variações regionais de natureza fonológica e lexical e que, segundo esse último autor, não se divergiam no aspecto sintático.

No que se refere à escolha das localidades, situadas no Noroeste Mineiro, Jequitinhonha e Sul de Minas, segundo dados do Instituto de Geociências Aplicadas, Amaral (2003) argumentou que sua escolha se orientou na divisão de falares proposta por Zágari. As três cidades escolhidas pertenciam a povoamentos mais antigos, originados por volta do século XVIII e que fizeram parte do ciclo aurífero, fator importante, pois ao se buscar a representatividade do informante, levou-se em conta a necessidade de terem nascido na região, preferencialmente filhos de pais também nascidos nela. Quanto ao fator escolaridade, a divisão foi entre primária, secundarista ou formação superior, além de informantes analfabetos. A faixa etária a qual

pertenciam variava de 18 a 30 anos para a faixa etária 1, e, a partir de 50 anos, para a faixa etária 2.

Para análise dos dados, foi utilizado o programa GOLDVARB/2001⁴³ e estabelecidos os seguintes grupos de fatores: idade do informante; nível de escolaridade do informante; grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada; ausência/presença de título; posição do antropônimo no turno conversacional; presença do antropônimo em estrutura de genitivo; antropônimo como item de uma enumeração.

Nas 3 cidades pesquisadas, houve uma diferenciação com relação ao emprego do artigo definido que contribuiu para as conclusões a respeito da variação geográfica do fenômeno.

A cidade de Campanha demonstrou, na distribuição das variantes, que a presença de artigo definido (75%) predomina com relação à ausência (24%) e os fatores que estatisticamente foram relevantes podem ser assim elencados: posição do antropônimo no turno conversacional e intimidade. O primeiro, favoreceu o artigo quando não empregado em posição inicial do turno de conversação; o segundo, favoreceu o uso do artigo quando os falantes faziam referência a pessoas públicas na região e a pessoas de seu meio social, e desfavoreceu quando as referências eram feitas a pessoas conhecidas nacionalmente.

Opondo-se aos dados de Campanha, Minas Novas tem um percentual de (61%) para a ausência de artigo contra os (38%) de presença. O fator intimidade foi novamente selecionado, com a presença do artigo sendo favorecida quando os informantes de Minas Novas se referiam a pessoas famosas nacionalmente e pessoas públicas da região e sendo desfavorecida para pessoa do meio social em que vivem. A faixa etária mostrou-se relevante, pois favoreceu o uso do artigo entre os mais jovens (de 18 a 30 anos) e desfavoreceu entre os mais idosos, (acima de 50 anos).

Em Paracatu, uma diferença pequena revelou a preferência daquela região pelo não uso do artigo (52%) e (48%) pelo uso. Nessa comunidade, três fatores foram selecionados como relevantes: faixa etária de 18 a 30 anos favorecendo o uso. Já o desfavorecimento apareceu, por consequência, em informantes com mais de 50 anos. Já o nível de escolaridade marcou a presença do artigo para o nível 2, que englobou os informantes com Ensino Médio ou Superior ao passo que, no nível 1, falantes com baixa escolaridade ou analfabetos marcaram a ausência, além da posição no turno conversacional, que apontou a posição inicial do turno como desfavorecedora do uso do artigo.

⁴³ No capítulo 2, de procedimentos metodológicos, definimos o Programa GOLDVARB/2001.

Na análise quantitativa dos resultados, três fatores foram descartados pelo programa: presença de título, antropônimo como item de enumeração e presença do antropônimo em estrutura de genitivo. Os outros fatores selecionados: faixa etária, grau de intimidade e posição no turno conversacional foram significativos em mais de uma localidade, excetuando o fator intimidade, cujo grau de significância foi apontado somente nos dados de Paracatu, onde curiosamente, a variação ausência/presença de artigo foi muito pequena.

O cruzamento da faixa etária com o fator escolaridade em Paracatu demonstrou um uso do artigo definido preferencialmente entre os falantes mais jovens com ensino médio ou superior. O turno conversacional por sua vez, foi relevante em Minas Novas e Paracatu e foi ao encontro da hipótese de que a posição inicial favorece o uso do artigo. O fator intimidade, para a cidade de Campanha, desfavoreceu o uso do artigo quando os falantes se referiam a pessoas famosas nacionalmente, contrapondo-se ao uso habitual da região onde predominava o uso do artigo. Em Minas Novas, região onde a ausência predominava, os falantes faziam uso do artigo definido ao se referirem a pessoas famosas nacionalmente.

Para encerrar o capítulo, o autor retomou os trabalhos de Móises (1995), em Belo Horizonte, e Mendes (2000), em Barra Longa, e a partir de uma análise dos resultados obtidos desses trabalhos associados aos resultados alcançados em Campanha, Minas Novas e Paracatu, chegou à conclusão de que a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos não corresponde à divisão dos falares apresentadas por Zágari (1998) para a delimitação de áreas linguísticas no estado de Minas Gerais.

1.5.7 – Alves (2008)

O trabalho de Alves (2008) desenvolveu-se a partir da análise da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala de jovens de Barra Longa que foram residir em Belo Horizonte. Seguindo uma abordagem teórico-metodológica respaldada nos pressupostos da Teoria Sociolinguística Laboviana (1972), a autora acresce, ao suporte teórico utilizado, o conceito de redes sociais, que se justifica pela natureza de seu trabalho, de ordem comparativa. Para tanto, usou os conceitos de manutenção linguística (Milroy, 1992) e de redes sociais (Milroy, 1980).

O principal objetivo da pesquisa realizada por Alves (2008) foi verificar o comportamento dos jovens de Barra Longa, no que diz respeito à variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Esperava-se que os jovens preservassem em suas falas a estrutura da comunidade da qual se originaram, partindo da hipótese de que o processo de manutenção acontece de forma variável e que esta variação pode estar relacionada às redes sociais, nas quais os informantes estão integrados.

A partir de observações não sistemáticas sobre o comportamento do artigo definido, e baseada em estudos anteriores, como o de Moisés (1995) e Mendes (2000), a autora percebeu que as duas cidades apresentavam padrões divergentes quanto ao uso do artigo. Em Belo Horizonte como atestado por Moisés (1995), havia uma tendência ao uso do artigo definido antes de antropônimos, em Barra Longa, como comprovado por Mendes (2000), a ausência do artigo definido remonta a uma estrutura pretérita latina.

Alves (2008) utilizou dois *corpora*: um, constituído por 16 informantes da cidade de Barra Longa que foram residir em Belo Horizonte, denominado grupo de Belo Horizonte, do qual foram obtidos 1.163 dados, que apontaram para a predominância da ausência do artigo definido em 85%, e presença em 15%, significando que os jovens residentes em Belo Horizonte estavam preservando a estrutura de sua comunidade de origem. O segundo grupo constituiu-se de 4 informantes, que permaneceram na cidade de Barra Longa, do qual se extraiu 340 dados, dos quais 95% representaram a ausência de artigo definido diante de antropônimos e 5%, a presença. Esse grupo foi nomeado grupo de controle.

Foram selecionados para seu trabalho 10 grupos de fatores, dos quais, 5 de natureza linguística: forma como o antropônimo aparece, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do SN, item de uma enumeração, função sintática, e 5 de natureza extralinguística, a saber: grau de intimidade do entrevistado com o referente, gênero, convívio com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de origem e tempo de residência em Belo Horizonte.

Os dados foram submetidos ao programa estatístico GOLDVARB/VARBRUL 2001, e cinco fatores foram selecionados pelo programa: quatro extralinguísticos e apenas um linguístico, colocados na ordem de importância: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade do entrevistado com o referente, pertinência a redes ligadas a Barra Longa, função sintática e gênero. Em decorrência do fato de somente um fator de ordem linguística ter sido

apontado como relevante para o programa, a autora creditou, a esse fenômeno, correlação com variáveis extralinguísticas.

Quanto à variável linguística função sintática, o uso do artigo é favorecido nas posições de objeto direto e objeto indireto. Quanto às variáveis extralinguísticas, o único grupo de fator estatisticamente relevante na fala dos jovens que se mantiveram em Barra Longa foi o grau de intimidade entre o referente e o antropônimo, que favoreceu o uso do artigo, tanto no grupo de controle quanto no grupo de Belo Horizonte, quando estes se referiam a pessoas públicas, mas que uma divergência nesses padrões ocorria quando o antropônimo se referia à pessoa mais próxima.

Uma das hipóteses de Alves (2008) que tratava da sensibilidade feminina para com a variante inovadora, o uso do artigo, não foi confirmada inicialmente, pois a presença do artigo se mostrou mais saliente na fala dos homens do que das mulheres. Entretanto, quando se observou as redes sociais dos informantes por meio da análise do grau de contato com a cidade de Barra Longa, o fator gênero mostrou-se relevante somente para o grupo que vai com frequência a Barra Longa, isso é, para aqueles que mantêm laços fortes com as pessoas que permaneceram na comunidade de origem. Nesse caso, contrariando os resultados da primeira rodada do programa, as mulheres, ao chegarem a Belo Horizonte, passariam a usar a estrutura predominante nessa cidade.

No que se referem aos jovens, aqueles que não conviviam diariamente com pessoas de Barra Longa em casa ou no trabalho, tendiam a fazer um maior uso do artigo, preservando menos o padrão de origem do que aqueles que tinham um contato diário.

Ao analisar o fator indivíduo, a autora constatou que, alguns informantes favoreciam o uso do artigo em sua fala, o que permitiu que se estabelecesse um vínculo entre o comportamento linguístico deste falante e alta frequência de contato com a comunidade de origem.

Alves (2008) concluiu que a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala de jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte estava associada, sobretudo, a fatores extralinguísticos. As variáveis sociais estariam operando ligadas diretamente ao indivíduo ou ao meio em que ele convive.

1.5.8 – Almeida Mendes (2009)

O propósito do estudo de Almeida Mendes (2009) foi o de analisar a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos no português brasileiro, focalizando a fala dos moradores da zona rural de duas localidades mineiras: Abre Campo e Matipó. A autora utilizou-se do quadro teórico metodológico da Dialectologia, segundo os estudos de Rossi (1963), (1980) e Nascentes (1922) e da Sociolinguística, baseada nos estudos de Labov (1972), Milroy (1980) e Milroy (1992). A escolha da abordagem dialectológica se justificou pelo fato de a autora trabalhar com variação diatópica.

O *corpus* constituiu-se de 8 entrevistas realizadas, sendo 4 em cada uma das localidades, das quais foram extraídos 848 dados e, destes, 620 se referiam aos antropônimos, 228 aos topônimos. Em Matipó, encontrou-se 414 dados de antropônimos e 113 de topônimos; em Abre Campo, 206 dados de antropônimos e 115 de topônimos. Nenhum programa computacional foi utilizado.

Após uma análise dos dados, a autora verificou o ambiente sintático-oracional de figuração do artigo, fez um levantamento dos SN's referenciais, não se ocupando dos não referenciais. Uma vez quantificadas essas ocorrências, foi feita a análise de atuação da variável dependente que se estabeleceu a partir da distinção: ausência ou presença de artigo definido. Determinadas as variáveis dependentes, foram selecionadas as variáveis independentes, a saber: localidade, gênero, idade, tipo de antropônimo, grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere, antropônimo com estrutura de genitivo, topônimos da cidade natal e tipos de topônimos atrelados ao fator social.

Na análise dos dados, no que diz respeito ao fator localidade, em Abre Campo, foi constatado que a variação do fenômeno existe e a ausência do artigo definido diante de antropônimos é ligeiramente maior que a presença e, no que diz respeito aos topônimos, a ausência é ligeiramente inferior. Em Matipó, há variação do fenômeno diferentemente do que ocorreu em Abre Campo, pois a ausência ou a presença do artigo definido é bastante acentuada, já com relação aos topônimos é praticamente nula.

Com relação ao gênero, o uso do artigo definido diante de antropônimos é mais acentuado entre as mulheres do que nos homens. Em Abre Campo, no entanto, com relação aos topônimos, a situação fica aproximada, sendo os homens os responsáveis pelo aumento ligeiro da

presença. Matipó, por sua vez, caracteriza-se pelo uso mais acentuado do artigo entre os homens, e a mesma situação acontece com relação aos topônimos.

O fator idade, não foi determinante para o fenômeno em questão na comunidade de Abre Campo, tanto para os antropônimos quanto para os topônimos, o que se repetiu em Matipó para os topônimos e os antropônimos, de modo que tanto os jovens quanto os idosos tendem a usar mais o artigo definido.

Em Abre Campo, no que concerne ao fator tipo de antropônimo utilizado pelo falante, a análise demonstrou que o maior número de ocorrências se relaciona ao nome próprio de pessoa, em que a presença do artigo é desfavorecida em detrimento da ausência. Com relação ao nome completo, o mesmo ocorreu e, por sua vez, os hypocorísticos aumentaram a presença e diminuíram a ausência. Matipó apresentou o maior número de ocorrências relacionadas ao nome próprio com a preferência pela articulação do artigo, seguido pelos hypocorísticos e levemente acentuado pelos sobrenomes.

No que diz respeito ao grau de intimidade, este não se mostrou relevante na comunidade de Abre Campo, lembrando que os falantes usaram a variante predominante para esta região. Em Matipó, apesar do fato de o uso do artigo ser predominante tanto nas relações mais próximas quanto nas mais distantes, ao se analisar apenas o fator ausência, observou-se que o falante emprega mais a ausência ao tratar de pessoas mais distantes, ao passo que, emprega menos a ausência ao se referir a pessoas mais próximas.

No que se refere à ausência/presença de artigo definido em estruturas de genitivo, este fator demonstrou padrões diferenciados nas duas localidades. Em Abre Campo, há um aumento ligeiro no uso do artigo, enquanto em Matipó, nesse tipo de estrutura, a presença do artigo é quase absoluta.

A análise dos topônimos da cidade natal do informante se revelou insignificante em Abre Campo. Contudo, em Matipó, os falantes utilizaram mais o artigo definido para se referirem aos topônimos de sua terra natal, e, com relação à terra natal de outras pessoas, fazem uso da ausência.

Para finalizar suas análises, a autora voltou-se às questões das redes sociais das comunidades pesquisadas, e verificou que com relação a esse fator, nessas comunidades, as redes sociais são densas e múltiplas, formadas por laços fortes, uma vez que, sendo pequenas, os indivíduos se conhecem e mantêm pelo menos mais um tipo de relação. É justamente isso que

explicou o fato de que, apesar de serem tão próximas, as comunidades limítrofes apresentaram padrões divergentes no que diz respeito à ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. As redes sociais apresentaram laços fortes para resistirem às pressões dos vizinhos e se manterem estáveis às normas da comunidade.

Os estudos acima demonstraram que a ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos constitui uma realidade intralinguística no português brasileiro. Observou-se, ainda, que no português de Portugal, segundo Callou e Silva (1997), o fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos apresentou-se como um caso de variação com aumento significativo do uso do artigo, o que nos levou a constatar que esse fenômeno não é específico da língua portuguesa brasileira e, por isso, faz-se necessário entender como o fenômeno ocorre em outras línguas. Pensando nessa questão, abordaremos a partir de agora os estudos atestados em Souza (1994) para o romeno, o albanês, o húngaro, o italiano e o espanhol, assim como os de Callou (2000) para o francês, espanhol europeu e cubano que trarão luz a essas observações.

1.5.9 – O artigo definido diante de antropônimos em diferentes línguas

De acordo com Tarallo e Kato (1989), as línguas podem em algum momento realinhar a sua gramática, ou seja, as propriedades paramétricas podem ser compartilhadas e, desse modo, faz-se um estudo das variáveis internas de uma língua e prossegue-se pelo funcionamento dessas variáveis em diferentes línguas.

O trabalho de Souza (1994, *apud* Mendes, 2000, p.25) fez uma descrição dos usos do artigo no romeno comparativamente a quatro línguas geograficamente próximas: húngaro, búlgaro, albanês e grego, relacionando este uso com as condições de ocorrência, as restrições de co-ocorrência com outros tipos de determinantes e quantificadores assim como com as condições de definitude.

Ao estudar o romeno, o autor (*idem*) verificou que esta língua apresentou traços particulares que a diferenciavam das outras línguas românicas, pois, caracterizou-se pela posposição do artigo definido e pela declinação em substantivos e determinantes, e que a anteposição do artigo definido somente era observada no caso genitivo e dativo de nomes

próprios masculinos e, mais recentemente, femininos. No que diz respeito à ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos, os femininos são sempre empregados com artigo, enquanto os masculinos e neutros só no caso genitivo/dativo.

No albanês, Souza (*idem*) afirmou que há um comportamento similar com o grego moderno: tanto os antropônimos quanto os topônimos masculinos e femininos recebem o artigo definido em todo o paradigma da declinação. Entretanto, do ponto de vista referencial, os nomes próprios serão não-articulados se possuírem uma leitura não referencial, como predicados nominais e complementos de verbos como *chamar-se*.

Em húngaro, de acordo com o autor, o tipo de registro marcado por um contexto mais informal influenciou o uso do artigo definido diante de nomes próprios, e em búlgaro, os nomes próprios antropônimos e toponímicos não foram usados com o artigo.

As principais conclusões a que Souza chegou foram que, nas línguas romena, húngara, búlgara, albanesa e grega, o artigo definido diante de nomes próprios é empregado com a função referencial, isto é, os nomes serão articulados se tiveram uma leitura referencial, e não articulados se não-referencial, o que, segundo o autor, também pode ser observado na língua portuguesa.

No que diz respeito à variação ausência/presença de artigo definido antes de sobrenomes e apelidos na língua italiana, os gramáticos Dardano e Trifone (1995, *apud* Amaral, 2003, p. 39), afirmaram que os antropônimos recusam o artigo por uma possível dependência de fatores tais como: o tipo de registro e a referência a personagens famosos ou populares. Os autores também afirmaram que, na região setentrional da Itália os nomes próprios são precedidos de artigo. Pelo que foi exposto, percebe-se que na Itália o uso do artigo definido diante de antropônimos parece um caso de variação regional. Na língua espanhola, não se usa o artigo definido (desacompanhados de adjetivos) antes de antropônimos, segundo os mesmos gramáticos.

Callou (2000, p.14) fez observações em quatro línguas românicas: o francês de Paris, o espanhol da Europa e de Cuba e o italiano. Para as três primeiras línguas, constatou que: “o uso apenas se aplicaria à mulher e se daria quando o falante se referisse, por exemplo, a uma pessoa célebre, ou com intenção depreciativa.” Ainda segundo a autora (*idem*), no italiano ocorreu da mesma maneira que nas línguas acima citadas apenas se distanciando no fato de que o uso se estendeu aos homens, mas com sobrenomes. Em Florença, acrescentou: “é de uso geral,

sobretudo em função de sujeito, e, em outras posições, é dependente da preposição.” Dauzat (1930, *apud* Callou, 2000, p.14) considerou, ainda, o uso não apropriado do artigo diante de antropônimos, ou o uso: “*vulgar*, tendo sido proscrito no século XVI.” Martinez (1986, *apud* Callou, 2000, p.14) considera que o uso não segue as normas e não é representativo, embora frequente em algumas zonas da Península Ibérica.

Em suma, é importante observar que a presença do artigo definido antes de antropônimos vem se intensificando no português atual em ambas as modalidades da língua, falada ou escrita, segundo os estudos de Callou e Silva (1997) e Callou (2000). Assim, a proposta ancorada na Sociolinguística Paramétrica se torna mais interessante para o estudo do artigo definido diante de antropônimos, uma vez que, o fenômeno é variável não só dentro dos limites da língua portuguesa brasileira, mas também em outras línguas, como foi verificado nos estudos mostrados. A partir das perspectivas abordadas, esses resultados fomentaram o desejo de verificar como a co-ocorrência das variantes linguísticas acontece na comunidade de Mariana e Uberaba com relação às outras comunidades estudadas, e o funcionamento dessa variação interlinguisticamente.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS MEDOTOLÓGICOS

“A observação de um fenômeno pode ser feito de vários ângulos, fornecendo-se assim diversas formas de interpretação.”

Thaís Cristófaro Silva

O ponto de partida de qualquer estudo sociolinguístico é a comunidade de fala, e desenvolver um estudo dessa natureza significa voltar a atenção para os contextos de interação entre os falantes da comunidade, além dos contextos reais que abrigam as diversas estruturas da língua. Desse modo, é preciso conhecer os aspectos implicados na organização sociocultural da comunidade a ser estudada, bem como a sua constituição antes de iniciar o estudo da língua compartilhada por seus membros.

Antes de explicitarmos os procedimentos que foram adotados nesta pesquisa, faz-se necessário apresentarmos uma breve descrição das comunidades de Mariana e de Uberaba, ambas, cidades mineiras. Nesse sentido, a noção de comunidade adotada nesse trabalho está de acordo com a proposta variacionista de Labov (2008), segundo a qual uma comunidade de fala não deve ser entendida como um grupo de falantes que utiliza as mesmas formas linguísticas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha os mesmos padrões normativos em relação à língua. Para Labov, “membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”. (LABOV, 1972, p.192). Essas normas equivalem a avaliações sociais acerca das variantes, que são vistas, basicamente, como formas estigmatizadas ou de prestígio. Segundo o autor (1968):

“A comunidade de fala não se define por nenhum acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas, sobretudo pela participação em um conjunto de normas estabelecidas. Tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamento avaliativo e na uniformidade de modelos abstratos de variação, que são invariantes com relação aos níveis particulares de uso.” (LABOV, 1968, p.240-51).

Após termos descrito as comunidades em questão, as etapas de concretização dessa pesquisa serão descritas primeiramente pela apresentação das variáveis dependentes e pelos grupos de fatores linguísticos e extralingüísticos considerados em função das hipóteses levantadas. Na sequência, serão apresentados os dados das entrevistas já realizadas por dois pesquisadores da área, mas com objetos diferentes daquele que é o objeto que será tratado nessa pesquisa.

2.1 – As comunidades pesquisadas

2.1.1 – A cidade de Mariana

Minas Gerais nasceu pelas expedições das bandeiras, e se inicia a partir do ano de 1674, quando o bandeirante Fernão Dias Pais parte com a expedição nomeada “Bandeira das Esmeraldas” que objetivava a descoberta de pedras verdes, que não foram encontradas, mas que, enquanto descobridora do território mineiro, revelou-se magníficiente.

Entre os anos de 1692 e 1693, outro bandeirante taubateano, Antônio Rodrigues Arzão, descobriu as primeiras jazidas de ouro nos sertões mineiros e, assim, várias bandeiras o sucederam, de modo que a busca incessante pelo ouro formou os primeiros núcleos povoados em Minas Gerais, principalmente à margem dos cursos d’água, de acordo com Vilalta (1998):

Em Minas Gerais, os aventureiros precederam às instituições administrativas e eclesiásticas, desbravando o território, construindo os rudimentos da vida social e urbana. Os bandeirantes, na medida em que penetravam pelas Alterosas, iam erigindo os arraiais, fixando cruzes e altares. As primeiras aglomerações foram, assim, semeando-se “espontaneamente” – isto é, sem que houvesse controle das autoridades – à meia encosta dos terrenos, acompanhando os trabalhos da mineração. Nasciam junto aos cursos d’água, perto dos locais onde as casas se revelavam mais promissoras, a princípio com caráter temporário, sob o signo de provisório. Construídas com desleixo, concebidas como locais de passagem, as povoações ampliaram-se aos poucos, acompanhando os progressos da extração aurífera (...). Com isso, os arraiais cresceram longitudinalmente, de forma centrífuga; os caminhos que os ligavam transformaram-se em ruas, formando, assim, conglomerados maiores, bases sobre as quais se erigiram as vilas. (VILALTA, 1998 p. 69)



Foto 1: Visão parcial da cidade de Mariana na antiguidade.

Banhada pelo rio Carmo, a cidade de Mariana encontra-se nas trilhas das bandeiras e está entre os primeiros núcleos a serem povoados em Minas Gerais no final do século XVII e início do século XVIII, onde foi forte a influência dos portugueses.

Segundo Seabra (2004), foram os paulistas Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e Bartolomeu Bueno que lideraram as bandeiras em busca de metais preciosos e, em 16 de julho de 1696, ergueram uma cabana às margens do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, onde fizeram as primeiras descobertas de ouro. Iniciou-se, assim, a povoação da região onde é hoje, Mariana:

No ano seguinte, uma nova Bandeira parte do Estado de São Paulo, tendo à sua frente o também taubateano Salvador Fernandes Furtado que descobre, juntamente com Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno, riquíssimas jazidas de ouro em um ribeirão que viria a ser chamado de ribeirão do Carmo. Com o padre carmelita, Francisco Gonçalves Lopes, capelão da Bandeira, erguem, em 16 de julho de 1696, uma capela próxima às margens desse ribeiro, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo. Posteriormente, com a chegada de exploradores nessas paragens, formou-se um centro populoso, considerável o suficiente para que se lançasse os primeiros fundamentos de uma vila que recebeu, em 8 de abril de 1711, o nome de *Villa do Ribeyrão de Nossa Senhora do Carmo*, depois *Vila do Carmo* e quando elevada à cidade, pela Carta Régia de 23 de abril de 1745, o nome de *Mariana*, em homenagem à rainha D. Mariana da Áustria, esposa de Dom João V, quando da criação de um bispado em Minas. (SEABRA, 2004, p.67)



Foto 2: Praça Minas Gerais – Centro Histórico de Mariana, 2009.

Mariana foi elevada à categoria de cidade, em decorrência do crescimento e desenvolvimento gerado pela atividade mineradora e por ter assumido a posição de sede do primeiro bispado de Minas Gerais. Com o decorrer do tempo, a região se torna mais próspera e mais pessoas vieram a povoar Mariana, e esta se tornou a primeira cidade de Minas e a primeira capital.

Atualmente, a economia da cidade de Mariana gira em torno do turismo e da atividade mineradora, sendo essa última a principal contribuidora do crescimento econômico da região, uma vez que o município integra, junto com as cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Congonhas, a região do “Quadrilátero Ferrífero”.

O turismo ecológico tem ganhado espaço na cidade e vem transformando Mariana em um dos principais lugares em Minas em que as pessoas praticam os chamados esportes radicais, além disso, a reativação da linha que liga Mariana a Ouro Preto pelo passeio de trem, ou “Maria Fumaça” tem contribuído substancialmente para o aumento de visitantes na cidade. A atividade agropecuarista ainda é tímida, mas alcançou uma melhora nos últimos anos.

Mariana está localizada a 110 km de Belo Horizonte, e situada na zona central mineira (ver figura 1). O município possui uma área total de 1.193 km² e se compõe da cidade, além de 10 distritos, e sua população estimada é da ordem de 54.689 habitantes, segundo fonte do IBGE de 2009.

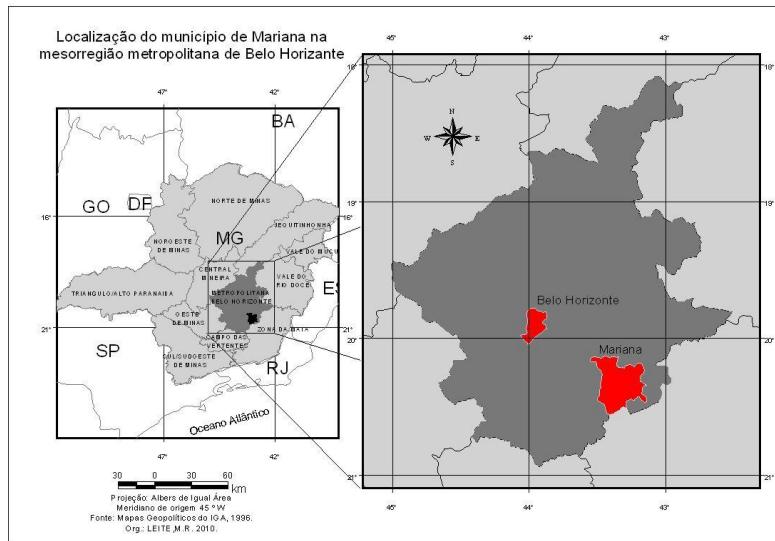


Figura 1 – Localização da cidade de Mariana
Fonte: Mapas Geopolíticos do IGA, 1996.

Além das atividades mineradoras, turísticas e do crescimento agropecuário em Mariana, que trazem um crescimento econômico para a cidade, não poderíamos deixar de mencionar as atividades culturais muito comuns na região, em que se destacam as companhias de teatro, as circenses, os teatros de marionetes, os espetáculos de perna de pau, além disso, a cidade ainda conta com grande número de artistas reconhecidos mundialmente pela pintura como Elias Lyon, ou pelos desenhos caricaturais como Camaleão, uma tradição que acompanha a cidade desde os tempos de Aleijadinho, do mestre Ataíde e do famoso poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens.

A tradição religiosa em Mariana é fortemente marcada pela fé católica trazida pelos portugueses, principalmente na devoção firme a Nossa Senhora em seus mais variados títulos, sobressaindo o de Nossa Senhora da Conceição, padroeira dos reinos e senhorios portugueses, os museus de arte sacra. Observa-se, pois, que as inúmeras igrejas na cidade retratam bem essa devoção e, desse modo, as festas religiosas acompanham essa tradição, o que faz da semana Santa em Mariana um evento grandioso e muito respeitado pelos moradores.

Sobre a educação, no município, o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte ou Seminário de Mariana é o estabelecimento de instrução e educação mais antigo no estado de Minas Gerais, e foi também o único por um período de mais de meio século. A cidade também foi a sede da primeira escola vicentina fora da Europa. Atualmente, há várias escolas de ensino fundamental e médio, municipais, estaduais e particulares, além de possuir alguns prédios da

Universidade Federal de Ouro Preto em que são oferecidos alguns cursos superiores, entre eles, o curso de Letras.

2.1.2 – A cidade de Uberaba

Passada a “febre do ouro”, decorrente da decadência da exploração mineral, os geralistas, assim chamados por serem habitantes das Minas Gerais, na época do Brasil Colônia, abandonaram as regiões de Mariana e Ouro Preto para buscarem terras férteis onde pudessem se estabelecer como agricultores e pecuaristas. Essa necessidade advinha desde o problema enfrentado nos primeiros tempos de exploração aurífera, em que a preocupação com a escassez de alimentos foi registrada em muitos documentos do início do século XVIII:

O homem pode viver sem ouro, e até mesmo sem / vestidos, taes são os índios do Brazil, mas como ninguém pode viver sem alimentos... Boschi (1998, *apud* SEABRA, 2004, p.68).

Uberaba surgiu de uma dessas investidas, o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira partiu de Glaura, distrito pertencente à Vila Rica, atual Ouro Preto, e rumou para terras distantes com o intuito de desbravá-las. A cidade de Uberaba se originou às margens de cursos d’água, no córrego das Lages, tal qual as antigas cidades que a antecederam, e, segundo Caio Prado Júnior (1969), além da crise da mineração que “possibilitou a progressiva ocupação do Centro-Sul”, essa zona pecuária de Minas Gerais já era privilegiada desde a época colonial:

(...) em primeiro lugar pela abundância de água, uma área de terras férteis e bem aparelhadas pela natureza. (...) a vegetação também favorece, particularmente para os fins de pecuária, (...) com vegetação herbosa que dá boa forragem. (...) O que chama a atenção, à mais leve análise preliminar, é a superioridade manifesta das suas condições técnicas. (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 202).



38-UBERABA (Minas)-RUA JOÃO PINHEIRO

Foto 3: Rua João Pinheiro – Uberaba – MG

EA CASA INDIANA
de MARCELO VIEGAS
UB

A primeira nomeação de Uberaba foi Arraial da Farinha Podre, que muda de nome ao se tornar freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, em seguida muda de nome novamente e passa a ser chamada de cidade de Uberaba, essa última denominação toponímica origina-se da palavra indígena Y-berab, que abriga a significação de ‘água cristalina’ na língua tupi, ocorrência que Seabra (2004) justifica em decorrência de que a:

“língua geral do sul” trazida pelas bandeiras faz-se presente na toponímia mineira. Em camadas mais antigas do nosso léxico, podemos observar topônimos de origem indígena que ainda se conservam em nossa língua, outros foram sobrepostos por nomes, principalmente, de origem portuguesa. Com relação à expansão da língua tupi ou geral na região das Minas Gerais, SAMPAIO (1995), afirma que à medida em que as várias regiões iam sendo desbravadas, recebiam um nome tupi.(SEABRA, 2004, p. 79).

Em 1809, inicia-se o processo de povoação do Arraial de Uberaba pelo sargento-mor, seus irmãos e primos e, por volta de 1810, começou a ter aspectos de um lugar cujas bases econômicas se deram no setor rural. Inicialmente, pertenceu ao “Julgado do Desemboque”, da Capitania de Goiás, e, no ano de 1816, passa a fazer parte da Capitania das Minas Gerais, elevada à categoria de município 20 anos depois, no dia 22 de fevereiro.

A criação do gado Zebu trazido da Índia, iniciou-se no Brasil, ainda no século XIX, por fazendeiros uberabenses e hoje, o município possui uma longa tradição em relação à pecuária, sendo reconhecida mundialmente como a “Capital do Gado Zebu”. Uberaba também se destaca pelo desenvolvimento genético e comercialização do Zebu. Ainda no tocante a economia, a cidade tem conseguido nos últimos anos atrair indústrias nacionais e internacionais, nos seus mais variados setores, tais como alimentação, calçados e químicos.

Possui muitos shoppings, entre eles, o mais conhecido é o shopping Uberaba por ser o principal centro comercial do município. Outro detalhe é que o comércio uberabense depende, principalmente, da cidade de São Paulo e da cidade de Goiânia, lugar em que a maioria dos comerciantes que trabalham com vestuário busca suas mercadorias.

A cidade é famosa pela maior feira de exposição de gado Zebu do mundo, a Expozebu, que mantém como atrações além da própria exposição do gado, shows e rodeios. Sua fama também se justifica por possuir vários teatros, museus, estádios de futebol, muitos parques e uma biblioteca com mais de 100 anos de história, além de ser conhecida nacionalmente e internacionalmente, por ter sido palco da vida de um simples, mas ilustre homem, Chico Xavier.

A religião católica é predominante na região, com Nossa Senhora da Abadia reconhecida como a padroeira da cidade, embora haja a presença forte do Espiritualismo e do Protestantismo.

A educação é também um privilégio para os uberabenses. Isso porque além de possuírem muitas escolas primárias e secundárias, municipais, estaduais e da rede particular de ensino, há várias universidades e faculdades, entre as quais se destaca a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).



Foto 4: Avenida Presidente Vargas, 2008

Uberaba está localizada a 481 km de Belo Horizonte (ver figura 2), o município possui uma área total de 4.512, 135 km², sua população está em torno de 299.360 habitantes, segundo fonte do IBGE de 2009.

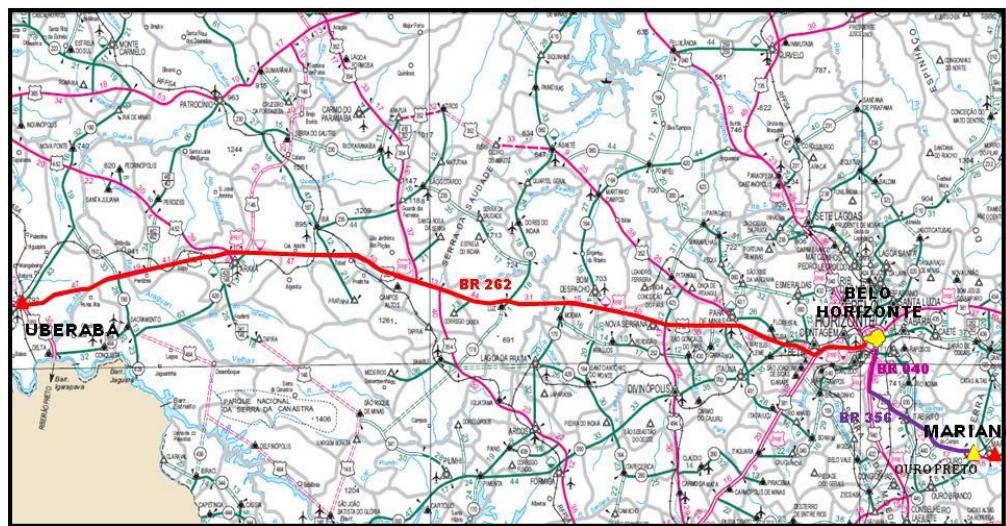


Figura 2: Mapa de localização Uberaba e Mariana
Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT, 2011

O mapa nos permite visualizar que, embora Uberaba seja uma cidade pertencente ao estado de Minas Gerais, localiza-se muito mais próxima do estado de Goiás e de São Paulo, e, portanto, recebe influência sócio-econômico-cultural desses dois estados. Conforme apontaram os estudos de Zágari (1998), em que o autor considerou variações de natureza fonológica e lexical, essa região se incluiria no falar paulista na divisão do estado de Minas.

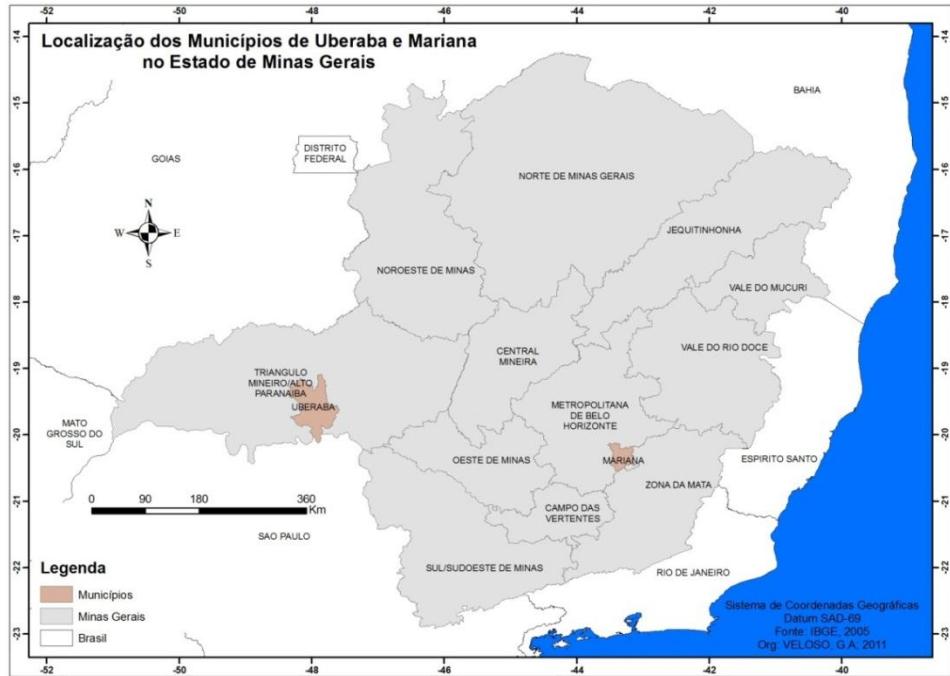


Figura 3: Mapa de localização dos municípios de Uberaba e Mariana
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2005

2.2 – O envelope da variação

Na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, a língua é tida como uma realidade heterogênea, sendo esta heterogeneidade linguística natural e sistêmica, já que se assume a ideia de que a variação é inerente ao sistema linguístico e, assim, dissocia-se a estrutura linguística da concepção de homogeneidade, uma vez que a variação linguística apresenta-se como uma verdade irrefutável, ocorrendo não só na comunidade, mas também na fala de um mesmo indivíduo.

Desse modo, a relevância da teoria da variação é marcada por sua orientação a partir de fenômenos linguísticos em si, uma vez que seu objetivo é descrever e explicar os próprios fenômenos linguísticos e isso implica, segundo Scherre (1996):

Ao pesquisador variacionista cabe identificar os fenômenos linguísticos variáveis de uma dada língua, inventariar suas variantes, definindo as variáveis dependentes, levantar as hipóteses que deem conta das tendências sistemáticas da variação linguística, operacionalizar as hipóteses através de variáveis independentes ou grupo de fatores de natureza linguística e não linguística, identificar, levantar e codificar os dados relevantes, submetê-los a tratamento estatístico adequado e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses levantadas. (SCHERRE, 1996, p. 43).

Uma vez que a análise sociolinguística quantitativa de qualquer fenômeno não se prende unicamente em decodificações, conforme Naro (2003, p.25), quando diz que “o progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para o nosso entendimento das línguas humanas”, acreditamos que, além da análise quantitativa de qualquer fenômeno linguístico, faz-se necessária uma análise explicativa, que se orientará pelos resultados obtidos pelos grupos de fatores linguísticos e extralingüísticos assim como pela confirmação das hipóteses levantadas, que permitirão ao pesquisador da sociolinguística paramétrica buscar explicações para o fenômeno da ausência e a presença de artigo definido em determinados contextos, além de verificar a variação intralingüística que poderá ser regida pelos mesmos parâmetros da variação trans-sistêmica.

A variável dependente deste estudo é composta por duas variantes, a saber: a ausência e a presença de artigo definido diante de antropônimos nas comunidades de Mariana – MG e Uberaba – MG. As variáveis independentes comportam sete grupos de fatores, sendo cinco de natureza linguística e dois de natureza extralingüística. Esses grupos de fatores foram os mesmos para ambas as comunidades estudadas, conforme a metodologia observada em Amaral (2003), e serão apresentados a seguir.

2.2.1 – Os fatores linguísticos

As variáveis independentes são aquelas cujo emprego não se dá aleatoriamente, pois são condicionadas por fatores de natureza externa ou interna à língua. Dentre as variáveis internas que são aquelas que se relacionam às estruturas linguísticas, selecionamos para este trabalho, as que se mostraram relevantes nos estudos anteriores do mesmo objeto aqui tratado e são compostas por cinco grupos de fatores, a saber: informação sobre o antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal-SN, função sintática do antropônimo, forma como o antropônimo aparece na sentença, antropônimo como item de enumeração.

2.2.1.1 – Informação sobre o antropônimo na sentença

Este grupo de fatores foi verificado no trabalho de Móises (1995) e Silva (1996) e fez parte de uma das conclusões da primeira autora (1995), cuja perspectiva discursivo-funcional constatou o fato de que o uso do artigo definido está associado a uma informação prévia, seja discursiva ou dada pela experiência. Em Silva (1996), diferentemente do trabalho de Móises (1995), os resultados apontaram para um aumento do uso do artigo definido nos contextos em que o artigo ocorre pela primeira vez, ou ainda segundo a autora: “a necessidade de definição de entidade não conhecida pelo ouvinte correlaciona-se com um aumento do emprego do artigo.” (SILVA, 1996, p. 139).

Grupo 1	Fatores	Exemplos
Informação sobre o antropônimo na sentença	A. citado pela primeira vez	(1) Quando foi... quando foi 9... quando foi mais ou menos 9 hora, <i>a Cláudia</i> ligou para ela, que eu tinha feito... já tinha marcado. (INF.03 MAR)
	B. citado pela segunda vez	(2) Aí vai, ela me... ela falou com <i>Cláudia</i> “amanhã, sem falta, ela tem que tar aqui pra nós interar ela porque deu um problema nas veia.” (INF. 03 MAR) ⁴⁴

Quadro 1: Informação sobre o antropônimo na sentença.

2.2.1.2 – Estrutura do Sintagma Nominal

⁴⁴Nos exemplos (1) e (2) do quadro 1, há ocorrências da fala do mesmo informante que se referia a mesma pessoa.

A análise desse grupo de fatores constou nos trabalhos dos autores: Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003) e Almeida Mendes (2009). Estes estudos demonstraram o favorecimento do uso do artigo diante de antropônimos em sintagmas preposicionados, mas admitem que há variação nesses casos. Neste trabalho, a divisão foi orientada pelo trabalho de Callou (2000) e, portanto, foram considerados os seguintes fatores:

Grupo 2	Fatores	Exemplos
Estrutura do Sintagma Nominal	C. antropônimo integra um SN Simples	(3) ... e ela tava se arrastando no chão né? porque ela não estava conseguindo...e <i>Glauber</i> corre super rápido.... (INF. 01 MAR) (4) <i>e a Ludmila</i> que bebe e tira a roupa na rua ela não era assim também não. (INF. 03 UBE)
	D. antropônimo integra um SN Preposicionado	(5) Igual todo mundo fala é... governo <i>de Fernando Henrique</i> foi isso e aquilo. (INF. 02 MAR) (6) Todo mundo conhecia como a filha <i>do Zé do café</i> . (INF. 04 UBE)

Quadro 2: Estrutura do Sintagma Nominal.

2.2.1.3 – Função sintática do antropônimo na sentença

Os estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000) e Alves (2008) apontaram para a relevância da checagem desse fator para a variação estudada. Sendo assim, esse grupo de fatores será checado para se verificar em qual posição na sentença há maior ocorrência do artigo. Procederemos a análise da função de tópico, não mencionada pela gramática tradicional, mas que, segundo Pontes (1987), é muito comum na língua coloquial e esse procedimento foi o mesmo observado no trabalho de Alves (2008). Ressaltamos que, para esta pesquisa, adotaremos também a mesma divisão dessa autora no que se refere às funções de complemento nominal e adjunto adnominal: “consideramos pertinente agrupá-las, o que se justifica pelo fato de nem sempre haver, entre os gramáticos tradicionais, um consenso quanto à distinção clara entre essas duas funções.” (ALVES, 2008, p. 80).

Grupo 3	Fatores	Exemplos
Função sintática do antropônimo na sentença	2. Tópico	(7) ... e <i>Elisa Freixo</i> , ela tocando para as crianças e ensinando... (INF. 10 MAR) (8) até <i>o Paulo Coelho</i> , ele fala a respeito da pessoa tem um sonho... (INF. 09 UBE)
	3. Sujeito	(9) <i>Sabrina</i> sempre me ajudou demais. (INF. 13 MAR) (10) <i>E o Leonardo</i> pedindo cola pra mim, pedindo cola pra mim... (INF. 02 UBE)
	4. Objeto direto	(11) ... É... você conhece <i>Celinha</i> ? Do ICHS? (INF. 16 MAR) (12) Tem. Tinha <i>o João Doido</i> . (INF. 03 UBE)
	5. Objeto indireto	(13) Ganhei um monte de presente, ganhei <i>de Terezinha Moranga</i> (INF. 15 MAR) (14) As pessoas esperaram <i>do Lula</i> uma coisa que ele jamais iria ser. (INF. 07 UBE)
	6. Aposto	(15) <i>Terezinha Moranga</i> ... é irmã chegada mesmo, também. (INF. 15 MAR) (16) tem minha tia que eu amo, <i>a Renata</i> , né, que é minha madrinha. (INF. 05 UBE)
	7. Predicativo	(17) Acho que é <i>Dona Custódia</i> . (INF. 16 MAR) (18) ... ela é <i>a Rita</i> pura quando era mais nova. (INF. 07 UBE)
	8. Adjunto Adverbial	(19) Igual a uma senhora que eu tenho muita amizade, <i>trabalhou com João Ramos</i> . (INF. 06 MAR) (20) Ela tava <i>com o Júlio</i> já e eu com o falecido. (INF. 02 UBE)

	9. Adjunto Adnominal/Complemento Nominal	(21) Natália era muito amiga <i>de Sabrina</i> . (INF. 03 MAR) (22) até hoje eu pego e falo o mingau <i>da Vó Luiza</i> mingau de aveia...(INF. 05 UBE)
--	---	--

Quadro 3: Função sintática do antropônimo na sentença

2.2.1.4 – Forma como o antropônimo aparece

Baseando-se nos estudos de Silva (1996), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alves (2008) e Almeida Mendes (2009), considerou-se esse grupo de fatores. De acordo com o estudo de Silva (1996), em seu grupo de fatores houve a checagem do antropônimo que aparece sob a forma de apelidos e isso se deve ao fato de que a autora não tinha acesso ao grau de intimidade entre o falante e a entidade mencionada por ele. Explica que, nas gramáticas tradicionais, o uso do artigo definido diante de antropônimos é atribuído ao apelido de forma categórica.

Amaral (2003) contradiz os estudos de Silva (1996), ao afirmar que a forma como o antropônimo aparece na fala não está associado ao grau de intimidade. Verificamos esse fator em concordância com Amaral (2003), não pelo grau de intimidade, mas como uma forma de o falante se referir a uma determinada pessoa, e porque ocorreu em nossos dados.

A presença de títulos foi checada nos trabalhos de Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003) e Alves (2008). Há em nossa divisão a mesma classificação dos três últimos autores citados. Esta classificação teve origem em Mendes (2000), que incluiu nos chamados títulos honoríficos, as relações de parentesco, as profissões, os cargos religiosos, os cargos políticos, além dos títulos de nobreza; o que a autora chamou de ‘qualificativo’. Tal classificação abrangeu as nossas ocorrências, principalmente para a comunidade de Mariana-MG. Em consonância com Alves (2008), na forma como o antropônimo aparece na sentença, incluímos o determinante explicativo, uma vez que o falante, em alguns casos, se empenha em esclarecer quem é o seu referente.

Grupo 4	Fatores	Exemplos
Forma como o antropônimo aparece	G. antropônimo como prenome	(23) É que <i>Maria Zélia...</i> (INF. 11 MAR) (24) E <i>a Raquel</i> é a mais estranha que tem gente, eu nunca entendi. (INF. 06 UBE)
	H. antropônimo como apelido	(25) ... às vezes é <i>Juraci bezerra, Cabeça branca</i> (INF. 15 MAR) (26) <i>o Junim</i> tava brincando de soltar pipa... (INF. 08 UBE)
	I. antropônimo precedido de qualificativo	(27) tem que agradecer primeiro a Deus e <i>Monsenhor Vicente e Dom Luciano</i> (INF. 12 MAR) (28) eu lembro muito <i>da dona Maria</i> que ela era muito brava (INF. 08 UBE)
	J. antropônimo mais determinante(s) explicativos	(29) <i>Nosso professor de educação física, Glauco, (...).</i> (INF. 01 MAR) (30) agora, <i>a Carolina que é uma irmã lesada que eu tenho, (...)</i> (INF. 05 UBE)

Quadro 4: Forma como o antropônimo aparece

2.2.1.5 – Antropônimo como item de enumeração

De acordo com observações retiradas dos trabalhos de Amaral (2003) e Alves (2008), resolvemos checar o item antropônimos como item de enumeração. Em Amaral (2003), verificou-se no ato de transcrição das entrevistas que frequentemente os falantes faziam uso do antropônimo em enumeração, e essa estrutura ocorria desarticulada.

Desse modo, o autor atribui a checagem desse item a uma correspondência aos estudos de Brandão (1963), embora com objetivo diferente, pois este lida com questões que se referem ao nome comum. No que se refere ao trabalho de Brandão (*idem*), este autor constata que a enumeração propicia um contexto de ausência de artigo definido:

“com os nomes que entram em uma enumeração: ‘... artes criminosas, *trato* com o espírito mau, *penitência* de uma abominável vida passada e, até a loucura, tudo serviu sucessivamente para explicar o procedimento misterioso do presbítero’” Brandão (1963) *apud* Amaral (2003, p. 103).

Grupo 5	Fatores	Exemplos
Antropônimo como item de uma enumeração	L. antropônimo é item de uma enumeração	(31) Tudo já foi estudado por <i>Monsenhor Raimundo Trindade, Valdemar de Almeida Barbosa, meu pai, Zidamar de Moura Santos...</i> (INF. 14 MAR) (32) E já era umas 5 horas da manhã. Um frio! Tava <i>a Letícia, a Tábata</i> , as meninas tudo. (INF. 02 UBE)
	E. antropônimo não é item de uma enumeração	(33) Eu só sei que eu levo <i>Carolina</i> no médico em Ouro Preto. (INF.11 MAR) (34) <i>O Vitor</i> , que é o mais novo, ele é mais, ele é muito mais agitado... (INF. 08 UBE)

Quadro 5: Antropônimo como item de enumeração

2.2.2 – Os fatores extralinguísticos

Nos trabalhos que adotam a metodologia baseada nos estudos sociolinguísticos, as variáveis externas são aquelas em que estão inclusos a classe social do informante, idade, sexo, raça, profissão, grau de formalidade, tensão discursiva, etc.

Neste trabalho, dois fatores extralinguísticos foram considerados: a região geográfica dos falantes e o grau de intimidade do falante com o referente. Esses dois grupos de fatores foram selecionados porque, segundo Amaral (2003), isso implica no fato de que

“(...) é preciso levar em consideração que a seleção dos fatores sociais deverá adequar-se ao objetivo da investigação. Toda escolha implica recortes e o pesquisador deve fazê-la com base em seu conhecimento e suas expectativas.” (AMARAL, 2003, p.85).

2.2.2.1 – A região geográfica do falante

O fator região geográfica foi considerado com base nos estudos de Callou (2000), Amaral (2003), Alves (2008) e Almeida Mendes (2009) cujos autores atribuem, ao fenômeno da ausência/presença do artigo definido, uma variação regional. Para Callou (2000), a frequência de

uso do artigo definido é regionalmente condicionada e aumenta à proporção que se vai do Nordeste ao Sul do país, e conclui que, a frequência do uso do artigo definido obedece a uma distribuição regional.

Em Amaral (2003), cuja proposta está ancorada nos pressupostos teóricos da dialectologia, ficou comprovado a distribuição regional da ausência/presença de artigo definido diferente da divisão de falares feita por Zágari (1998). No que se refere ao estado de Minas Gerais, o autor sugere mais pesquisas sobre o assunto para que se possa formar uma base de dados, que proporcionasse uma descrição mais detalhada, a fim de se delimitar áreas linguísticas. Assim, a escolha desse grupo de fatores está de acordo com vários estudos a respeito do objeto tratado neste estudo.

Grupo 6	Fatores	Exemplos
Região geográfica do falante	M. cidade de Mariana	(35) Tem um artista plástico, <i>aqui em Mariana</i> , Elias Lyon, não sei se você conversou com ele. (INF. 14 MAR)
	U. cidade de Uberaba	(36) <i>Tradição em Uberaba</i> ... bom a Expozebu né, festa da Abadia, da Medalha, vem muita gente de fora, o Chico Xavier, né? (INF. 04 UBE)

Quadro 6: Região geográfica do falante

2.2.2.2 – O grau de intimidade do falante com o referente

A checagem desse grupo de fatores se justifica nos trabalhos de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003), Alves (2008) e Almeida Mendes (2009) e pela justificativa prescritivista do uso do artigo definido diante de antropônimos encontrados nos vários autores da gramática tradicional. Nesta gramática, a explicação para o uso do artigo definido está ligada a questões de afetividade entre o falante e o seu referente.

No trabalho de Silva (1996), os resultados apontaram para uma forte correlação direta entre a presença do artigo definido e a familiaridade com a entidade mencionada. Callou (2000) também comprovou a importância desse fator para a comunidade do Rio de Janeiro.

Amaral (2003), para checar esse fator, observou se o referente se referia a uma pessoa do meio social do falante, a uma pessoa famosa e com prestígio na região do informante, ou a

uma pessoa famosa nacionalmente e comprovou que esse fator se mostrou relevante em duas das três comunidades estudadas.

No estudo de Alves (2008), a autora encontrou resultados relevantes para este grupo de fatores, tanto na comunidade de Barra Longa quanto para o grupo de controle ou grupo de Belo Horizonte.

Em outro trabalho, Almeida Mendes (2009), constatou que, na comunidade de Abre Campo, este fator não se demonstrou significativo e que, em Matipó, observando somente o emprego da ausência sem levar em conta a presença, os falantes tendiam a usar mais a ausência do artigo definido quando se referiam a pessoas mais distantes e usarem menos, quando se referiam a pessoas mais próximas.

Nesta pesquisa, a autora é membro da comunidade de Mariana, o que facilitou a identificação das relações estabelecidas pelos informantes, mas, como não-membro da outra comunidade, isso poderia se tornar um problema. A medida tomada para amenizar tal situação foi adotarmos os mesmos critérios utilizados em Amaral (2003), acima mencionados, já que dificilmente os falantes possuem contatos com personalidades famosas, o que, segundo Amaral (2003), torna a divisão mais confiável, pois abarcou extremos bem definidos. O fato de não adotarmos os mesmos critérios que Silva (1996), cuja autora também não fazia parte da comunidade linguística estudada, já foi exposto no item 2.1.2.4.

Grupo 7	Fatores	Exemplos
Grau de intimidade do falante com o referente	F. pessoa do meio social do falante	(37) Eu tou fazendo inglês ainda, mas... eu tou fazendo lá <i>com Consuelo</i> , a professora. (INF. 02 MAR) (38)...depois veio a gravidez <i>do Jean Lucas</i> que tem 12 anos agora. (INF. 04 UBER)
	P. pessoa famosa e com prestígio na região	(39) <i>Dona Hebe</i> faz um trabalho (int)... (INF. 12 MAR) (40) ...tomou café <i>com o tio Dan</i> ... (INF. 02 UBE)
	N. pessoa famosa nacionalmente	(41)Até <i>Getúlio Vargas</i> estava no meio disso só que ele deu sorte... (INF. 12 MAR) (42) porque na época quando <i>o Tancredo morreu</i> , ela cantou o Hino Nacional, entendeu? (INF. 05 UBE)

Quadro 7: Grau de intimidade do entrevistado com o referente

2.3 – Apresentação da amostra

Neste trabalho, foram utilizadas entrevistas orais, feitas por dois pesquisadores da área, Lílian Teixeira de Sousa⁴⁵ e Giovanni de Paula Oliveira⁴⁶, ambos inseridos no quadro teórico metodológico da Sociolinguística Variacionista, embora com objetivos diferentes. Estes pesquisadores apresentaram procedimentos para coleta de dados bastante semelhantes. Assim, os dados coletados pela primeira pesquisadora foram referentes à comunidade de Mariana – MG e, do segundo, à comunidade de Uberaba – MG.

A primeira amostra constituiu-se de gravações de 20 entrevistas orais, composta por falantes nativos da comunidade de Mariana – MG, selecionados por uma amostragem aleatória⁴⁷. Desse total de entrevistas, 17 delas apresentaram ocorrências de antropônimo diante de nomes próprios, das quais foram extraídos 417 sintagmas nominais com antropônimos. As gravações das entrevistas foram cedidas pela pesquisadora de campo, entretanto nós realizamos as transcrições e utilizamos, para tal, o mesmo procedimento usado no trabalho de Giovanni (2009)⁴⁸, e seguimos suas adaptações, de modo que as nossas transcrições, para estas entrevistas, aproximassem-se o máximo possível daquela utilizada no *corpus* de Uberaba.

A segunda amostra se constitui da gravação de 18 entrevistas orais, composta por falantes nativos da comunidade de Uberaba – MG, também selecionados por uma amostragem aleatória.

Do total de entrevistas realizadas nesta segunda amostra encontramos ocorrências de antropônimos diante de nomes próprios em 9 delas e das quais foram extraídos 365 sintagmas nominais com antropônimos. As gravações das entrevistas, juntamente com as transcrições, foram gentilmente cedidas pelo próprio pesquisador. Neste caso, procedemos somente a escuta das gravações e a checagem das transcrições com atenção voltada para o fenômeno de que

⁴⁵Dados referentes à dissertação de mestrado intitulada: Formas da negação no português brasileiro, UFMG, 2007, cedidos pela própria pesquisadora e em tratamento pelo núcleo de pesquisa em variação linguística (NUPEVAR) coordenado pela professora Jânia Ramos.

⁴⁶Dados referentes à dissertação de mestrado intitulada: A variação das preposições “para” e “a” na fala de Uberaba e Montes Claros, UFU, 2009, cedidos pelo próprio pesquisador e em tratamento para fazer parte do banco de dados que se vinculará ao projeto Variação e Sintaxe: aspectos gramaticais do Português Brasileiro em uma abordagem inter- e intralingüística coordenado pela professora Maura Alves de Freitas Rocha.

⁴⁷Dados de amostragem aleatória significa dizer que, cada membro da comunidade tem a chance de ser escolhido para fazer parte da pesquisa. Esse procedimento oferece a possibilidade de que os resultados obtidos para esse número de membros possam ser projetados à comunidade de fala como um todo.

⁴⁸Os símbolos utilizados no processo de transcrição estão no anexo A.

estamos nos ocupando neste trabalho. Todos os informantes das pesquisas acima citadas foram selecionados em função do grupo de fatores extralingüísticos, uma prática usual nos estudos sociolinguísticos.

2.4 – O tratamento dos dados

Esta pesquisa é descritivo-explicativa, pois, além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, procurará identificar seus fatores determinantes (MARCONI, 2003).

Os *corpora* desta pesquisa foram submetidos a um tratamento quantitativo por meio da utilização de um programa estatístico para computadores GOLDVARB/2001 ou versão VARBRUL para o Sistema Operacional Windows. Este programa de análise estatística lida com regras variáveis. Desse modo, a partir dos cálculos estatísticos, feitos pelo próprio programa que estabelece a regra variável, extraímos regularidades e tendências dos dados para a análise e o efeito relativo de cada fator no fenômeno variável sob análise.

A partir dessa regra, podemos estabelecer não só a influência de um determinado fator por meio de suas frequências relativas e pesos percentuais na ocorrência de uma variante, como também prognosticar seu comportamento isolado ou com outros fatores por meio da tabulação cruzada.

Nesta pesquisa, seguindo orientações de trabalhos anteriores – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003) e Alves (2008) – que trataram do mesmo fenômeno deste estudo, a variável presença do artigo definido será a referência para a aplicação da regra ao rodarmos o programa.

2.4.1 – Casos desconsiderados da análise quantitativa

O uso do artigo definido diante de nome próprio ocorre de forma categórica em alguns contextos e, por isso, não podem ser levados em conta, na análise dos dados, uma vez que o objetivo deste trabalho é fazer uma análise quantitativa da variação ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos. Assim, foram excluídos da análise itens que poderiam não sofrer variação, ou por não serem antropônimo e/ou apresentarem propriamente um.

2.4.1.1 – Vocativos

A função vocativa serve para chamar, interpelar ou invocar um ouvinte real ou hipotético e, geralmente, está relacionada com a segunda pessoa do discurso. Em seus estudos, Callou e Silva (1997) e Callou (2000), checaram os antropônimos na função vocativa e constataram que nessa função não há variação no emprego do artigo definido diante de antropônimos, ocorrendo ausência em todos os casos. Esse tipo de comportamento do artigo na função de vocativo foi encontrado em nossos dados, conforme ilustra o exemplo:

- (43) Meu irmão falou assim *ô Genésio* vem cá, ele chama Genésio, *ô Genésio* (INF. 05 MAR)

No exemplo acima, Genésio exerce a função de vocativo e aparece desarticulado. Nesse sentido, Callou (2000), atribui essa ausência ao alto grau de especificidade da função vocativa. Amaral (2003, *apud* Souza, 1994, p. 53), observa que a função vocativa não articulada no português não corresponde ao que ocorre no romeno e no francês em que o artigo se apresenta nessa função.

2.4.1.2 – Nominalização didática

Segundo Lyons (1977, p. 178), “a nominalização didática ocorre quando é ensinado a uma pessoa que um nome particular, estabelecido por uma convenção preexistente, está associado a uma pessoa, objeto ou lugar”. Nesses casos, a ausência do artigo parece sempre ocorrer e, por isso, foram eliminados, das análises, exemplos do tipo:

- (44) tinha um carinho imenso por ela, chamava ela *de Vó Laurinha.*, e eu lembro até hoje, eu gostava de chegar lá tipo no horário que ela ia dormir. (INF.05 UBE)

2.4.1.3 – Usos metonímicos

O uso metonímico se configura como tal quando um falante não se refere propriamente a uma pessoa, mas quando substitui um nome próprio por uma característica do ser nomeado. Normalmente, refere-se à obra produzida pela pessoa mencionada:

- (45) Principalmente, há uns dois anos, tinha um desses cicerones explicando sobre o batistério da igreja da Sé, sobre *Ataíde*. (INF. 14 MAR)

2.4.1.4 – Demonstrativos

O artigo definido possui uma natureza dêitica resultante de sua evolução que derivou do demonstrativo do sistema latino. Segundo Silva Dias (1959, p.95), “não se antepõe artigo aos vocativos e aos nomes determinados pelos pronomes demonstrativos este, esse, aquele”. O que demonstra que associada a sua natureza dêitica, há uma natureza sintática, que proíbe que o artigo definido e o pronome demonstrativo se realizem na mesma posição dentro do SN. Esses casos foram categóricos em nossos dados e por isso, excluídos de nossas análises.

- (46) ... encostada na grade, com um tantão de policial e *essa dona Elisa* passa e me vê, aí pronto, ela me pegou pra Cristo o resto da vida. (INF. 05 UBE)

- (47) ... então o que que aconteceu, *esse Anderson Adauto*, não quis saber quem tava lá, quem deixava de tá, (INF. 02 UBE)

2.4.1.5 – Topônimos

Os topônimos são usados com função referencial, mas não se referem propriamente a pessoas e sim a lugares, ocorreram em muitos de nossos dados, mas como o objetivo desta pesquisa não é estudar o comportamento dos topônimos no que se refere à ausência/presença do artigo definido, todos esses casos foram desconsiderados em nossas análises.

(48) ...aí eu fui *no Dr. Sílvio*, né? apresentei para ele os papel, ele tirou os eletro e tudo, né? (INF. 03 MAR)

(49) Ai, deixa eu ver. Nossa, tem tanta coisa lá *do Zé Ferreira!* (INF. 02 UBE)

Nos exemplos, os nomes próprios que foram destacados não se referem a pessoas, mas sim a lugares. No exemplo (48), o falante diz, que foi *ao consultório do doutor Sílvio*, e no exemplo (49), *Zé Ferreira* é o nome de uma escola famosa em Uberaba.

2.4.1.6 – Outros casos desconsiderados das análises

Nas análises quantitativas, não foram considerados todas as estruturas que envolvem o uso do artigo definido diante de antropônimos. Além das estruturas já citadas, ocorreram os seguintes casos:

i) Antropônimos usados no plural com referência a nomes de família

(50) Tradições políticas, então tá, então vamos, no começo a cidade tinha dono né, que eram *os Guaritá*. (INF.05 UBE)

Nesse caso, apesar de as pessoas poderem ser identificadas pelos seus prenomes, se referem claramente a nome de famílias.

ii) Narrativas referentes a personagens de desenhos e/ou filmes

No que se refere a essas narrativas, ocorreu em alguns dados e como apareceu ora articulado e ora não articulado, e não havia na literatura dos estudos sobre o artigo nenhuma menção de como lidar com os dados, nesses casos, desconsideramos das análises.

(51) ... aí depois que ele tomou o antídoto que ele matou o vampiro Reick, o personagem era *o Wesley Isnaipe*. (INF. 05 MAR)

(52) nossa, você veio me ver? não eu vim entregar o colar *para Lola*. (INF. 04 MAR)

iii) Estruturas em que os antropônimos são iniciados por vogais homófonas aos artigos

Em decorrência da impossibilidade de identificação da ocorrência do artigo em contextos em que a crase ocorre entre dois elementos vocálicos, estes dados foram excluídos.

(53) A amiga dela Aela conseguiu... (INF. 04 MAR)

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

“O jogo da Ciência é, em princípio, interminável. Quem decida, um dia, que os enunciados científicos não mais exigem prova, e podem ser vistos como definitivamente verificados, retira-se do jogo.”

Karl Popper

3.1 – Considerações iniciais

O presente capítulo apresenta os resultados da análise quantitativa e qualitativa a que foram submetidos os dados do *corpora*. Assim, a partir das rodadas estatísticas do pacote computacional GOLDVARB/2001, considerando os seguintes objetivos: encontrar evidências que testem as hipóteses levantadas e comparar, sempre que possível, os resultados deste trabalho com os resultados dos outros trabalhos comentados nas seções anteriores buscando elucidar o fenômeno por meio da perspectiva da variação intralinguística.

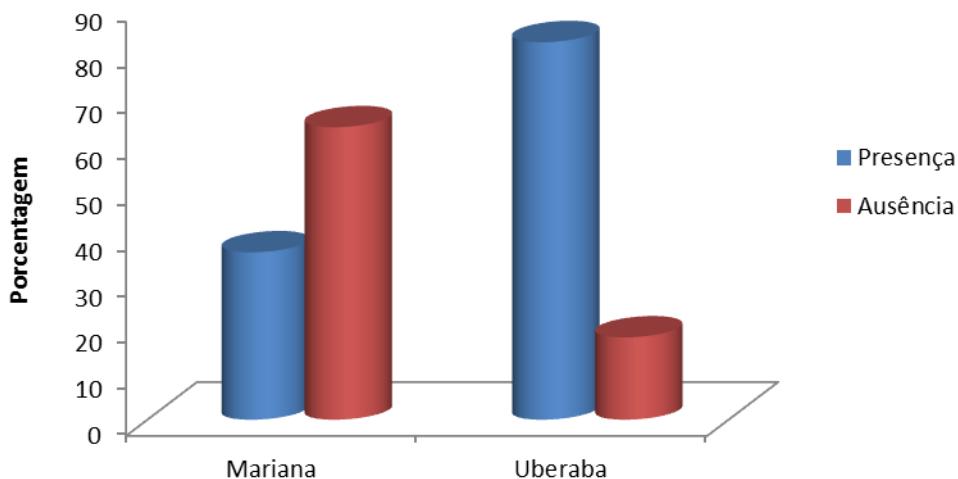
Este capítulo está organizado da seguinte forma: na primeira seção será apresentada a visão geral do contraste do uso do artigo definido diante de antropônimos nas regiões estudadas; na segunda e terceira seção serão apresentados os resultados obtidos pela atuação dos fatores linguístico e extralinguístico em cada uma das comunidades estudadas, Mariana e Uberaba. Na quarta seção, uma visão geral do artigo definido nos estudos realizados. E, na última seção, serão tecidos alguns comentários acerca dos fatores desconsiderados na análise quantitativa.

3.1.1 - Resultados gerais

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos na análise dos *corpora*, ou seja, uma visão geral do fenômeno em cada uma das comunidades. Foram totalizadas 196 ocorrências de artigo definido diante de antropônimos na comunidade de Mariana – MG e 170 ocorrências

em Uberaba – MG, desconsiderados os casos descritos em 2.4.1. O comportamento linguístico dos falantes de ambas as comunidades pode ser observado no Gráfico 2 a seguir⁴⁹:

Gráfico 2: Presença e ausência do artigo definido em Mariana e Uberaba



De acordo com as porcentagens obtidas no gráfico 2, podemos observar que 36,4% das ocorrências computadas na amostra de Mariana apresentaram artigo definido enquanto 63,6% não apresentaram o artigo definido. Desse modo, podemos afirmar, inicialmente, que a estrutura preferida pelos falantes da comunidade de Mariana é composta pela predominância da ausência de artigo definido diante de antropônimo em detrimento da presença.

A amostra de Uberaba, ao contrário do que aconteceu com a de Mariana, apresentou 82,1% de ocorrências para a presença de artigo definido 17,9% de ausência do mesmo artigo. O que se pode observar, assim, é que para esta comunidade a estrutura predominante no que se refere ao uso do artigo definido é marcada pela presença.

Esses dados revelaram uma distribuição não harmônica nas duas comunidades observadas, no que se refere ao emprego do artigo definido diante de antropônimos, o que, segundo Amaral (2003), ocorreu porque há a existência da variação da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos no estado de Minas Gerais e que haveria a possibilidade de delimitação de áreas linguísticas a partir de fenômenos sintáticos.

⁴⁹ As tabelas correspondentes a todos os gráficos apresentados estão no anexo B.

Assim, encontramos resultados semelhantes aos estudos sobre o artigo em diferentes comunidades de fala e corroboramos as duas hipóteses iniciais que partiam do pressuposto de que os falantes de Mariana usavam com pouca frequência o artigo definido diante de antropônimos e que, ao contrário, os falantes de Uberaba usavam com muita frequência o artigo definido diante de antropônimos, ou seja, esperávamos que as duas comunidades apresentassem padrões divergentes. Desse modo, como foi suposto, o fator região geográfica apresentou relevância no favorecimento de variação intralingüística no fenômeno ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

Os resultados apresentados indicam que a variação apresentada ocorre no nível intralingüístico, o que difere Mariana de Uberaba quanto ao uso do artigo definido, mas é importante destacar que ocorre também uma variação interna, ou seja, dentro de cada uma das comunidades. Os dados apontam que em Mariana essa variação ocorre de forma mais equilibrada, já que a diferença entre a ausência e a presença é de 27, 2%. Já em Uberaba, ao contrário, essa diferença é bastante acentuada e chega ao valor de 64, 2%.

Callou (2000), ao estudar a frequência do uso do artigo definido de acordo com a região do falante, hipotetiza que:

Verifica-se, também, que a frequência de uso do artigo definido diante de nome próprio, tanto na língua escrita como na falada, aumenta à proporção que vamos do Nordeste (PE/RE e BA/SSA) ao Sul do país (RJ, SP e RGS/POA), quer se considere o estado como um todo ou apenas a sua capital. Em função dessa distribuição, parece mais produtivo observar seu comportamento internamente, em cada cidade, a fim de verificar se os mesmos condicionamentos, em maior ou menor porção atuam em cada uma delas. (CALLOU, 2000, p.22).

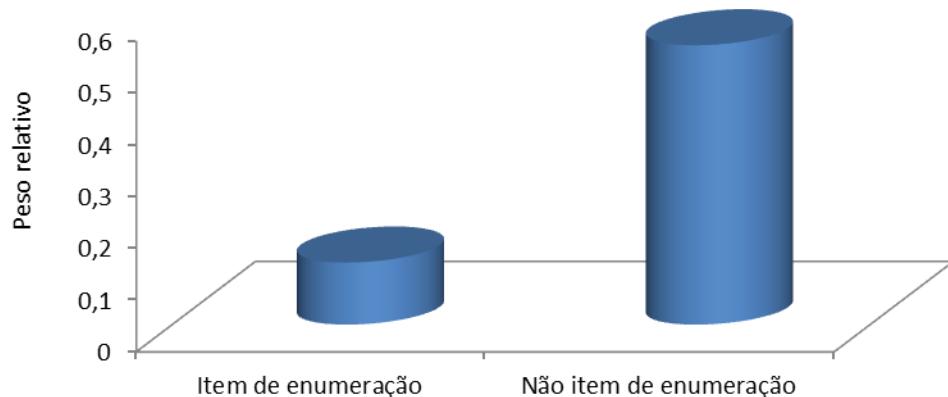
De acordo com as orientações de Callou (2000), procedemos a uma análise estatística em cada uma das comunidades, separadamente, a fim de analisarmos os fatores linguísticos e extralingüísticos que poderiam estar atuando. A seguir, serão apresentados os resultados dos dados que foram selecionados como mais relevantes para a análise.

3. 2 – Os resultados obtidos na comunidade de Mariana

3.2.1 – Antropônimo como item de enumeração

Dentre os fatores linguísticos e extralinguísticos selecionados pelo programa, para esta comunidade, apenas dois foram selecionados: antropônimo como item de enumeração e grau de intimidade do falante com o referente. O primeiro fator, de natureza linguística, foi investigado nos trabalhos de Amaral (2003) e Alves (2008), não apresentando nenhuma relevância. Entretanto, esse fator foi selecionado como estatisticamente relevante em nossa análise, demonstrando que o item de enumeração desfavorece o uso do artigo definido, não somente em nomes comuns como apontado por Brandão (1963, *apud* Amaral, 2003, p. 103), mas também diante de nomes próprios como verificado neste estudo.

Gráfico 3: Distribuição da presença do artigo definido na função de item de enumeração



Como é possível observar pelos pesos relativos, no que se refere ao uso do artigo definido, o antropônimo como item de enumeração apresentou um peso relativo de 0.12 e tende a desfavorecer o uso do artigo neste tipo de contexto. Ao contrário, o antropônimo que não é item de enumeração tende a favorecer o uso do artigo definido com um valor de peso relativo de 0.54. Os exemplos a seguir ilustram o que foi dito logo acima:

- (1) Nossa, demais. São diversas. Aliás, quase todas elas gostam de mim. (int), *Sônia, Inês*. As mais chegadas são a *Sônia, Inês, Conceição, Nívea, (int) do Rosário*. É... essa Terezinha, a... a irmã dela, *Conceição, das cabanas. Shyrley, das cabanas*. (INF.

16 MAR)

(2) Fica. Tem umas que chama eu de irmã, *Rebeldina é minha irmã, Maria de Lourdes é minha irmã, que ela fala, Terezinha Moranga* é irmã chegada mesmo, também. Tem... *tem Dona Maria de so Tero.* (INF. 15 MAR)

(3) Eu levei... *o padre Paulinho*, que é o nosso pároco aqui em Mariana, me pediu para fazer um levantamento de todos os párocos que tivemos na Catedral. Eu levei seis meses para fazer esse trabalho ... (INF. 14 MAR)

Podemos afirmar que a presença do artigo definido, diante de antropônimos, encontra um contexto desfavorecedor de ocorrência na comunidade de Mariana na função de item de enumeração.

3.2.2 – Grau de intimidade do entrevistado com o referente

Como foi visto na seção 1.3.1, o uso do artigo definido diante de antropônimos segundo a perspectiva da gramática tradicional é determinado pelo grau de intimidade, que carrega um tom de afetividade ou familiaridade. Assim, a anteposição do artigo, neste contexto, tem como intuito marcar a intimidade do falante com o referente.

Essa regra postulada pelos gramáticos da língua portuguesa também é encontrada nas línguas húngara, italiana e espanhola, todas essas línguas tem em comum o fato de que, a familiaridade explicaria a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

Os resultados das análises relativos ao grupo grau de intimidade do entrevistado com o referente, nesta pesquisa, demonstraram que o uso do artigo definido é bastante desfavorecido quando o entrevistado se refere à pessoa famosa nacionalmente com um peso relativo de 0.27. É também desfavorecido quando o entrevistado se refere à pessoa do meio social do falante com peso de 0.47 e favorecido quando o falante se refere à pessoa famosa e com prestígio na região com peso de 0.67.

Gráfico 4: Distribuição do artigo definido de acordo com o grau de intimidade



Esses resultados nos permitem verificar que quando se trata do grau de intimidade do entrevistado com o referente, os informantes, ao se referirem a pessoas de seu meio social, ou seja, pessoas mais próximas e, portanto, mais íntimas, tendem a desfavorecer o uso do artigo definido, valor esse que se aproxima de 0,5 de peso relativo e que, quando o grau de intimidade vai se distanciando, os valores passam a ser bem mais marcados.

Levando-se em conta apenas os dois extremos mais marcados em que os pesos relativos se apresentaram mais distantes do ponto neutro, notamos que, quando o referente é conhecido, tanto do falante como do ouvinte, como no caso de pessoas conhecidas nacionalmente, não há necessidade de maior especificação com o uso do artigo definido. Entretanto, ao voltarmos a atenção para o referente, que possa ser conhecido tanto do falante como do ouvinte, há um aumento considerável do uso do artigo, o que de acordo com Silva (s.d) é decorrente da “definitude que, de modo geral, leva em conta a identificabilidade do item pelo ouvinte. Assim ocorreu com o artigo frente a possessivos e nomes próprios em que quanto mais íntimo era o possuidor, mais artigo tinha”. (SILVA, s.d, p.5). Ao se retomar a proposta de Silva, nossos dados devem ser modalizados, já que com pessoas íntimas a ausência foi maior que a presença.

Pelas porcentagens apresentadas, podemos afirmar que a variante preferida pela comunidade de Mariana, com porcentagem de 63,6%, é a ausência, a variante favorecida quando

o antropônimo se refere a pessoas famosas nacionalmente, em maior grau e a pessoas do meio social do falante em menor grau, como ilustrado nos exemplos (4), (5) e (6):

(4) goleiro é... o goleiro lá... *Marcos*, acho que ele é frangueiro demais... *Dida* quando ele entra assim, ele vai e não deixa passar gol e *Marcos* entrou e tomou dois gol facim, facim... (INF. 05 MAR)

(5) Tem, tem homem sim. Aqui, o Coral. Nós já cantamos com *Elza Soares*. A *Elza*, *aqui*. É muito bacana. Aqui outras... mais fotos da peça... aí, ó, a turma do Teatro. Aqui eu tocando. Não, eu vou te falar, foi um sonho, gente. (INF. 16 MAR)

(6) Minha mãe perdeu muitos filho, um com dois mês, um com mais de um ano... mas eu era pequena e não me alembro deles direito, o que eu alembro mesmo é *Ronaldo e Remundo*. (INF. 06 MAR)

Quando a referência é feita a pessoas públicas na região, a variante usada, o artigo definido se distancia da variante utilizada com maior frequência em Mariana, ou seja, a ausência. Exemplo (7):

(7) Agora é de seis em seis meses que faz, sabe? (int) parece que agora eu não sei se complicou mais, se as coisas ficou mais difícil pro pessoal. Pra eles. (int) a secretária (int). Quem toma conta de nós lá é a mulher *do Celso*. (INF. 15 MAR)

Esse resultado é divergente dos trabalhos de Amaral (2003) e Alves (2008) em que os autores constataram que a ausência de artigo definido nas comunidades estudadas está diretamente ligada ao grau de intimidade por uma correlação que é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o grau de intimidade do entrevistado com o referente, maior o índice de ocorrência de artigo no contexto. Os autores concluem que a variante predominante nas comunidades observadas é a mesma utilizada para o convívio social dos moradores. A outra é utilizada para pessoas famosas nacionalmente.

O grau de intimidade, referido pelos gramáticos como condicionador do uso do artigo definido diante de antropônimos, não pode ser visto como uma regra categórica, uma vez que, em muitos trabalhos, apresentou variação. Esse comportamento variável, observado em Móises (1995), ao observar que o grau de intimidade entre o falante e o referente do antropônimo não é suficiente para explicar o uso ou não de artigo definido, pois o mesmo falante utiliza o mesmo nome próprio ora articulado ora não articulado.

Silva (1996) observou em seus estudos que havia uma forte correlação direta entre a realização do artigo e a familiaridade com a entidade mencionada.

Callou e Silva (2000) evideciam que um dos fatores que favorecem a presença de artigo definido é o grau de intimidade. No entanto, esse fator só foi relevante nos dados da cidade do Rio de Janeiro dentre as cinco cidades observadas.

Como vimos, os números de pesos relativos e os exemplos retirados da fala dos moradores de Mariana serviram para mostrar que a intimidade ou familiaridade do referente com o antropônimo influí no emprego do artigo definido diante de nomes próprios, mas ainda há mais perguntas do que respostas, tal como foi colocado por Callou (2000):

O que não se pode pensar é que portugueses e brasileiros sejam desprovidos de afetividade ou incapazes de intimidade, em qualquer época de sua história. Se a intensificação do uso se verifica ao longo da história do português, seria necessário descobrir os fatores condicionantes, fora do âmbito emocional, afetivo, tarefa que não parece ser fácil. (CALLOU, 2000, p. 13)

Em Mariana, o fator intimidade foi relevante para o fenômeno sob análise, o que não ocorreu em Uberaba, e confirma, ainda que parcialmente, uma de nossas hipóteses: a de que o grau de intimidade não condicionaria a presença de artigo definido diante de antropônimos. Apresentamos, a seguir, o resultado da rodada considerada estatisticamente relevante em relação ao fenômeno na comunidade de Uberaba.

3.3 – O resultado obtido na comunidade de Uberaba

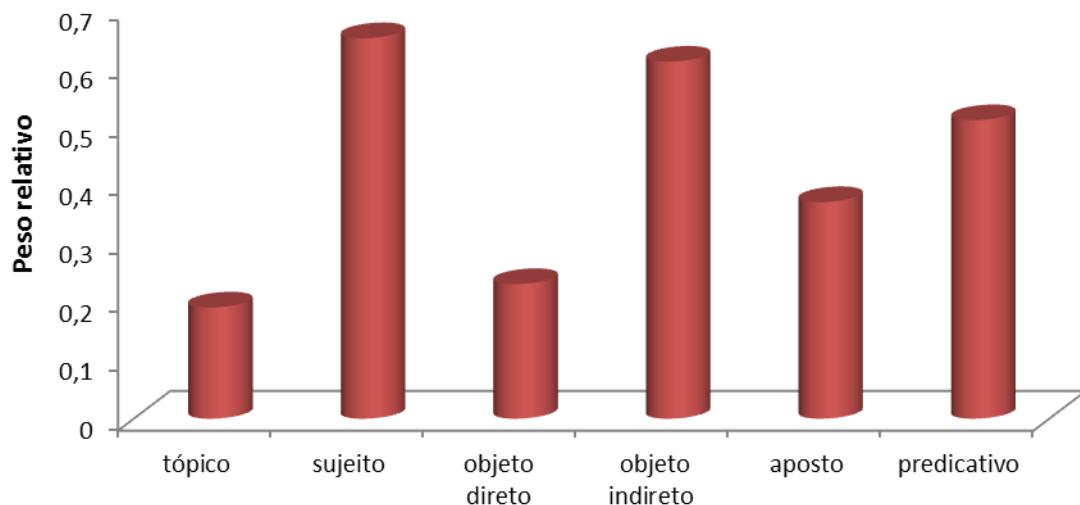
Diferentemente do resultado obtido na comunidade de Mariana, a comunidade de Uberaba selecionou como estatisticamente relevante somente um fator e, este, de natureza linguística: função sintática do antropônimo na sentença.

Os estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000) e Alves (2008) consideraram a função sintática em seus trabalhos e apontaram a relevância desse fator em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos. Com isso, nosso objetivo é verificar em qual posição no SN o nome próprio aparece mais articulado.

Como já explicitado no item 2.1.2.3, checamos as funções sintáticas encontradas na gramática tradicional e acrescentamos a elas a função de tópico de acordo com os estudos de Pontes (1987). As funções de adjunto adnominal e complemento nominal foram agrupadas conforme o que expusemos anteriormente.

A função sintática e sua distribuição nos dados de Uberaba pode ser melhor visualizada conforme o gráfico 5:

Gráfico 5: Distribuição do artigo definido de acordo com a função sintática



A leitura dos números em peso relativo constantes no gráfico nos demonstra que:

- a) A presença de artigo tende a ser favorecida quando os antropônimos integram SN's que desempenham função de sujeito com peso relativo de 0.65, e objeto indireto, de 0.63, conforme ilustrado em (8) e (9), respectivamente.

(8) *O Lê* tava do outro lado e o irmão dele tava no meio, porque não ficava da mesma série no lado. O irmão dele fazia colegial e ele tava no nosso meio. (INF. 01 UBE)

(9) eu lembro *da dona Maria* que ela era muito brava, não sei se ela tinha outro apelido, né, pode ser até a mesma pessoa, mas da dona Maria eu lembro direitinho... eu lembro que a gente tinha copo, né, pra tomar o leite ... (INF. 08 UBE)

- b) Quando o antropônimo se encontra em SN's com função predicativa, como em (10), a presença de artigo é favorecida com o peso relativo de 0.51.

(10) Deus é a luz do dia seguinte, então, é, eu sou uma pessoa que posso te falar assim, que eu nasci de novo, porque eu sou uma pessoa que eu sou da religião evangélica, então, o que *era a Vanessa* de antes, não é a *Vanessa* hoje. (INF. 07 UBE)

- c) Quando o antropônimo se encontra em função de aposto, o artigo tende a ser desfavorecido com o peso relativo de 0.37, como ilustra o exemplo (11). Antropônimos que integram SN's que desempenham função de objeto direto, por outro lado, como em (12), tendem a desfavorecer altamente o uso do artigo com o peso relativo de 0.23.

(11) ...inclusive eu tenho até uma história legal pra contar, essa cidade que morei aí, Guanhães, né, eu, quando eu saí de lá eu deixei *a dona Dalva* lá, que era vizinha nossa que eu tinha muita afeição, muito apegada a ela. (INF. 05 UBE)

(12) Mas eu falei isso ontem pro meu marido, eu falei assim que só tem uma coisa que eu não arrependo, que eu sei que eu não vou arrepender nunca, foi de ter tido *o Rafael*. [Que lindo!] Ele é lindo! (INF. 02 UBE)

O antropônimo que se encontra em função de adjunto adverbial e adjunto/complemento nominal apresentou uma regra categórica de aplicação do artigo definido na amostra, e, por isso, não temos um resultado para uma análise variável.

Segundo Callou (2000), o aumento do uso de artigo diante de nome próprio de pessoa cresceu gradativamente do século XIII aos dias atuais. Isto ocorreu porque “a origem do uso do artigo definido corresponde a uma mudança qualitativa-estrutural, mudança de marcas internas para marcas externas, e sua implementação, de natureza quantitativa” (CALLOU, 2000, p. 16).

Ainda segundo a mesma autora as primeiras ocorrências de artigo definido diante de nomes próprios ocorreram em posição argumental de sujeito ou objeto, indireto especificamente. Nos dias atuais é mais frequente, na posição de adjunto, o que a autora atribui ao menor grau de especificidade dessa função que, por um processo compensatório, faz uso do artigo para a intensificação do traço [+ específico].

Neste estudo, ao contrário do que é apontado por Callou (2000) para os dias atuais, e como se vê nos resultados do gráfico 5, a função de adjunto tanto adverbial quanto adnominal não se apresentam como estatisticamente relevantes. Em outras palavras, podemos dizer que os resultados apresentados vão ao encontro das primeiras análises que se prestaram ao uso do artigo definido diante de antropônimos para a língua escrita e para o português dos séculos XV, XVI e XVII em que a presença de artigo estava associada a posições de argumento externo e interno, de sujeito e objeto indireto. Com isso em mente, vale a pena observarmos os apontamentos de Paixão de Sousa (1996), quando diz que:

O Português Europeu e o Português Brasileiro são gramáticas diferentes, tanto entre si, como em relação ao Português Arcaico (...). A partir de que momento tem início a diferenciação dos dois sistemas é um tema fértil de debates⁵⁰. Alguns estudos observaram que o PB compartilha características importantes com a língua escrita nos séculos 16 e 17, em contraste com o PE; enquanto o PE compartilha outras, em contraste com o PB. Isso leva à hipótese de que essas variantes modernas teriam se originado em duas mudanças gramaticais com uma base comum. Ou seja: a diversificação hoje atestada não seria o fruto de uma mudança ocorrida no Português do Brasil em relação à gramática do Português Europeu, mas sim teria se dado a partir de um sistema anterior a ambos. (PAIXÃO DE SOUSA, 1996, p.6).

⁵⁰ Tarallo (1996), Kato e Roberts (1996), Galves (2004) entre outros.

Alves (2008), em sua análise, verifica que a presença de artigo diante de antropônimo tende a ser favorecida quando o antropônimo integra um SN que está à direita do verbo (argumento interno do verbo) nas funções de objeto direto e objeto indireto. Para a autora não há interferência direta da presença da preposição no grupo de fatores função sintática, o que se justifica com base em seus dados, cujas funções que mais favorecem a presença de artigos são as de objeto direto e objeto indireto, a primeira não acompanhada de preposição e a segunda, regida pela preposição.

Os resultados de Moisés (1995)⁵¹ e Callou e Silva (1997) se distanciam do trabalho de Alves (2008) ao apresentarem resultados contrários. Móises, conclui que “há uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo, mais nitidamente flagrada quando esse ocorre à esquerda do verbo, ou seja, o antropônimo que exerce a função sintática de sujeito ou de tópico de sentença tende a receber o artigo definido” (Moisés, 1995, p. 144). Callou e Silva (1997) apontam como sintaticamente relevantes a função de adjunto adverbial seguida da função de tópico e sujeito para a presença de artigo definido diante de antropônimos.

Em nossa análise, não podemos estabelecer nenhum paralelo com somente um desses estudos, pois as funções selecionadas divergiram das análises mais recentes sobre o fenômeno, de modo que encontramos a função de sujeito apontada como relevante nos trabalhos de Móises (1995) e Callou e Silva (1997), como também a função de objeto indireto, apontada por Alves (2008).

Não há como considerar a posição mais a esquerda do SN como no trabalho de Moisés (*idem*) ou mesmo de Callou como as mais importantes, ou mais à direita como no trabalho de Alves (*idem*), podemos falar simplesmente em posições argumentais. A despeito dessas constatações, fica a pergunta: que dados de natureza diacrônica podem ser tomados como evidência para uma reanálise⁵²?

⁵¹ O trabalho de Moisés (1995) de abordagem funcional-discursiva é mencionado porque apesar de sua pesquisa não trabalhar especificamente com grupo de fatores tal como função sintática como nos estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000) e Alves (2008), lida com sintagmas, e os separa naqueles que se encontram à esquerda do verbo e aqueles que estão à direita, isso ajuda a entender o fenômeno da ausência presença de artigo definido diante de antropônimos, já que toca em questões sintáticas que se referem às posições dos nomes próprios nas sentenças.

⁵² Frase de Roberts (1993) e também a discussão em Kato, (1993).

A função sintática do SN assumida pelo antropônimo é uma de nossas hipóteses de trabalho, ainda que parcialmente, foi constatada, uma vez que apresentou relevância nos dados de Uberaba, o que não se verificou com relação à Mariana.

Buscando entender o funcionamento desse grupo de fatores na análise do artigo definido diante de antropônimos, faremos uma análise contrastiva das regiões estudadas em Minas Gerais, uma vez que percebemos que há uma grande variedade de trabalhos descritivos sobre o fenômeno, e que a perspectiva intralingüística poderia trazer luz a algumas das questões ainda não esclarecidas.

3.4 – Uma visão geral do artigo definido nos vários estudos realizados

Ao longo da escrita dessa dissertação e na consulta dos trabalhos que serviram de referência para este estudo, percebemos que alguns fatores eram recorrentes em algumas regiões, e resolvemos checar onde e quais fatores foram mais recorrentes. O quadro (8) demonstra os autores, a região estudada, as porcentagens de presença e ausência de artigo definido encontradas diante de antropônimos e o grupo de fatores selecionados por estes estudos como estatisticamente relevantes. Esse quadro tem como objetivo relembrar o leitor dos resultados alcançados de uma forma bastante sucinta, uma vez que esses trabalhos já foram resenhados no item 1.5.

Autor	Região	Presença	Ausência	Fatores selecionados
Móises (1995)	Belo Horizonte	76%	24%	Posição do antropônimo no sintagma nominal, primeira posição do SN, sujeito ou tópico recebiam mais o artigo.
Amaral (2003)	Campanha	75%	24% ⁵³	Grau de intimidade do referente com o entrevistado e posição no turno conversacional, sendo a posição não inicial do turno, o contexto mais favorecedor da presença de artigo.
	Minas Novas	38%	61%	Faixa etária e grau de intimidade do entrevistado com o referente.

⁵³ Valores retirados da dissertação de Amaral (2003)

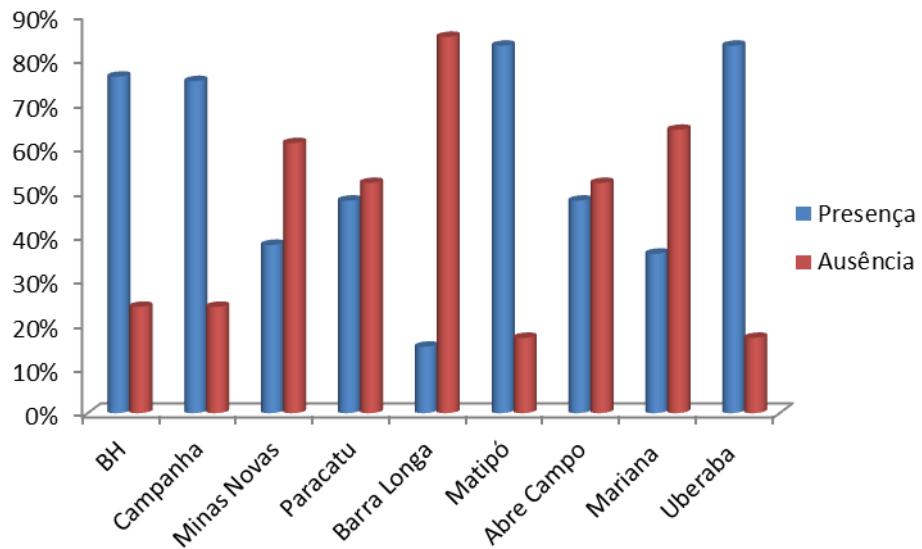
	Paracatu	47%	52%	Faixa etária, nível de escolaridade e posição do antropônimo no turno conversacional.
Alves (2008)	Barra Longa	15%	85%	Função sintática e grau de intimidade do entrevistado com o referente.
Almeida Mendes (2009)	Abre Campo	48%	52%	Genêro, idade, tipo de antropônimo e grau de intimidade.
	Matipó	83%	17%	Estrutura de genitivo, genêro, idade e grau de intimidade.
Neste estudo (2012)	Mariana	36%	64%	Item de enumeração e grau de intimidade do entrevistado com o referente.
	Uberaba	83%	17%	Função sintática.

Quadro 8: Quadro resumitivo dos trabalhos sobre o artigo definido diante de antropônimos em Minas Gerais.

Os números percentuais acima nos permitem buscar uma análise mais ampla do fenômeno em Minas Gerais. Apesar do trabalho de Móises (1995)⁵⁴ ter sido feito com uma metodologia diferente dos outros trabalhos que o sucederam, essa comparação servirá para podermos visualizar a variação intralinguística da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos em nove pontos do estado. O gráfico 6 apresenta o panorama geral:

⁵⁴ O trabalho de Mendes (2000) também foi feito por uma metodologia diferente, mas levamos em conta os valores percentuais da dissertação de Alves (2008), que trabalhou a mesma comunidade e com a mesma metodologia por nós utilizada. Mendes não aparece citada acima porque em seu trabalho inscrito teoricamente na Linguística Histórica não apresentou dados percentuais de fatores de natureza linguística e extralinguística, entretanto, uma resenha sobre o seu trabalho encontra-se na seção 1.5.

Gráfico 6: Panorama geral da distribuição do artigo definido diante de antropônimos



Os resultados acima podem ser transpostos para o mapa de Minas, com o objetivo de visualizar a variação do fenômeno pela perspectiva intralingüística, conforme a figura 4:

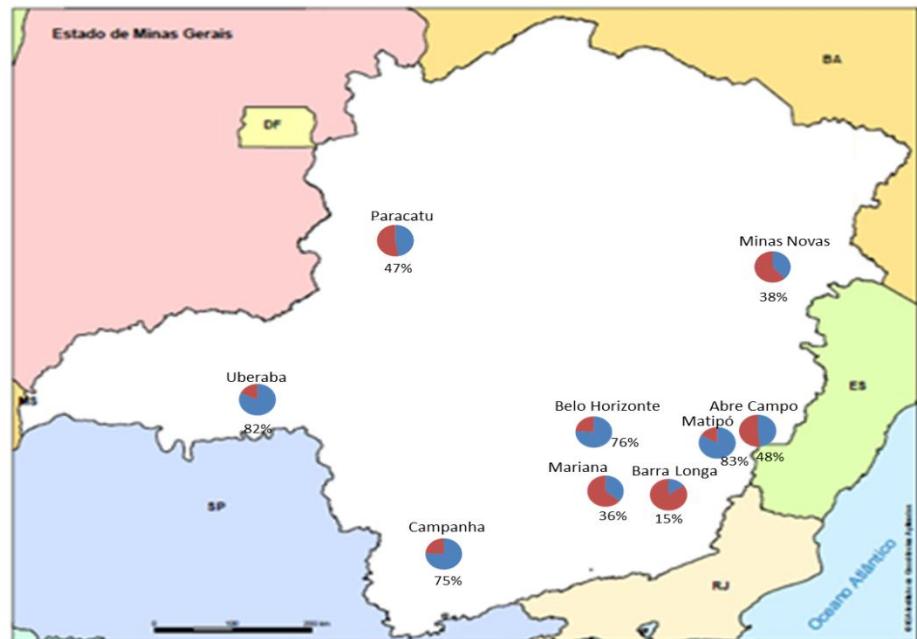


Figura 4: Mapa da distribuição da presença de artigo definido diante de antropônimos em nove localidades de Minas Gerais

Com base nos dados dos estudos realizados em sete cidades acrescentados aos deste estudo, podemos afirmar que o número de cidades onde ocorre a ausência do artigo definido diante de antropônimos é maior que o número de presença nas nove cidades já estudadas.

Dentre as cidades onde ocorre a ausência podemos citar: Minas Novas, Paracatu, Barra Longa, Abre Campo e Mariana. Apesar de haver, nos diferentes *corpora*, números percentuais bastante distintos, observamos que, com exceção da cidade de Barra Longa, as outras cidades apresentaram números percentuais acima dos 35% para a presença de artigo definido, e, duas cidades apresentaram valores bem próximos dos valores neutros: Paracatu 47% e Abre Campo 48%. No que se refere à presença de artigo definido, quatro cidades apresentaram em sua estrutura a predominância do artigo: Belo Horizonte, Campanha, Matipó e Uberaba. Essas comunidades apresentaram valores acima de 75% para a presença e valores abaixo de 25% para a ausência. Importante observar que, em todas as comunidades em que a presença do artigo foi predominante com relação à ausência, percebemos que algum fator de natureza sintática foi selecionado como estatisticamente relevante, havendo, desse modo, uma similaridade de comportamento constituída por um contexto sintático obrigatório.

A análise contrastiva nos mostrou que, em Belo Horizonte, a posição do antropônimo na sentença determina a frequência de articulação do artigo diante de nomes próprios; em Campanha, o que determina é a posição do antropônimo no turno conversacional; em Matipó, a estrutura de genitivo; e em Uberaba, a função sintática do antropônimo na sentença. Isso confirma um comportamento diferenciado do grupo de fator função sintático com relação aos demais grupos de fatores, uma vez que a relevância da ocorrência do artigo definido diante de antropônimos é vinculado a fatores sintáticos desde o início de sua implementação na língua portuguesa.

Os resultados desta pesquisa não são capazes de ir além da constatação de que o fator sintático tem um papel fundamental no esclarecimento do comportamento do artigo definido diante de antropônimos. Seria necessária uma pesquisa que estabelecesse uma relação entre as informações estruturais do determinante com o contexto sintático em que ele se encontra ao longo dos séculos para que as evidências encontradas trouxessem luz para essa questão.

3.5 – Casos desconsiderados na análise quantitativa

Nessa seção apresentaremos os casos desconsiderados da análise quantitativa, pois é necessário esclarecer que, como este estudo é sobre duas comunidades e que elas selecionaram grupos de fatores distintos, não nos ateremos a explicações dos casos desconsiderados em cada uma das comunidades, procederemos a uma visão mais geral dos casos que foram eliminados do total das duas comunidades e que notamos também terem sido importantes para a análise. Os fatores recusados pelo programa GOLDVARB/2001, foram informações sobre o antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal e a forma como o antropônimo aparece.

No que se refere ao grupo: informação do antropônimo na sentença – citado pela primeira vez ou citado pela segunda vez, observamos que este grupo de fatores, embora não tenha sido selecionado em nenhuma das comunidades, não apresentou uma diferença entre elas. Os resultados apresentados em percentuais para esse grupo de fatores na comunidade de Mariana não divergiram do que diz a literatura sobre o assunto, ou seja, o índice de presença de artigo definido diante de antropônimos é ligeiramente mais alto quando o antropônimo aparece pela segunda vez na fala. Uberaba, apesar de ter apresentado uma ocorrência muito alta de presença do artigo definido diante de antropônimos, também apresentou o mesmo contexto favorecedor para o uso do artigo.

Quanto ao grupo de fatores, estrutura do sintagma nominal, esperávamos a sua seleção, já que muitos estudos o apontaram como relevante para as análises, e a presença de preposição parece exercer alguma influência com relação ao uso ou não do determinante, mas acreditamos que a eliminação desse grupo de fatores pode estar relacionada à interferência com outros fatores sintáticos que se mostraram significativamente mais importantes, levando-se em conta que a função sintática do objeto indireto já se apresenta com a preposição. Podemos supor que esse grupo de fatores pode estar se sobrepondo, uma vez que muitos estudos, que não trataram da função sintática, o selecionaram como estatisticamente relevante.

No entanto, essa estrutura foi recorrente nos dois *corpora* e é a estrutura mais notada e citada por não estudiosos da língua como o principal contexto exemplificador da variação estudada. A respeito do que foi colocado, as palavras de Mendes (2000) ilustram bem o fenômeno:

Desde o primeiro contato com a fala contemporânea dos habitantes desta cidade, chamou-me a atenção o elevado número de ocorrências desta estrutura [ausência de artigo diante de nomes próprios de pessoas], principalmente quando se tratava de ‘casos genitivos’, pois, neste ambiente sintático, a ausência de artigos apresentava-se mais saliente. Esta saliência talvez se explique pelo fato de, por diversas vezes na língua oral, o falante fazer uso deste tipo de estrutura para se referir a uma pessoa, identificando-a como “fulano de fulano”. (Mendes, 2000, p.13)

Essa estrutura foi encontrada com mais facilidade na comunidade de Mariana do que na comunidade de Uberaba. Acreditamos que isso ocorreu pelo fato de que, Mariana é uma comunidade muito pequena, onde a tendência é que as pessoas se conheçam mais.

No que concerne ao grupo, forma como o antropônimo aparece, verificamos que, para a comunidade de Uberaba, os antropônimos precedidos por um qualificativo como *dona*, *madrinha*, *seu* constituíram o contexto menos favorecedor do uso do artigo definido diante de antropônimos, e que o mesmo ocorreu na comunidade de Mariana, que obteve os mesmos resultados percentuais de desfavorecimento do artigo definido tanto para antropônimos precedidos por qualificativo quanto para antropônimos mais determinantes, explicativos. De acordo com a literatura, o artigo definido tende a ser mais empregado diante de antropônimos que são antecedidos por determinantes, mas notamos que, em nenhuma das duas comunidades esse fator foi considerado o mais relevante para a aplicação da regra da presença de artigo definido.

A gramática tradicional postula que os apelidos carregam por tradição o artigo, ao contrário do que é postulado pela gramática, na comunidade de Uberaba, verificamos que esse contexto foi o segundo menos favorecedor para a presença de artigo definido diante de antropônimos, para Mariana este contexto não apresentou nenhuma relevância.

Os grupos de fatores não selecionados como significativos também foram importantes para o estudo da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, pois podem ser repensados em futuras pesquisas, evitando-se assim que se volte a atenção para grupos de fatores recorrentemente estudados e descartados em outras pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Vivendo, se aprende: mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.”

Guimarães Rosa

Neste trabalho, investigamos a variação sintática ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba – MG. A partir de *corpora* constituído de 38 entrevistas orais, das quais 20 foram realizadas em Mariana e 18 em Uberaba, buscamos verificar quais os grupos de fatores que estavam atuando neste fenômeno variável, já que essa variação pode ser melhor entendida pela correlação de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Partimos da hipótese geral de que, Mariana e Uberaba apresentavam um padrão divergente quanto ao uso do artigo definido diante de antropônimos e que, enquanto em Mariana os falantes usavam com pouca frequência o artigo definido, em Uberaba, os falantes usavam com frequência o artigo definido.

O primeiro capítulo de fundamentação teórica foi divido em 5 partes. Na primeira parte, apresentamos o trabalho de Labov (2008), que é considerado o mais importante nos estudos sociolinguísticos, pois contém as bases teórico-metodológicas voltadas para o estudo empírico das comunidades de fala. A relevância do trabalho de Labov é retomada nos trabalhos de réplica sobre Martha's Vineyard resenhados ainda nesta parte.

Na segunda parte do primeiro capítulo, apresentamos o modelo de Tarallo e Kato (1989), que propõe uma compatibilização entre a teoria da variação e a teoria gerativa cujo objetivo é alcançar um caráter preditivo nas investigações que vá além da natureza descritiva dos dados, dos quais despontam as probabilidades.

Na terceira parte, apresentamos o conceito de artigo definido pela perspectiva da gramática tradicional, verificamos o comportamento do artigo definido diante de antropônimos na gramática tradicional brasileira e portuguesa, com o objetivo de comparar as diferentes visões sobre esta classe de palavras.

Na quarta parte, apresentamos como a gramática gerativa enfoca o artigo definido e como ele é alocado dentro da configuração arvórea. As contribuições dos estudos de Longobardi

(1994), para o uso de artigo definido diante de antropônimos foram explicitadas a fim de esclarecer como a teoria sintática formal lida com a variação no uso de artigo.

Ainda no primeiro capítulo, na quinta parte, foram apresentadas as resenhas de alguns trabalhos que trataram especificamente do uso do artigo diante de nomes próprios: Moisés (1995), Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alves (2008), Almeida Mendes (2009) que serviram de orientação para este estudo.

No segundo capítulo, procedemos à descrição dos pressupostos teórico-metodológicos adotados na realização desta pesquisa. Primeiramente, voltou-se a uma breve história das regiões de Mariana e Uberaba para entendermos como se deu o processo de povoamento, a localização geográfica das cidades em Minas Gerais. Em seguida, no envelope da variação, elegemos sete grupos de fatores que poderiam estar interferindo nessa variação, sendo cinco de natureza linguística: informação sobre o antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal-SN, função sintática do antropônimo, forma como o antropônimo aparece na sentença, antropônimo como item de enumeração, e dois outros grupos de natureza extralinguística: a região geográfica dos falantes e o grau de intimidade do falante com o referente. A apresentação da amostra e o tratamento quantitativo dos dados feito pelo programa estatístico GOLDVARB/2001 foram explicitados neste capítulo e, para finalizar, descrevemos os casos desconsiderados nas análises quantitativas.

O terceiro capítulo apresentou a discussão e a análise dos dados. O resultado da análise geral dos dados demonstrou que a nossa hipótese mais geral, de que as duas cidades apresentavam um padrão diferenciado quanto ao uso de artigo definido diante de antropônimos na fala de seus moradores foi confirmada.

Os dados para a comunidade de Mariana apresentaram 64% de ausência de artigo definido diante de antropônimos contra 36% de presença. Em Uberaba, os valores dos dados mostraram que a presença do artigo foi de 83% e a ausência de 17%. Relacionada a esta hipótese geral, podemos afirmar que a região geográfica apresentou relevância na apresentação dos dados, em virtude de apresentar variação no uso de artigo definido em ambas as localidades. Verificamos, assim, que, em cada localidade, diferentes grupos de fatores foram selecionados como estatisticamente relevantes, o que trouxe luz às nossas hipóteses.

Em Mariana, dois grupos de fatores foram selecionados como estatisticamente relevantes: um de natureza linguística, qual seja, antropônimo como item de enumeração; outro de natureza extralinguística que se refere ao grau de intimidade do falante com o referente.

Antropônimo como item de enumeração apresentou como resultado 0.12 de peso relativo para a presença do artigo definido e tende a ser um contexto não favorecedor de emprego de artigo, já quando o antropônimo aparece como um não item de enumeração há um favorecimento do uso do artigo definido com um valor percentual de 0.54, o que nos permitiu constatar que os antropônimos citados em sequência inibem o uso de artigo definido na comunidade de Mariana, ocorrendo não só em contextos de nomes comuns, como é postulado nas gramáticas, mas, como ficou comprovado em nossas análises, nos contextos com nomes próprios.

O grupo de fator intimidade do falante com o referente foi selecionado em Mariana e apontou que os falantes fazem uso de sua estrutura preferida, ou seja, a ausência do artigo definido diante de antropônimos quando se referem principalmente a pessoa famosa nacionalmente com um peso relativo de 0.27 e se distanciam dessa estrutura quando se referem a pessoa famosa e com prestígio na região com peso de 0.67. Quando os falantes se referem a pessoas de seu meio social o peso relativo foi de 0.47.

Esse resultado foi divergente do trabalho de Amaral (2003) e Alves (2008) que verificaram que há uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade, ou seja, a variante usada quando se trata de pessoa mais íntima é oposta aquela que trata de pessoas famosas nacionalmente, o uso das variantes ausência/presença serve como uma marca do tipo de contato que o informante tem com a pessoa à qual se refere.

No entanto, nos dados de Campanha e Minas Novas, no trabalho de Amaral (2003), a presença do artigo também foi favorecida quando o falante se referia a pessoas famosas e com prestígio na região. O autor sugere que esse assunto precisaria ser melhor investigado para explicar as diferenças nas ocorrências em que há referência a pessoas públicas na região do informante. Nesse sentido, em nossos dados, como foi mostrado em pesos relativos, a referência a pessoas famosas e com prestígio na região é o contexto mais favorecedor do emprego de artigo definido.

Esses resultados corroboraram parcialmente uma de nossas hipóteses que partiu do pressuposto de que o grau de intimidade do falante com o referente não condicionaria o uso de artigo definido diante de antropônimos, o que não ocorreu da mesma maneira nas duas regiões.

Enquanto em Uberaba esse fator foi descartado pelo programa, em Mariana ele apresentou relevância.

Esses resultados apontam para uma correlação entre grau de intimidade e uso do artigo definido, principalmente porque constatamos, no levantamento dos resultados gerais que fizemos, que, das 9 cidades estudadas, 6 delas apontaram o grau de intimidade como relevante e, principalmente, todas as 5 cidades onde a ausência do artigo definido foi predominante esse fator foi selecionado, salvo a exceção da cidade de Paracatu que apresentou uma diferença muito pequena entre a presença e a ausência, de 5%. Sugerimos que em estudos posteriores seja dada uma maior atenção a esse grupo de fatores principalmente em locais onde a ausência do artigo seja a estrutura predominante.

Em Uberaba, somente um grupo de fator foi selecionado como estatisticamente relevante e, este, de natureza linguística: função sintática do antropônimo na sentença. Os contextos mais favorecedores para a realização do artigo definido ocorreram quando os antropônimos desempenharam a função de sujeito 0.65, e objeto indireto 0.63, seguida da função predicativa 0.51. No que se refere às funções de aposto e objeto direto, estas tenderam a se portarem como contextos desfavorecedores do emprego do artigo definido neste estudo, com pesos relativos de 0.37 e 0.23. Já as funções de adjunto adverbial e adjunto/complemento nominal foram categóricas quanto ao emprego do uso do artigo definido diante de nomes próprios.

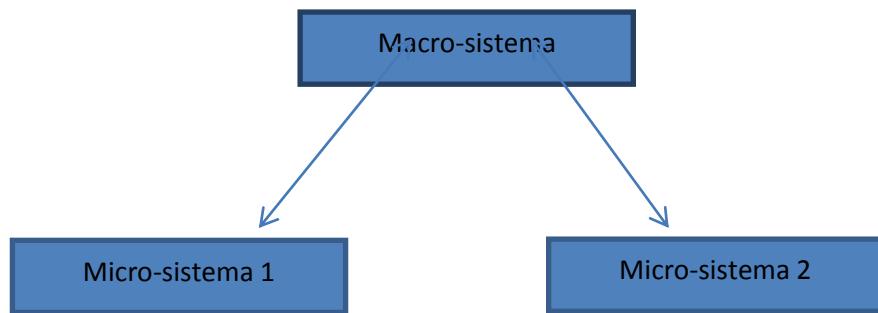
A importância desse fator foi encontrada nos estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000) e Alves (2008). Não houve, entre esses trabalhos, nenhum consenso quanto à posição do antropônimo na sentença que favorecesse o emprego do artigo definido. Já em nosso trabalho, os dados confirmaram as afirmações de Moisés (1995) e Callou e Silva (1997) no que se refere à função de sujeito e as afirmações de Alves (2008) no que se refere à função de objeto indireto. Entretanto esses autores destacaram que em seus estudos, as funções que favoreciam o uso do artigo definido estavam em posição inicial (anteriores ao verbo), tais como sujeito ou tópico, ou em posições finais (posteriores ao verbo), tais como objeto direto ou indireto.

Este trabalho apresentou os mesmos resultados de Callou (2000) para as primeiras análises de ocorrências de artigo diante de nomes próprios no português do século XIII e está relacionado a posições argumentais, de argumento externo e interno, respectivamente.

A função sintática do antropônimo no sintagma nominal foi uma de nossas hipóteses, ainda que confirmada parcialmente, já que não foi selecionada pela amostra de Mariana, mas foi

selecionada pela de Uberaba. Esta amostra chamou a atenção pelo fato de que, quando nos voltamos para os resultados que refletiram a variação intralingüística, constatamos que, das 9 cidades estudadas, em 4 delas a presença do artigo definido diante de antropônimos foi predominante na fala de seus moradores e que, associada a essa presença do artigo, algum fator de natureza sintática foi selecionado não havendo exceção em nenhuma das localidades. A análise desse fator demonstrou a importância da sintaxe no fenômeno da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos. Sugerimos que em trabalhos futuros sejam checados os tipos de verbos (ação, psicológicos, de ligação, etc.) que selecionaram os argumentos. Um aprofundamento desse tipo poderá permitir uma reflexão bastante produtiva das questões sintáticas e poderiam trazer respostas mais satisfatórias. Apesar de esta pesquisa ter permeado questões sintáticas, um estudo como foi sugerido demandaria mais tempo e ultrapassaria os limites de nossa proposta.

E, finalmente, retomando a Sociolinguística Paramétrica, observa-se que temos um macro-sistema que é o português mineiro. No entanto, observamos a emergência de dois micro-sistemas que constituem os elementos imbricados nas variações de uso do artigo definido diante de antropônimos analisados nas comunidades linguísticas de Mariana (Micro-sistema 1) e Uberaba (Micro-sistema 2), conforme ilustrado no diagrama abaixo⁵⁵:



Desse modo, a compreensão desse sistema não se encerra aqui. Esperamos que este trabalho contribua para melhor compreendê-lo no interior dos estudos linguísticos, principalmente no que se refere à ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos.

⁵⁵ Partindo da proposta da teoria do valor de Saussure ([1916] 2006), observamos que no interior do sistema, um signo se relaciona com outro signo do mesmo sistema, no entanto, ele se constitui enquanto signo pela diferença, isto é, nota-se que o macro-sistema constituído pela língua portuguesa permite-nos visualizar dois micro-sistemas aos quais são variações desse macro-sistema.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNEY, Steven Paul. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology (MIT), Cambridge, 1987.

ALMEIDA MENDES, Andréia. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala de moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – MG**. (Dissertação). UFMG, 2009.

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo Sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte**. (Dissertação). UFMG, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. (Dissertação). UFMG, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

BLACK, Renée; JOSEY, Meredith. *The /ay/ diphthong in a Martha's Vineyard community: What can we say 40 years after Labov*. Language in Society 32, p.451-485, 2003.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle. **O uso do artigo definido em contextos específicos**. In: HORA, Dermeval da (org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

_____. **A variação no Português do Brasil**: O uso do artigo definido diante de antropônimo. Faculdade de Letras da UFRJ. vol. 9. Rio de Janeiro: Série Conferência, 2000.

CÂMARA JR. João Matosso. **História e Estrutura da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda, 1985.

CASTILHO, Ataliba. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ana. *Possessivos e artigo definido expletivo em PE e PB*. In: Veredas Portugal. (s.d).

CHAVES DE MELO, Gladstone. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CHOMSKY, Noam. **Novos Horizontes no Estudo da Linguagem**. D.E.L.T.A, vol.13, nº Especial, 1997

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normatização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
- KATO, Mary. **A evolução da noção de parâmetro**. DELTA, vol. 18, nº 2, São Paulo: 2002.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno [et. al.]. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. **The reflection of social process in linguistics structures**. In: FISHIMAN, J. (ed.) **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1968. P. 240-51.
- LONGOBARDI, Giuseppe. **Reference and proper names: a theory of movement in syntaxe and LF**. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 25, p.609-665, 1994.
- LYONS, John. **Semântica**. Vol. 1. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1977.
- MAGALHÃES, Telma. **A valoração de traços de concordância dentro do DP**. *Revista Delta*, p.149-170, 2004.
- MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, 2003.
- MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?** (Dissertação). UFMG, 2000.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et. al. **Gramática da Língua portuguesa**. Elementos para descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- MÓISES, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso**: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte. (Dissertação). UFMG, 1995.
- NARO, Anthony Julius. **Modelos quantitativos e tratamento estatístico**. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Giovanni de Paula. **A variação das preposições “para” e “a” na fala de Uberaba e Montes Claros**. (Dissertação). UFU, 2009.
- OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. **Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico**. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.). **Padrões Sociolinguísticos – Análise de fenômenos variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 119 – 145. 1996.
- _____. **Para uma boa receita de artigo**. Relatório apresentado ao CNPq – Projeto Censo. 6 p. mimeo. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras (s.d.).

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Língua Barroca: Sintaxe e História do português nos 1600.** Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004.

PAGOTTO, Emílio Gozze. **Variação (é) identidade.** Tese (Doutorado em Linguística). UNICAMP, 2001.

PONTES, Eunice. **O tópico no português do Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 1987

POPE, Jennifer; MEYERHOFF, Miriam; LADD, D. Robert. *Forty years of language change on Martha's Vineyard.* Language, v. 83, n. 3. 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1969.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Categorias funcionais na gramática gerativa.** In: D.E.L.T.A. São Paulo, v.9. n.2. p. 237-274. 1993.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Pontes, 1993

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 26 ed. Cultrix: São Paulo, 2006.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Pressupostos Teóricos e suporte quantitativo.** In: __ & OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. **Padrões Sociolinguísticos – Análise de fenômenos variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996

SEABRA, Maria Cândida Trindade. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo.** Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SOUSA, Lílian Teixeira de. **Formas da negação no português brasileiro.** (Dissertação). UFMG, 2007.

TAGLIAMONTE, Sali. *Analysing Sociolinguistic Variation.* Key Topics in Sociolinguistics. New York: Cambridge, 2006.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolinguística.** 2^a edição. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Tempos Linguísticos.** Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

_____. ; KATO, Mary. **Harmonia Trans-sistêmica:** a variação intra e inter-linguística. In: Preedição 5. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. **Diagnosticando uma gramática brasileira:** o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: Ian Roberts & Mary Kato (orgs.), **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

VILLALTA, Luís Carlos (1988). **O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista:** Outeiros do Sagrado e do Profano. In: **Termo de Mariana - História e Documentação.** Mariana: Imprensa Universitária da UFOP.

ZÁGARI, Mário. **Os falares mineiros**: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci. (org.) **A geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: UEL, p.31-54, 1998.

Endereços eletrônicos:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em 14/10/2011.

http://www.iga.br/siteIGA/iga_09_000.php. Acesso em 14/10/2011.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mariana>. Acesso em 14/10/2011.

ANEXOS

ANEXO A: SÍMBOLOS USADOS NO PROCESSO DE TRANSCRIÇÃO⁵⁶

E = entrevistador

I = informante

||| = marcador de início e fim de trecho de fala (ex: .ah, eu não disse isso não.);

... = pausa;

[] = sobreposição da fala do entrevistador à fala do informante (quando E fala ao mesmo tempo que I);

(()) = comentários do entrevistador/analista;

(? ?) = quando não se tem certeza do que foi dito, o trecho é colocado entre parênteses e interrogações. ex: (?ele estava apressado?)

(int) = trecho completamente ininteligível.

⁵⁶ Símbolos baseados nos critérios de transcrição descritos por Paiva (2003, p. 135-46) e Marcuschi (2001, p. 9-13).

ANEXO B: TABELAS CORRESPONDENTES AOS GRÁFICOS DO CAPÍTULO 3

MUNICÍPIO	PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO	AUSÊNCIA
MARIANA	36.4%	63.6%
UBERABA	82.1%	17.9%
TOTAL GERAL	57.7%	42.3%

Tabela 1: Distribuição geral das variantes por cidade

Antropônimo como um item de enumeração	Ocorrências de artigo definido	%	PR
E. É um item de enumeração	1/14	7	0.12
L. Não é um item de enumeração	72/182	41	0.54
Total	73/198		

Tabela 2: A presença do artigo definido na função de item de enumeração

Grau de intimidade do entrevistado com o referente	Ocorrências de artigo definido	%	PR
F. pessoa do meio social do falante	41/123	33	0.47
P. pessoa famosa com prestígio na região	28/51	55	0.67
N. pessoa famosa nacionalmente	4/24	17	0.27
Total	73/198		

Tabela 3: A presença do artigo definido de acordo com o grau de intimidade em Mariana

Função sintática	Ocorrências	%	PR
2. tópico	7/13	54	0.19
3. sujeito	66/73	90	0.65
4. objeto direto	17/28	61	0.23
5. objeto indireto	16/18	89	0.61
6. aposto	03/04	75	0.37
7. predicativo	21/25	84	0.51
8. adjunto adverbial	07/07	-	-
9. adjunto/complemento nominal	02/02	-	-
Total	139/170		

Tabela 4: A presença do artigo definido de acordo com a função sintática